

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC/SP

Paulo Fernando Pereira de Souza

Homens invisíveis:

identidades de homens atendidos pelas políticas sociais de
atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

Paulo Fernando Pereira de Souza

Homens invisíveis:
identidades de homens atendidos pelas políticas sociais de
atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora como exigência parcial
para obtenção do título de MESTRE em
Psicologia Social pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
sob a orientação do Prof. Doutor
Antônio da Costa Ciampa

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO
2009

Banca Examinadora

Dedico este trabalho a José Pereira de Souza e a Júlio Veras Pereira de Souza, eixos de um tema.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a participação no trabalho de:

Antonio da Costa Ciampa, que, além de orientar, propiciou o ambiente de acolhimento e aprendizado mais democrático que tive a oportunidade de experimentar em toda a minha vida;

Fúlvia Rosemberg, que, através de sua participação exigente, estabeleceu padrões acadêmicos que evitaram que eu me espalhasse além do que seria razoável;

Marlene, que permitiu que os caminhos burocráticos se abrissem;

Nilza Fagundes Ferreira, que propiciou o acesso aos sujeitos, ao bairro, aos dados do bairro e às vivências do trabalho social da periferia de São Paulo;

Juracy Almeida, que leu, sugeriu e corrigiu entre cafés e broinhas;

Marcos Roberto Garcia, que leu e entendeu as preocupações não escritas;

Maria Júlia de Azevedo Gouveia e Ivana Boal, que contribuíram com os dados quantitativos;

Cida Taiar e Damaris, que ajudaram que o texto fosse legível;

André Setti, que traduziu;

Maria Beatriz Vidigal, que gentilmente indicou caminhos percorridos, emprestou diversos livros e compartilhou congresso;

Ana Cristina Souto, que indicou uma leitura valiosa;

Tai Castilho, que compartilhou o percurso trocando indicações, discutindo e permanecendo como “grupo de referência” no ambiente acadêmico;

Regina Prata, que compõe o “colegiado” no qual experimento as idéias até que elas possam ter formas;

Carlos Alberto, que leu e sugeriu;

Colegas do núcleo de identidade que escutaram, discutiram, sugeriram e mantiveram o bom humor diante de minhas besteiras novas e piadas velhas, em especial: Marcelo, Mariana, Clodoaldo, Ricardo, Aluísio, Renato, Shirley,

Daniel, Jesus, Edileuza, Rosângela, Ana Cristina, Emerson, Simone e Ana Lúcia, que, embora não matriculada no núcleo, não deixou de fazer parte do grupo e acompanhar os percalços da produção acadêmica;

Valéria Mellki Busin, a quem devo dezenas de fotocópias, lembretes sobre prazos, matrículas, o aprendizado de rudimentos de gênero, discussões variadas, auxílios na redação e na padronização das citações, bem como o apoio participativo nas últimas duas décadas;

Participantes do Seminário Fazendo Gênero 8, do simpósio 21, representados por Jorge Lyra, que escutaram, discutiram e sugeriram;

Maria de Lourdes Bohrer Antônio, que incentivou o ingresso no mestrado e favoreceu o contato com o campo da assistência social;

Flávia Lima, que me manteve em contato com o trabalho comunitário com as famílias em situação de vulnerabilidade;

Capes, que permitiu que o processo de aprendizado não se tornasse inviável economicamente.

Quero agradecer também:

à Cecília Galli, que evitou que as incompletudes não se confundissem com as impossibilidades;

às amigas com quem trabalho no consultório e compartilho a vida: Maria Rita, Cláudia, Yanina, Paula, Denise e Vera;

a meus pais, que me deram oportunidades de aprendizado sem receber agradecimentos;

ao padrinho Antônio, tia Helena e Maria Teresa, que expandem as fronteiras de minha família;

aos irmãos Cláudio, José Antônio e Antônio José, pela variedade de exemplos;

aos amigos Reginaceli, Wilson, Rogério, Villela, Luis, Sandro, Xandó e Piquet;

à Carol, que presenteou-me com a paternidade, com seu sorriso, com motivos para que eu usasse meu sorriso, para que fizesse o mestrado e para que desejasse o futuro.

RESUMO

Esta dissertação buscou compreender a identidade de homens atendidos pelas políticas sociais de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social. O estudo, de base qualitativa, utilizou-se do recurso à história de vida e focalizou sujeitos atendidos pelo “Programa Ação Família”, da Prefeitura Municipal de São Paulo, no período de 2005 a 2008, tendo sido escolhido o aprofundamento na história de vida de um dos sujeitos, que apresentou possibilidades emblemáticas de configurações de masculinidade e de paternidade. Foram utilizados os conceitos de “identidade” de Ciampa (1996) e de “masculinidades” de Connel (1995) como suporte para o trabalho de compreensão. A contextualização requereu explicitação do processo de coleta de dados, pesquisa sobre paternidade, sobre famílias pobres/migrantes e sobre políticas sociais dirigidas às famílias. Foi dado especial destaque ao problema social que consiste na ausência dos homens, em especial dos pais, nos acompanhamentos sociais às famílias em situação de vulnerabilidade; ausência que se dá apesar de a maioria das famílias atendidas apresentar homens em sua composição (IBGE/PNAD/2007). As dificuldades dos homens em prover e a ausência de expectativas de que eles tenham participação positiva na família estão entre os elementos que permitem que eles sejam pouco considerados pelas políticas sociais de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade. A análise da história de vida mostrou mobilidade na maneira de o sujeito entender e exercitar sua masculinidade, permitindo novas configurações de relações afetivas e a incorporação de atividades anteriormente entendidas como de responsabilidade da mulher. Mostrou, também, como a paternidade exercida por um pai pobre pode expandir-se e incorporar cuidados diretos e afetuosos com os filhos, bem como o exercício de cidadania.

Palavras-chave: políticas sociais, famílias em situação de vulnerabilidade, identidade, masculinidade, paternidade

ABSTRACT

This dissertation aimed at understanding the identity of men benefited from social policies destined to the families in situation of social vulnerability. This study, of qualitative base, used the resource of the history of life and focused on subjects benefited from the “Programa Ação Família” (Family Action Program) of the Municipal City Hall of São Paulo, in the period from 2005 to 2008, and chose to deepen in the history of life of one of the subjects, which presented emblematic possibilities of configurations of masculinity and paternity. Ciampa’s (1996) concept of “identity” and Connel’s (1995) concept of “masculinities” were used as a support for the process of understanding. The contextualization required an explication of the data collection process, research concerning paternity, poor/migrant families and social policies directed at the families. Special emphasis was given to the social problem that consists in the absence of men, especially of fathers, in the social accompaniments to the families in situation of vulnerability; an absence which presents itself in spite of the fact that most of the benefited families are composed by men (IBGE/PNAD/2007). The difficulties of men in providing support and the absence of expectations that they may have a positive participation in the family be among the elements that allow them to be little considered by the social policies directed at the families in situation of vulnerability. The analysis of the history of life showed mobility in the way that the subject understands and exercises his masculinity, allowing new configurations of affective relationships and the incorporation of activities previously seen as women’s responsibility. It also showed how paternity exerted by a poor father can expand itself and incorporate direct and affectionate care for the sons, as well as the exercise of citizenship.

Keywords: social policies, families in situation of vulnerability, identity, masculinity, paternity

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
a) Motivação do autor	19
b) Problema social	23
Homens invisíveis	23
Dados quantitativos	26
Políticas de identidade	28
Pais ausentes	35
c) Objetivos	39
Principal	39
Secundários	39
d) Das partes	40
 CAPÍTULO 1	
HOMENS EM MOVIMENTO	41
1.1 Masculinidades	41
1.2 A proposta teórica de Ciampa	59
 CAPÍTULO 2	
PERIFERIA DE SÃO PAULO: PAIS POBRES, MIGRANTES E	75
PROGRAMAS SOCIAIS	
2.1 Contexto da coleta de dados	75
2.2 Paternidades	80
2.3 Famílias pobres e migrantes	96
2.4 Famílias e políticas sociais dirigidas à família	105
2.5 Homens violentos	120
 CAPÍTULO 3	
HOMENS POBRES E SUAS HISTÓRIAS	127
3.1. Notas metodológicas	127
3.2 Diário de campo	129
3.3 História de vida	135
3.3.1 Síntese de uma história de vida	135
3.3.2 Análise das entrevistas e das informações adicionais	136
3.3.3 Comentários	157
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169
 ANEXOS	177
Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	177

QUASE LÁ!

entre lugares

espaço

entre momentos

tempo

entre

verbo

entretanto

entreatos

entremontes

nasço-me!

Mineiro, 2005

INTRODUÇÃO

a) Motivação do autor

O tema abordado decantou-se após mais de uma década de atividade em trabalhos sociais, institucionais e no atendimento clínico psicológico. Nesses campos, escutei explicações variadas para a baixa procura e adesão dos homens aos serviços psicológicos e de assistência social, explicações que me pareceram insatisfatórias e, muitas vezes, fomentadoras do fenômeno que visavam explicar.

Por exemplo, há tentativas de justificar o não comparecimento de homens aos serviços que atendem os filhos porque não estão interessados, porque pouco sabem sobre eles, porque delegam totalmente às mães os cuidados parentais, porque estão tão ocupados com o trabalho que não têm tempo para isso.

Tais “explicações” correspondem às expectativas, da parte dos trabalhadores sociais, quanto à participação dos pais. Essas expectativas não deixarão de ter influência na maneira pela qual os pais serão convocados a comparecer e também no modo como se dará a negociação para o comparecimento deles. Ao fim, a crença de que os pais não desejam participar e/ou não têm contribuições a oferecer neste campo acaba contribuindo para o não comparecimento deles.

O reduzido questionamento do fenômeno entre os envolvidos (trabalhadores sociais, pais e filhos) tornou claro que se estava diante de processos nos quais as expectativas, fundadas nas atribuições de gênero, deixavam marcas, “naturalizavam” comportamentos e dificultavam questionamentos. É como se fosse previamente esperado e entendido que só às mulheres cabem os cuidados com os filhos e com as famílias.

Como um dos coordenadores do Programa Santista de Prestação de Serviços à Comunidade (LIMA; MENESES; SOUZA, 1996), enfrentamos a dificuldade de informar sobre o programa aos pais dos adolescentes atendidos, especialmente aos pais separados.

As intimações e convocações do programa eram até então dirigidas exclusivamente às mães desses jovens. Após nossos insistentes pedidos, elas passaram a incluir o nome do pai na convocação, que continuava a ser entregue à mãe, pelos oficiais de justiça. Algumas vezes, o oficial de justiça comunicava oralmente à mãe que bastava o comparecimento dela para dar continuidade ao atendimento. Finalmente, quando conseguimos que fossem preenchidas duas intimações, uma dirigida ao pai e outra à mãe, detectamos que ambas eram entregues à mãe. A pedido do oficial de justiça, a intimação correspondente deveria ser entregue por ela ao pai.

Os procedimentos revelavam que as mães eram sobrecarregadas e os pais desvalorizados, lugares já ajustados com a entrada em funcionamento da burocracia em questão. O processo de desvalorização dos pais continuava na entrevista técnica que, conforme se observou, quando feita somente com as mães era considerada suficiente¹. Quando se entrevistava apenas o pai, a entrevista era classificada como “incompleta”, e havia a necessidade de remarcá-la.

As temáticas dos grupos dirigidos aos familiares – e paradoxalmente denominados “grupos de pais” – incluíam temas como “ser mulher”, “saúde sexual da mulher” e “prevenção da gravidez”. O calendário de comemorações, sobre o qual se baseavam várias atividades, destacava o Dia das Mães, sem referência ao Dia dos Pais. Os grupos de “pais” constituíam-se de maioria feminina, confirmando a expectativa prévia e alimentando o circuito vicioso.

Para mudar os procedimentos e incluir os pais, tivemos de lutar pela mudança em frentes diversas: convocação, recepção, horários e formas de trabalho e nos surpreendemos com a presença masculina advinda das novas abordagens. Aprendemos também que os pais traziam diferentes questionamentos sobre horários, sobre praticidade e sobre valores culturais.

Em 1997, realizando pesquisa sobre as famílias cujos filhos se encontravam em situação de rua, surpreendeu-nos a quantidade de prontuários de crianças e adolescentes preenchidos por educadores de rua e técnicos dos

¹ A anamnese psicológica é um exemplo de questionário focado e dirigido às mães, por exemplo.

programas de atendimento que continham a expressão: “sem informações” em relação aos pais. Havia casos em que os homens eram, ao mesmo tempo, apontados como pais de várias crianças e categorizados como “sem informação”, ou seja, as informações sobre os pais se perdiam (CASTILHO *et al*, 2000).

A perda de informações foi relacionada: às dificuldades dos trabalhadores sociais de pesquisar sobre os relacionamentos afetivos das mulheres informantes; às dificuldades das mães e dos filhos falarem sobre os relacionamentos com os homens em questão; às expectativas de gênero dos trabalhadores sociais e prevalência de um estereótipo quanto às crianças em situação de rua (crianças sem pai).

Na clínica psicológica, atendendo a crianças, adolescentes e famílias, preocupei-me em incluir os pais nos processos terapêuticos. Como formador de terapeutas familiares, observei que a comunicação dos terapeutas centrava-se nas mães, quando não se resumia à comunicação com ela. Mães são tomadas como porta-vozes das famílias, com base em uma idéia de representação da família por um de seus membros. Tal pensamento pode esconder diferenças e conflitos entre os outros membros, além de sobrecarregar as mulheres e mantê-las, todo o tempo, na função materna.

As participações como consultor, supervisor e formador de trabalhadores sociais permitiram-me acompanhar a repetição dos padrões de focalização nas mulheres/mães para se atingir os filhos. Crianças e adolescente também são atendidos diretamente, mas a mãe permanece como quem faz o contrato, a quem os trabalhadores sociais recorrem, a responsável familiar pela presença dela própria e dos filhos, bem como pela comunicação entre os serviços e os demais membros da família.

Em 2004, o Instituto de Terapia Familiar de São Paulo (ITFSP), instituição com a qual coopero, participou da implantação do Programa de Ação Social da Família na região Norte do município de São Paulo, motivando discussões internas e produção de conhecimento. Tendo decidido fazer o mestrado e

experimentado a paternidade, retomei as questões do atendimento aos homens nas famílias e da visibilidade dos pais.

Inicialmente, procurei construir o problema social que consiste no não atendimento dos homens, em especial os pais, pelas políticas de atenção à família.

A forma de aproximação com o “continente desaparecido” dos pais das famílias atendidas se deu através da pesquisa de identidade de alguns dos poucos homens que ultrapassam as barreiras e freqüentam os programas.

Para me aproximar da questão da compreensão da identidade de homens atendidos pelas políticas sociais de atenção à família, busquei conhecer o campo de produções relativas aos homens e masculinidades, bem como o campo do estudo de identidade.

As pesquisas mostraram que os campos são amplos, polissêmicos e que, além disso, identidade é um conceito bastante questionado no campo dos estudos de gênero². Procurei utilizar autores de referência, Connel (1995), no campo dos estudos de masculinidade, e Ciampa (1996), no campo da identidade, que mantivessem convergências teóricas e compatibilidade, bem como justificar a relevância da interação entre os campos.

A contextualização sócio-histórica levou-me a considerar os aspectos da: paternidade, das famílias pobres/migrantes e das políticas sociais voltadas às famílias.

O problema social revelou-se amplo e ainda pouco explorado, a contextualização mostrou-se complexa. O percurso teórico e a pesquisa de campo foram ricos em questões, revelando que muitos outros caminhos de exploração e entendimento seriam possíveis, o texto reflete o percurso percorrido, tanto nas possibilidades quanto nas deficiências.

² O movimento feminista, inclusive, apresenta em um de seus segmentos, nomeado pós-estruturalista, sérias críticas quanto ao uso de identidade como plataforma reivindicativa (BUTLER, 2003)

b) Problema social

Homens invisíveis

O termo invisibilidade tem sido associado ao sofrimento social, como mostra Fernando Costa (2004) em seu trabalho sobre os garis que trabalham na Cidade Universitária de São Paulo (USP) e que não são vistos ou considerados pelas pessoas que passam por eles. Invisibilidade, nestes termos, é uma forma violenta de opressão, pois reduz as pessoas à condição de mera paisagem, abaixo da condição humana.

No campo da sexualidade, por exemplo, não se tornam visíveis as experiências pessoais, reivindicações e direitos de lésbicas, travestis e transgêneros. Outra aplicação do termo refere-se à invisibilidade do referente, como confirmam os estudos sobre “branquitude” (CARONE; BENTO, 2002). O branco, tomado como referência, permanece invisível quando se fala nos negros e no preconceito, assim tornam-se invisíveis os benefícios desta posição para os brancos, como se o preconceito dissesse respeito exclusivamente aos negros. A invisibilidade, vista dessa outra forma, é sinônimo de poder. Neste sentido, a heterossexualidade é invisível e o poder masculino também, seja em organizações, ciências ou na vida pública.

Quanto às políticas públicas voltadas para as famílias, os homens se tornam “quase invisíveis” nos dois sentidos:

- são poucos, e pouco considerados, os homens atendidos diretamente pelas políticas públicas de atenção às famílias em vulnerabilidade;
- é masculino o campo do poder político e científico que organiza as prioridades e comanda a execução dos programas.

No campo da saúde, a baixa procura e aderência dos homens aos serviços tem sido pesquisada (GIFFIN, 1998; PÁDUA, 2005; LYRA, 2008, Dentre outros).

Iniciativas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem³ vêm sendo implantadas na tentativa de superar o quadro atual.

No campo da assistência social, a ínfima participação dos homens nas atividades relativas ao acompanhamento das políticas sociais, todavia, é pouco estudada, embora problematizada por alguns autores, como Carvalho: “Podem-se apontar equívocos do olhar da política pública, tais como eleger apenas a mulher na família como porta de relação e de parceria”. (CARVALHO, 2003, p. 273).

Pode haver um elo, ainda não considerado, entre a reduzida procura por acompanhamento social, da parte dos homens, e o baixo comparecimento masculino aos serviços de saúde. Esse não-comparecimento impede que os trabalhadores sociais escutem as demandas de saúde do homem. Quando as queixas não são verbalizadas, o encaminhamento torna-se improvável. Se pensarmos na quantidade de encaminhamentos aos setores de saúde, realizados pelos trabalhadores da assistência social, podemos considerar importante para o campo da saúde a solução dos problemas aqui abordados.

Todavia, é no próprio campo da assistência social que o problema mostra relevância. O homem é sujeito de direitos e deve ser atendido pelas políticas sociais voltadas às famílias e dirigidas à população em situação de vulnerabilidade. Quando isso não ocorre, é como se ele não tivesse direitos e/ou não estivesse em situação de vulnerabilidade e/ou não pertencesse à família.

No Brasil, há políticas sociais em que os homens são contemplados – como aquelas dirigidas aos trabalhadores, idosos, aposentados, desempregados, autores de infração ou violação, egressos do sistema prisional, entre outras. Mas, em relação a esses programas segmentados, os programas de atenção à família apresentam dados impressionantes (o Bolsa Família, do governo federal, atingiu, em 2006, 11,2 milhões de famílias, segundo Draibe, 2006), o que lhes dá abrangência incomparável. Além disso, aderir a determinado programa não

³ O texto pode ser acessado na íntegra no site Scielo, disponível em: www.scielo.br/pdf/csc/v8n3/17463.pdf
Acesso em: 20/12/2008

impede que o participante se inscreva naqueles dirigidos a famílias⁴, ou vice-versa. Ao contrário, a forma de entendimento que organiza o Sistema Integrado de Assistência Social (SUAS) busca estabelecer uma sinergia entre os programas.

Não é apenas por desinteresse do homem que ele se torna invisível nos procedimentos relativos aos programas de atenção às famílias em vulnerabilidade, em especial nos atendimentos socioeducativos, voltados às mulheres/mães e freqüentados por elas. As estatísticas de freqüência não tornam esse dado facilmente perceptível porque se referem às famílias atendidas. É considerada “família atendida” aquela em que a mãe (representante oficial do grupo familiar) comparece aos atendimentos, mesmo que haja um número reduzido de homens, ou pais, participando dos programas.

Alguns programas determinam a obrigatoriedade da representação das famílias pelas mães (SILVA, 2005), assim “famílias” passa a corresponder a mães. Mesmo nos programas em que a representação é facultativa, os números são pouco expressivos. Em 2008, dos cerca de 300 freqüentadores de grupos sócio - educativos do Programa Ação Família da Prefeitura de São Paulo, na Vila Brasilândia, Zona Norte da cidade, 8 eram homens. Em muitos dos grupos, formados por até 16 pessoas, não havia sequer um homem.⁵

No Brasil, a literatura sobre programas sociais dirigidos à família faz referência crítica à entrada exclusiva na família por meio das mulheres (CARVALHO, 2003) e à sobrecarga sobre o cotidiano delas (FARAH, 2004 e DRAIBE, 2006).

Na literatura internacional, pudemos encontrar debates sobre o atendimento de homens pelas políticas sociais. Alguns autores consideram esta uma dificuldade característica das políticas sociais, como Jaffe, para quem: “By default

⁴ A menos que, com os benefícios recebidos em outros programas, a família ultrapasse a linha de corte de renda *per capita*: 1\5 do salário mínimo.

⁵ Dados cedidos pela coordenação do Instituto de Terapia Familiar de São Paulo (ITF-SP)

or by design, fathers are the neglected partners in social work.”⁶ (JAFJE, 1983, p. 131)

O público alvo das políticas sociais voltadas as famílias são as mulheres e crianças.

Regardless of their comprehensiveness and systematic nature, however, family policies have (with a few notable exceptions) been concerned primarily with women and children. True, many legislative and administrative mandates assumed that males should take primary responsibility for the economic support of women and dependent children, but women and children were generally considered the groups to be protected. As a result, family policy is typically viewed as a “women’s issue.” (LAMB, 1983, p.1)⁷

Dados quantitativos

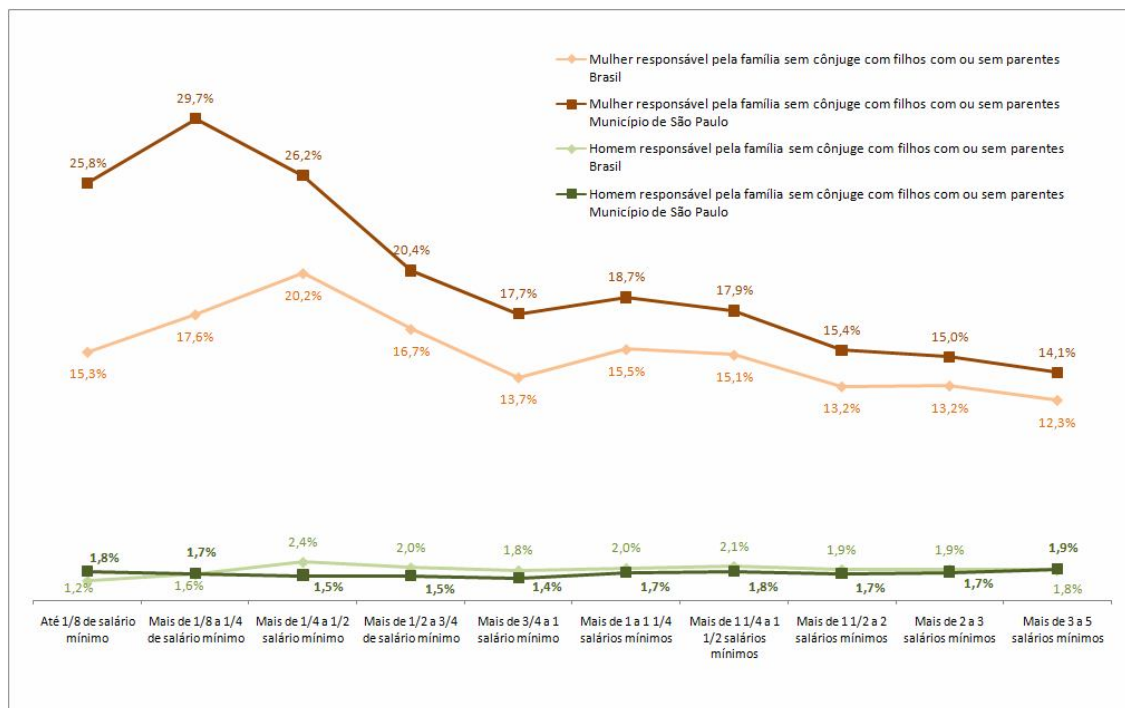
Para que pudéssemos caracterizar a ausência dos homens no acompanhamento das políticas sociais dirigidas às famílias, precisávamos comprovar que eles existiam, de fato, nas famílias atendidas.

Tipo de composição familiar	Município de São Paulo		Brasil	
Pessoa sozinha	971.947	8,9%	4.126.487	8,6%
Duas ou mais pessoas sem parentesco	33.587	0,3%	142.627	0,3%
Casal sem filhos com ou sem parentes	1.600.345	14,6%	6.664.455	13,8%
Casal com filhos com ou sem parentes	6.123.623	55,9%	26.886.884	55,7%
Mulher responsável pela família sem cônjuge com filhos com ou sem parentes	1.588.115	14,5%	7.589.658	15,7%
Homem responsável pela família sem cônjuge com filhos com ou sem parentes	195.621	1,8%	950.195	2,0%
Outro	447.277	4,1%	1.902.478	3,9%
Total de famílias	10.960.515	100,0%	48.262.784	100,0%

⁶ “Por descuido ou por intenção, os pais são os parceiros negligenciados no trabalho social.” (LAMB, 1983, p.1) [livre tradução nossa].

⁷ A despeito de sua abrangência e natureza sistemática, as políticas familiares têm se preocupado (com algumas notáveis exceções) especialmente com mulheres e crianças. De fato, muitos mandatos legislativos e administrativos supõem que os homens devam ser os principais responsáveis pelo sustento econômico de mulheres e crianças dependentes, mas as mulheres e crianças são geralmente consideradas como os grupos a serem protegidos. Conseqüentemente, a política familiar é normalmente vista como um “assunto de mulher”. (LAMB, 1983, p.1) [livre tradução nossa].

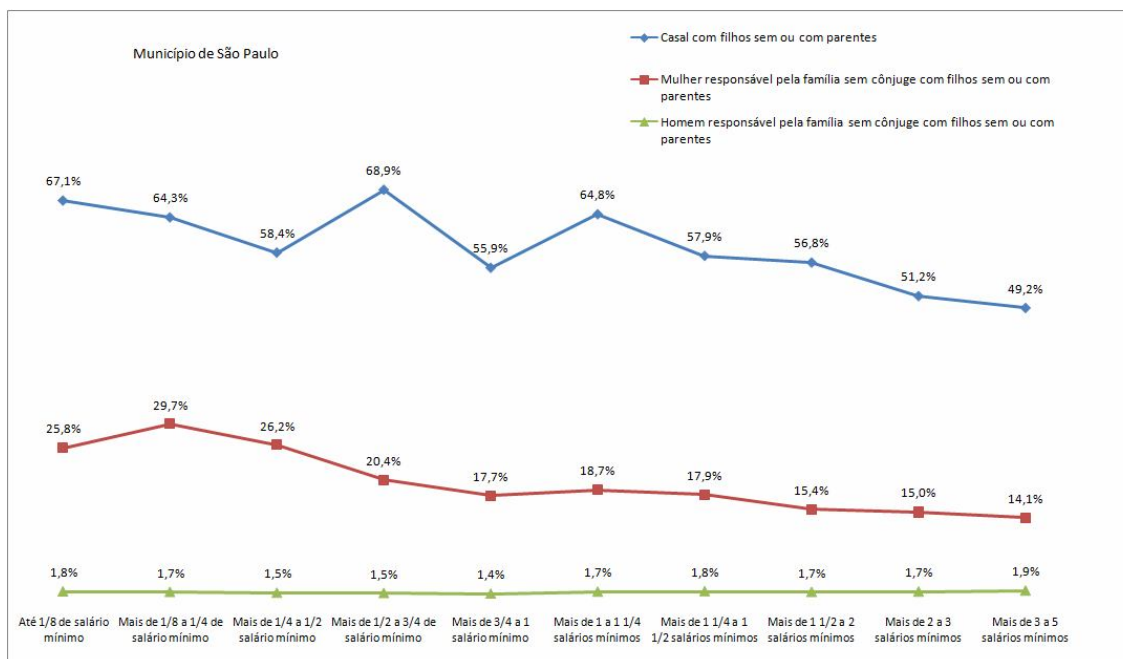
IBGE/PNAD/2007



IBGE/PNAD/2007

Dos dados, ressalta que 1,8% das famílias têm como responsável apenas o homem, desacompanhado de suas parceiras. Em São Paulo, em 2000, eram 195.621 famílias nessa situação. A porcentagem de homens como único responsável pelo grupo familiar é relativamente estável nas diversas faixas de renda, de maneira que podemos tomá-la como referência do mínimo dos homens a serem atendidos pelos programas de atendimento às famílias. A composição familiar “casal com filhos” corresponde a 55,9%, ou 6.123.623 das famílias paulistanas. Tal dado varia de acordo com a renda, mas a presença do casal responsável ainda é o arranjo mais freqüente.

Devemos considerar que outros arranjos familiares mencionados – pessoa sozinha, duas ou mais sem parentesco, casal sem filhos e outros – também incluem homens. Assim, impedimentos pontuais, bem como a diferente colocação dos homens em relação ao mercado de trabalho, parecem insuficientes, por si só, para minimizar a presença masculina nos atendimentos relativos às famílias.



IBGE/PNAD/2007

Em algumas discussões, aponta-se que “família chefiada por mulher” é uma designação que corresponde a uma “fotografia” (o arranjo daquele momento), não a uma composição estática (FONSECA, 2004 ; VITALE, 2002). Assim, mesmo nesses grupos, haveria a presença esporádica de homens e relações estabelecidas com as crianças e adolescentes das famílias.

Os dados de fato evidenciam que existem homens na maioria das famílias atendidas, mesmo na condição de menor incidência do arranjo “casal com filhos” o arranjo atinge 49,2% da população, que somado aos 1,9% do arranjo “homem responsável pela família sem cônjuge” nesta determinada faixa de renda, constroem uma maioria significativa. O acompanhamento das políticas sociais poderia e deveria considerar a presença deles de maneira significativa, e não pontual, caso refletisse a composição familiar.

Políticas de identidade

Se os homens estão sub-representados no acompanhamento das políticas sociais direcionadas às famílias e este fenômeno não motiva esforços de

entendimento e superação que sejam de domínio público, pode-se supor que a ausência deles é esperada.

As expectativas relativas à presença da mulher e a pouca importância atribuída à ausência dos homens em assuntos relacionados ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade inserem o problema das relações de gênero, bem como revelam que não existe, ou que não se apresenta de forma significativa, a imagem pública dos homens pobres ligados às suas famílias.

O quadro corresponde à chamada divisão de gênero do trabalho⁸ segundo a qual o homem se torna referência para o espaço público e o provimento, enquanto a mulher tem a imagem ligada ao espaço doméstico e aos cuidados com a família. Essa divisão é elemento importante no sistema de dominação sobre as mulheres (CONNEL, 1985) e tem sido denunciada e atacada em diversas frentes. O movimento feminista, por exemplo, utiliza políticas de identidade para mostrar e legitimar as mulheres ocupando posições no mercado de trabalho e no espaço público. O movimento análogo, ou seja, a visibilidade e legitimação do homem posicionado no espaço doméstico e habilitado como cuidador, ainda é pouco evidente. Não parece existir identidade coletiva, bem como não há uma política de identidade que vise estabelecê-la.

O termo “política de identidade” requer esclarecimento, já que remete aos movimentos sociais de luta por direitos que usam a identidade como estratégia, como os movimentos negro, feminista e *gay*. Tais organizações também têm sido nomeadas como “novos movimentos sociais”, novo usado no sentido de diferenciar os já citados e outros, como o movimento ambientalista, dos movimentos pautados pela inspiração marxista.

No entanto, a ligação dos movimentos sociais contemporâneos com as políticas de identidade não é simples. Como lembra Calhoun (1994), a noção de que políticas de identidade são fenômenos novos é falsa. Ele argumenta que o

⁸ O termo usualmente utilizado é divisão sexual do trabalho, denominação que evitamos por sua referência biologizante. (HIRATA, 2002), no título de seu livro, pergunta: *Nova divisão sexual do trabalho?*, refere-se a tradicional divisão sexual do trabalho abordada por Engels em “*Origem da família, propriedade privada e estado*”, cuja primeira edição é de 1884.

movimento de mulheres tem raízes de, ao menos, 200 anos. A fundação de comunidades teve tanta importância em 1800 quanto em 1960. O autor inclui os nacionalismos europeus do século XIX como instâncias de políticas de identidade, bem como os movimentos de resistência colonial.

Castells (2006) coloca as políticas de identidade como aspecto fundamental na sociedade em rede, num movimento decorrente e, ao mesmo tempo, resistente ao da globalização. A análise deste autor considera, dentre outros, o fundamentalismo religioso e étnico e o nacionalismo como campos bastante distintos, portanto, dos movimentos sociais de luta por direito e visibilidade.

Entendemos políticas de identidade como:

uma prática social de produção e/ou manutenção de determinados tipos de identidade. Identidade esta caracterizada, em linhas gerais, pela imputação aos indivíduos de modelos identificatórios específicos e pelo estabelecimento simultâneo de estruturas de plausibilidade, entendidas como a base social específica e os processos sociais requeridos para a manutenção da realidade subjetiva desses indivíduos (cf. Berger ; Luckman, 1999, p. 194 - 195). (ALMEIDA, 2006, p.34).

Política de identidade foi uma expressão usada por Goffman em 1963 (GOFFMAN, 1988) que, conforme lembra Ciampa (2003), envolve um conflito entre autonomia e heteronomia em dois aspectos: o discurso do intragrupo *versus* extragrupo e o discurso do indivíduo *versus* o discurso do grupo que fala por e através dele. A duplicidade de entradas, externa e interna, permite que pensemos em ações de políticas de identidade sob estes dois ângulos e não somente como resultados dos movimentos sociais (política de identidade interna).

A voz dupla, do indivíduo e do grupo que fala por e através dele, permite também, segundo Goffman (1988), que a pessoa tenha uma apreciação negativa do próprio pertencimento ao grupo. Como exemplos, citam-se o desprezo pelos judeus, sendo judeu em um ambiente racista, e o desprezo por homossexuais, sendo homossexual num ambiente homofóbico. Seria como se o desprezo se

voltasse ao personagem coletivo designado pelo pertencimento e não à própria pessoa – ou ainda a raiva pela estigmatização e não pela pessoa. De qualquer forma, comprova-se que as políticas de identidade podem ser elementos de controle, além de funcionar como elementos de aglutinação e reivindicação.

As iniciativas públicas quanto à identidade nacional são o modelo para se pensar em políticas de identidade visando à união. No Brasil, em 2004 e 2005, foram divulgadas no meio televisivo, histórias exemplares de determinação encerradas com a frase: “Eu sou brasileiro e não desisto nunca!”. As peças faziam parte de uma campanha ampla cujo título era “O melhor do Brasil é o brasileiro”, uma iniciativa do Governo Federal em conjunto com a Associação Brasileira de Anunciantes (ABA).

Nem todas as políticas de identidade nacional seguem o caminho explícito de iniciativa governamental e veiculação na forma de anúncios: os caminhos para uma política de identidade podem ser diversos, como veremos a seguir.

O uso da produção cinematográfica norte-americana nos esforços de guerra, ao longo de vários conflitos, é exemplo evidente de uma política de identidade nacional realizada de forma indireta. Connel (1995) relata estudos sobre a profusão de filmes de ação no estilo “Rambo”, pós-guerra do Vietname, que representavam uma espécie de cura do orgulho norte-americano ferido e ajudavam a construir uma configuração de masculinidade.

Instituições variadas usam políticas de identidade em causa própria. Iniciativas variadas nos meios culturais criam “tribos”, organizações religiosas criam e sustentam políticas de identidade como estratégia de ação e mobilização. O movimento GLBT TT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) explicita políticas de identidade com base na estratégia das Paradas de Visibilidade.

The pursuits labeled “identity politics” are collective, not merely individual, and public, not only private. They are struggles, not merely gropings; power partially determines outcome and power relations are changed by the struggles. They involve seeking recognition, legitimacy (and sometimes power), not only expression

or autonomy; other people, groups and organizations (including states) are called upon to respond. (CALHOUN, 1994, p. 23)⁹

Destacamos a importância do reconhecimento social e do caráter público das políticas da identidade, fenômenos não contemplados adequadamente no conceito de subjetividade por vezes proposto como sucessor do conceito de identidade.

Políticas de gênero e políticas públicas também recorrem às políticas de identidade e podem ser pensadas sob este prisma. Um exemplo são as campanhas de amamentação materna: ao mesmo tempo em que se recomenda amamentar, representam-se as mães em situação de calma e felicidade. Assim, associar a identidade materna ao cuidado e à dedicação aos filhos resulta de alguns elementos importantes – dentre eles, uma conjunção bem-sucedida de políticas de gênero e de identidade. Como aponta Ariès (1981), a “invenção da infância” corresponde à “invenção” do sentimento de maternidade e paternidade assim como os conhecemos.

A maternidade tornou-se naturalizada, igualada com condição biológica de poder dar à luz¹⁰. Como revela Martins (2004), o “essencialismo” – construção da maternidade segundo aspectos biológicos – e o universalismo – idéia de que toda mulher é mãe real ou potencial, mãe biológica ou mãe na capacidade de cuidar de outros – produziram um capcioso discurso sobre direitos da mulher: na verdade, muitas vezes resume-se a mulher à condição de mãe.

É assim que, por um lado, o discurso da “natureza” faz da procriação a essência da mulher e subtrai-lhe, ao mesmo tempo o papel de sujeito e a posse de seu corpo; por outro, a instituição do casamento em particular e a heterossexualidade compulsória em

⁹ As iniciativas intituladas “políticas de identidade” são coletivas, não somente individuais, e públicas, não apenas privadas. Elas são esforços, não somente tentativas; o poder determina parcialmente o resultado, e as relações de poder são alteradas através dos esforços. Envolvem a busca de reconhecimento, legitimidade (e, por vezes, poder), não apenas expressão ou autonomia; outras pessoas, grupos e organizações (incluindo Estados) são chamados a responder. (CALHOUN, 1994, p. 23) [livre tradução nossa].

¹⁰ Cabe lembrar que a capacidade de fecundar, conceber e ter filhos não é suficiente para que pessoas sejam pais e mães num sentido ampliado; para tanto, homens e mulheres têm de ir além da concepção e adotar os filhos, biológicos ou não.

geral fazem com que as mulheres possam ser apropriadas em sua sexualidade e sua força de trabalho de modo individual e coletivo pelos homens. Se as análises feministas certamente desmontaram essa “essência natural” do papel social das mulheres, a sexualidade e o corpo biológico permanecem no domínio do não problematizado. (MARTINS, 2004, p. 21).

A mulher/mãe é assim idealizada e, ao mesmo tempo, aprisionada porque é difícil distinguir a voz dela em pautas e questões não ligadas à maternidade. A ligação contingente da mulher à maternidade é esquecida, como lembra Swain (2007):

A “verdadeira mulher” se desdobra também no papel de esposa-mãe, imagem que habita as mulheres como apelo do natural, o apelo do ventre, destino e marca da verdade do sexo. Reprodução e sexualidade: por que estariam atrelados senão como resultado de uma ordem simbólica que traduz o contingente-histórico como o necessário-natural? (SWAIN, 2007, p. 236)

Quanto ao homem, o lugar construído no sistema de dominação masculino foi o lugar do poder e do privilégio em relação à família e ao espaço público. Sobre as questões públicas, instituiu-se como referente universal; em relação à família, a identidade dele foi construída como a do chefe da família burguesa¹¹, e provedor.

A chefia da família pelo homem foi contestada pelo movimento feminista e o autoritarismo patriarcal limitado pelo reconhecimento dos direitos da mulher, da criança e adolescente, bem como pelos avanços da mulher em relação à participação política e econômica. O provimento econômico, todavia, seguiu um percurso menos acidentado: a identidade do pai de família ficou ligada ao

¹¹ Podemos caracterizar a família patriarcal como aquela na qual o homem detém poderes ditatoriais em relação às mulheres e filhos, em especial as filhas, determinando o casamento, por exemplo, castigando e determinando quem pertence, ou não, ao grupo familiar e, no limite, decidindo sobre a vida e a morte das pessoas sobre seu domínio. Na família burguesa tradicional, a autoridade do pai, embora solidamente fundamentada em poder econômico e acesso ao espaço público garantidos pela divisão de gênero do trabalho, torna-se mediada e limitada pelo regime legal. O modelo de poder masculino arbitrário sofre seguidos abalos com o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e com as lutas pelos direitos individuais de mulheres, crianças e adolescentes (Cf. Therborn, 2006)

Popularizou-se o uso do termo patriarcal como qualificador do sistema de gênero, ressaltando os privilégios masculinos em analogia aos poderes do patriarca na família. Saffioti (2004) dentre outros autores explicita e defende tal utilização, na sequência do texto, a palavra ‘patriarcal’ será utilizada neste sentido ampliado, salvo exceções para as quais serão explicitados os sentidos restritos.

provimento de maneira forte, podemos dizer “naturalizada” de maneira análoga à “naturalização” da identidade da mulher como mãe\cuidadora. As identidades de homem-provedor e mulher-cuidadora se alimentam porque foram relacionadas como sendo complementares. A complementaridade suposta, por sua vez, carrega as idéias de: arranjo natural, divisão consensual, ausência de conflitos.

Neste universo, outros aspectos possíveis da paternidade ficaram relegados ao esquecimento, como aponta Lamb:

Similar presumptions regarding the assumption that women and children are entitled to support by men, and that when men fail (for whatever reason) to provide this support, the state accepts responsibility in their stead. This assumption has translated into legislative edict and administrative policy the notion that men's family roles are primarily economic, and that (by implications) their roles as socializing agents and as emotional supports for mothers and children are either insignificant or not in the state's interest to defend. (LAMB, 1983, p. 3)¹²

A omissão fica salientada quando se consideram os cuidados com os filhos: “One of the central problems related to active paternal participation in child care is that most modern societies do not provide clear behavioral guidelines for intensely involved fathers.” (EISIKOVITS, 1983, p. 15)¹³

Então, o aparente silêncio em relação à identidade do homem-pai na família pode corresponder à reafirmação de seu lugar como provedor.

The thesis I will develop is that fatherhood has been a target of policy, implicitly or explicitly, but that the fatherhood function has been viewed largely as that of breadwinner. In contrast,

¹² Pressupostos similares a respeito da suposição de que mulheres e crianças têm o direito de serem sustentadas pelos homens, e que, quando os homens fracassam (por qualquer razão) em garantir este sustento, o Estado assume esta responsabilidade por eles. Esta suposição traduziu em edital legislativo e política administrativa a noção de que o papel dos homens dentro das famílias é especialmente econômico, e que (como consequência) seu papel como agentes socializantes e como apoio emocional para mães e crianças ou é insignificante ou não está no interesse do Estado defendê-lo. (LAMB, 1983, p.3) [livre tradução nossa].

¹³ Um dos problemas centrais relacionados à participação paterna ativa no cuidado com a criança é que a maioria das sociedades modernas não fornece diretrizes comportamentais claras para pais intensamente envolvidos. (EISIKOVITS, 1983, p.15) [livre tradução nossa].

motherhood has been addressed primarily as a nurturant and caretaking role. (KAMERMAN,1983, p. 23)¹⁴

Reduzir a contribuição do homem ao provimento econômico¹⁵ torna-se especialmente problemático para os pais de famílias empobrecidas, já que nesses casos o provimento econômico é quase sempre precário.

Caso consideremos que as políticas sociais voltadas às famílias pobres constituem políticas de gênero e identidade, veremos que por essas políticas a relação contingente entre mulheres e maternidade torna-se naturalizada. De forma análoga, fica “naturalizada” a igualmente contingente relação entre homens e provedores.

Pais ausentes

Lyra (1997, 2008) mostra que a máxima “o filho é da mãe” esteve presente nos discursos das instituições com as quais ele trabalhou: escola, saúde, exército, órgãos de pesquisa demográfica, justiça, organizações não-governamentais e até mesmo na literatura científica.

Os ditos populares: “Mãe é mãe”; “pai é quem cria”, bem como a penetração de campanhas publicitárias como: “Não basta ser pai, tem que participar!”¹⁶ podem ser agrupados no mesmo conjunto de fenômenos, como faces de uma mesma moeda que explicita um lugar garantido (materno) e um lugar condicional (paterno).

Assim, além de marcar a existência de homens e de pais nas famílias pobres é relevante considerar que eles têm alguma contribuição a oferecer no

¹⁴ A tese que irei desenvolver é a de que a paternidade tem sido um alvo da política, implícita ou explicitamente, mas que a função da paternidade tem sido vista em grande medida como a do provedor. Em contrapartida, a maternidade tem sido tratada fundamentalmente como um papel de criação e de cuidado. (KAMERMAN,1983, p. 23) [livre tradução nossa].

¹⁵ Destacamos que o modelo de provedor tem uma história recente, sendo ligada a fatores relativos à industrialização século XIX (CONNEL, 1995) e o advento da idéia de um salário para a família.

¹⁶ Gelol - *Não Basta Ser Pai, Tem Que Participar* - Comercial da Gelol da década de 1980, criado pela agência DM9, do publicitário Nizan Guanaes.

cuidado dos filhos. Abordaremos adiante idéias dessa contribuição, mas cabe observar aqui o contexto no qual a participação deles é considerada.

Maternal deprivation was viewed as potentially the most disruptive event in child development; that most studies involved paternal deprivation as well went unremarked for decades. When fathers and parental influences were considered, they were either deemed trivial or were viewed as important only by virtue of the hostile, competitive, distant characteristics of father-child relationships. (LAMB, 1983, p. 3)¹⁷

A presença paterna na família associou-se ao provimento econômico em consequência da divisão de gênero do trabalho; assim, a defesa da importância do pai na família¹⁸ tornou-se um argumento em defesa de uma determinada composição familiar e de um modelo determinado de família.

Coerente com a predominância do discurso sobre a criação do filho ser função “da mãe”, tornou-se corriqueiro o uso da adjetivação “ausente” em relação aos pais. Esta designação vem sendo construída como uma categoria não científica em relação aos pais, seja em relação ao pai de família dos estratos de renda médios e altos, tidos como distante, física e emocionalmente, seja do pai de famílias pobres, considerados ausentes das formas mais diversas.

Neder (1994, p. 42), comentando as famílias escravas, cita Gisálio Cerqueira Filho, para afirmar que a ausência da figura paterna ocorria em dois sentidos:

- a) pelo não reconhecimento da paternidade por alguém, uma vez que o filho havia sido gerado a partir de uniões efêmeras e passageiras,

¹⁷ A privação materna tão vista como tão acontecimento tão potencialmente disruptivo do desenvolvimento infantil; que a maioria dos estudos envolvendo a privação paterna passou despercebida por décadas. Quando os pais e as influências paternas foram considerados, foram julgados triviais ou vistos como importantes apenas devido às características hostis, competitivas e distantes dos relacionamentos entre pai e filho. (LAMB, 1983, p. 3) [livre tradução nossa].

¹⁸ Esta parece ser uma das origens da afirmação, comum até o meio do século passado, de que uma família sem pai seria uma família “desestruturada”, fadada a gerar problemas psicológicos e sociais nas crianças. O discurso apocalíptico quanto à ausência dos pais nas famílias, hoje, parece ter se circunscrito aos círculos conservadores e religiosos.

- b) pela distância que o poder impunha à figura do senhor, figura, segundo a autora, potencialmente substitutiva da figura paterna.

Takashima (1994, p. 80) comenta pesquisa realizada em 1993, em Florianópolis, para destacar, como dado surpreendente, que 64% dos pais eram considerados ausentes pelas mães entrevistadas. Ausentes perante o processo de educação e a questão financeira e por comportamentos marcados pelo autoritarismo, alcoolismo crônico e violência doméstica. A autora conclui que os pais transformaram-se em parâmetros “inaceitáveis de identificação”. A perda das informações sobre os pais no contexto das crianças em situação de rua também foi apontada (CASTILHO *et al*, 2000).

“Ausente”, segundo este pequeno apanhado, poderia significar: indeterminado, distante, insuficiente, inadequado, violento e pessoa sobre quem as informações se perderam. Os “inaceitáveis” modelos de identificação continuam sendo, todavia, modelos de identificação, supridos e suplementados por tios, avós, padrastos, em condições não muito melhores do que as dos próprios pais. “A father’s presence may also have its problematic aspects, particularly when he physically abuses his children. Paradoxically, the father may be a problem to his family both in his absence and in his presence”. (WOLLINS, 1983, p.117)¹⁹

O fato de a mulher ser a principal responsável pelos cuidados com a família, em especial com as crianças, associada à ligação fortemente estabelecida entre mulher e maternidade, impede que a insuficiência e inadequação dela – por variadas razões, como alcoolismo crônico e depressão pós- parto²⁰ – sejam nomeadas como “ausência materna”, a não ser nos casos de abandono. Mesmo nestes casos pode-se culpar a mulher e preservar a maternidade. Ela passa a ser qualificada como “mulher que não é uma verdadeira mãe”.

¹⁹ A presença do pai também pode ter seus aspectos problemáticos, especialmente quando ele abusa fisicamente de seus filhos. Paradoxalmente, o pai pode ser um problema para sua família tanto em sua ausência quanto em sua presença. (WOLLINS, 1983, p. 117) [livre tradução nossa].

²⁰ Epidemiologia de transtornos psiquiátricos pode ser vista em: LHSG de Andrade, MC Viana, CM Silveira - *Rev. psiquiatr. clín*, 2006 - hcnnet.usp.br

A referência em relação à qual se comparam os comportamentos masculino e feminino é oposta – como se o homem não estivesse presente na família, mas, quando está, pudesse estar de forma inadequada. Quanto à mulher, é como se ela sempre estivesse na família e, quando está, é como se a presença fosse sempre adequada, apesar dos percalços.

O que os homens pobres podem ser, se não forem provedores? Sarti (2003a) aponta que, mesmo assim, podem ser protetores da família, guardiões morais dela e segurança do grupo. Acrescentamos que podem ser companheiros da mãe, mas parece que, mesmo assim, os homens pobres, em especial os pais, estariam diante de inserções precárias na família.²¹

Precisamos considerar, todavia, que corremos o risco de ter uma visão pobre sobre a pobreza, reduzir as alternativas possíveis àquelas que conseguimos enxergar. Alguns autores, como Oliveira (2004, p. 213), situam o uso e abuso de uma masculinidade exacerbada, pelos homens das camadas populares, como um dos poucos recursos de valorização disponíveis a eles: “O exercício expressivo de comportamentos machistas funcionaria como algo compensatório para os homens dos estratos mais desfavorecidos”. (OLIVEIRA, 2004, p. 217)

A busca de intersecções entre os sistemas de gênero e classes sociais é relevante, mas não avança se as ligações forem estabelecidas de maneira unívoca, como se elas se dessem sempre, ou necessariamente, da mesma forma. Reduzir os homens pobres a reprodutores do machismo como necessidade de auto-afirmação diante do mundo hostil naturaliza-os como agressores das mulheres e empobrece os recursos de sobrevivência.

Os pobres não estão necessária e constantemente no campo da frustração e impossibilidade. Ao menos não vivem assim, como demonstram a convivência com eles e as pesquisas efetivas com os próprios envolvidos (FONSECA, 2004; SARTI, 2003a; ZALUAR, 1994). O repertório social dos homens pobres também não se limita ao machismo exacerbado; o mapeamento das possibilidades de

²¹ Na constituição da população adulta em situação de rua, além de fatores como alcoolismo e doenças mentais, a inserção precária dos homens nas famílias pode ser considerada um fator relevante.

comportamento masculino é mais uma questão empírica do que uma questão que possa ser resolvida de forma teórica, como Connel (2000:23) afirma: “[...] research on these varied combinations of masculinities is surely an empirical question, not one to be settled in advance by theory.” (CONNEL, 2000, p. 23)²²

Assim, situações nas quais novos repertórios são experimentados tornam-se relevantes. No universo feminino dos programas sociais dirigidos às famílias em situação de vulnerabilidade, alguns homens rompem a expectativa negativa em relação à participação deles e freqüentam os grupos socioeducativos, adentrando um território tido como feminino: o do cuidado com as famílias.

O que permitiu a presença deles nos serviços de acompanhamento das políticas sociais dirigidas às famílias? A presença deles significa um desafio para a divisão de trabalho baseada no gênero e para o machismo?

Ressaltou-se, então, a necessidade de estudar e entender esses homens a partir de suas próprias histórias.

c) Objetivos

Principal

Compreender as identidades de homens atendidos pelos programas sociais de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade social²³, à luz das contribuições teóricas de Ciampa e Connel.

Secundários

Contribuir para a visibilidade e o reconhecimento de formas diversas de exercer a paternidade nas famílias pobres;

²² “a pesquisa sobre estas várias combinações de masculinidade é certamente uma questão empírica, não algo para ser aceito antecipadamente pela teoria.” (CONNEL, 2000, p. 23) [livre tradução nossa]

²³ Vulnerabilidade social é um conceito desenvolvido pela Fundação Seade que inclui indicativos de renda, escolaridade, acesso a serviços públicos (saúde, educação, transporte, assistência social) e ao trabalho, composição familiar, garantias legais e políticas. A fundação Seade elabora o índice paulista de vulnerabilidade social (IPVS) que tem servido de referência para os programas sociais do Estado e dos municípios. Outras informações podem ser obtidos no site do Programa Ação Família: <http://www.acaofamilia.org.br>, ou na própria Fundação Seade.

Contribuir para o questionamento do atendimento oferecido aos homens, em especial aos pais, nos programas de atenção às famílias em vulnerabilidade.

d) Das partes

No capítulo 1, fazemos uma breve introdução aos estudos sobre masculinidades, localizando o estudo no campo daqueles que levam em consideração as questões de poder e dominação. Referenciados em Connel (1995), partimos do conceito de gênero para apresentar as masculinidades e suas transformações. Apresentamos, a seguir, o conceito de identidade de Ciampa (1996) e discutimos sua complexidade que permite-nos falar de reposições, metamorfoses e emancipação.

No capítulo 2, trabalhamos a contextualização sócio histórica, abordando o ambiente no qual os sujeitos encontram-se inseridos, a paternidade, as famílias pobres e migrantes, bem como as políticas sociais de atenção à família.

No capítulo 3, apresentamos considerações metodológicas, o diário de campo e a história de vida do sujeito escolhido. Buscamos articular o material empírico com o material teórico apresentado anteriormente, destacando aspectos nos quais o material empírico exemplifica questões já colocadas e aspectos nos quais novas questões são trazidas ao debate.

Nas Considerações Finais, realizamos um breve passeio pelo trabalho efetuado até então, retornando ao problema social e realizando sugestões para que as políticas sociais possam reconhecer e apoiar transformações que já existem, ou podem vir a existir, nas famílias atendidas.

CAPÍTULO 1

HOMENS EM MOVIMENTO

1.1 Masculinidades

As Ciências Sociais produziram muito conhecimento sobre o homem – é fácil perceber isso quando se consideram os temas da política, economia e guerra. Todavia, os homens eram vistos como referentes da humanidade, em uma posição coerente com a realidade cotidiana e com os pressupostos sobre ela. Constituíam, assim, um elemento fundamental e tão conhecido das narrativas que não era problematizado.

Foi necessária a combinação de alguns fatores para que o homem e as masculinidades fossem transformados em objeto de estudo, abandonando o posto de ator histórico e fundamento dos acontecimentos. Destacamos três frentes em que essa mudança se originou:

- o movimento feminista, com contestação do domínio masculino sobre a mulher, o questionamento do papel do homem como referente universal e o desenvolvimento teórico feminista, que destruiu a idéia de uma feminilidade homogênea e se colocou contra a idéia de essência. (BUTLER, 2003);
- o movimento *gay*, que pautou os direitos dos homens homossexuais e deu visibilidade a outras formas de masculinidade;
- a dinâmica das intervenções sociais junto às mulheres nos campos da violência doméstica, saúde da mulher e reprodução humana, por exemplo, que construíram perguntas sobre o comportamento masculino.

Os modelos de estudo sobre o homem, entendido como objeto da investigação, foram sem dúvida os estudos feministas sobre a mulher. Contudo, nem todos seguiram o caminho do entendimento das relações de gênero, direção tomada (“mainstream”) pelos estudos feministas.

Os estudos feministas começaram no campo da diferença entre as oportunidades de inclusão social e econômica disponíveis para os homens e para as mulheres – questão ampla, muitas vezes apresentada como diferença sexual entre homens e mulheres. Orientação religiosa e cultural, estudos biológicos, lingüísticos, psicanalíticos, psicológicos de outras escolas, sociológicos, antropológicos, etnográficos e históricos compõe o acervo de saberes que abordaram questões relacionadas ao tema.

A dimensão política foi ressaltada pelo movimento feminista, que denunciou o desequilíbrio entre as possibilidades abertas para homens e mulheres e caracterizou a opressão de gênero. Ou seja, sistema em que os homens oprimem as mulheres, obtendo dividendos da exploração e preservando para si diversos privilégios. Como conta Muraro, “a categoria gênero começou a ser usada primeiro para mostrar a discriminação da mulher em todos os níveis: no econômico, no político, no social, etc.”. (MURARO, 2001, p. 7).

Gênero tornou-se uma das categorias a serem consideradas na análise de múltiplos fenômenos, e podemos apontar uma convergência nos estudos que mostram a opressão das mulheres. Conforme Lomas aponta:

Casi nadie niega hoy ya – tal como han mostrado la antropología, la sociología, el psicoanálisis, la filosofía, la lingüística o la indagación histórica - la construcción de un orden social y simbólico vinculado a los privilegios de la dominación masculina y sus obscenos efectos en la vida cotidiana de las mujeres. (LOMAS, 2003, p.12)²⁴

Também se construiu uma convergência no entendimento de que o sistema de gênero é construído sócio-historicamente e, portanto, não é imutável. Essa convergência não impediu que as diferenças entre homens e mulheres continuassem sendo justificadas, por alguns, como diferenças biológicas, ou como desígnios divinos.

²⁴ Quase ninguém nega hoje em dia – tal como demonstraram a antropologia, a sociologia, a psicanálise, a filosofia, a lingüística ou a investigação histórica – a construção de uma ordem social e simbólica vinculada aos privilégios da dominação masculina e seus efeitos degradantes na vida cotidiana das mulheres. (LOMAS, 2003, p. 12) [livre tradução nossa].

Os argumentos biológicos justificadores das diferenças sociais entre homens e mulheres foram cientificamente desafiados com o crescimento de estudos que mostravam o próprio sexo como uma construção social, segundo argumenta Laqueur (2001). Nas palavras de Swain:

As representações sociais, veiculadas em imagens e em linguagem, traduzem o gênero em corpos sexuados, e o desnudamento deste mecanismo permite a inversão das polaridades do sistema de sexo/gênero: assim, é o ***gênero que cria o sexo***. O Sexo biológico deixa de ser o significante geral que abriga o binário sexual e passa a ser igualmente signo produzido no próprio seio do agendamento social. (SWAIN, 2007, p. 235)

O conceito de gênero foi criado e sobreviveu com base na assertiva de que a biologia não determina o social. Mas o fato do sistema de dominação masculina não ser decorrência da biologia, nem tampouco imutável, não o faz menos sólido, apresentando uma grande força de permanência e reprodução, como aponta Bordieu (1999).

Pontos de vista convergentes em alguns aspectos não impedem as batalhas políticas e teóricas nem o uso do termo “gênero” em contextos diversos. Assim, muitas vezes, pode-se encontrar gênero como sinônimo de mulher, ou mesmo designando diferenças sexuais reificadas, alerta Izquierdo (1994). Nas Ciências Sociais, gênero se consolidou como categoria utilizada para pensar a sociedade, em diálogo com outras categorias.

Portanto, a nova categoria *gênero*, criada pelas mulheres a fim de dar conta do papel feminino na História e na condição humana do final do século XX, vem acrescentar e complementar a categoria *classe social*, para dar conta da existência da opressão de diversas naturezas na História. (MURARO, 2001, p. 9)

O aproveitamento do conceito de gênero se dá com diversas batalhas sobre ele, o campo teórico interage com as lutas políticas, assim, neste terreno, não se pode pensar em progresso da ciência de uma forma acumulativa e asséptica, a dimensão política está sempre presente, marcando o debate sobre as posições de uma forma instigante.

Ainda utilizamos os termos homens e mulheres como se remetessem a grupos coesos, elidindo a diversidade no interior das descrições, assim como usamos termos genéricos para indicar posições políticas e teóricas. É surpreender a descoberta da gama de entendimentos teóricos, posições políticas e estratégias de ação diferentes abrigadas no campo do feminismo, termo para o qual o plural também parece ser o mais adequado.

Os estudos sobre masculinidades também refletem variedade de posições, eles ganharam força no exterior a partir da década de 1970; no Brasil, temos um campo em expansão e consolidação. (ARILHA; UNBEHAUM; MEDRADO, 2001; MEDRADO; LYRA; GALVÃO; NASCIMENTO, 2000; OLIVEIRA, 2004).

As questões da saúde reprodutiva e as respostas buscadas para a disseminação da AIDS, com o conseqüente financiamento de pesquisas ligadas à sexualidade, marcaram o início e o percurso da produção brasileira sobre o tema. Além da sexualidade, a paternidade e a violência se tornaram questões recorrentes – mas, no campo da assistência social, em especial das políticas públicas voltadas às famílias, a produção ainda mostra-se insuficiente.

Considerar a produção acadêmica sobre o campo e classificá-la são tarefas fora do escopo deste trabalho. Uma sólida discussão sobre os pressupostos teóricos e metodológicos das pesquisas e suas implicações pode ser encontrada em Lyra (2008). Todavia, uma diferença entre as formas de estudar merece ser levantada: os estudos efetuados consideram as relações de poder e dominação entre homens e mulheres?

Nossa escolha foi a de pensar as masculinidades e os homens em função das relações de gênero, entendidas como relações de poder e dominação. Para tanto, utilizaremos como referência os trabalhos de Connel, pesquisador de grande influência na área internacional e nos estudos brasileiros.

Connel (1995) considera que masculinidade e feminilidade só se configuram – uma com a outra – em determinada relação de gênero. Assim, seriam sempre as relações de gênero o objeto de estudo apropriado. Segundo ele, encontraremos a configuração de gênero, não importa a forma em que dividamos

o mundo social ou a unidade de análise que selecionemos – a vida pessoal, a ideologia, a cultura, as instituições.

Connel propõe que se pense em pelo menos quatro dimensões das relações de gênero, como se mostra a seguir.

1) Relações de poder: o principal eixo do poder no sistema de gênero americano/europeu contemporâneo é a subordinação geral das mulheres e a dominação dos homens, estrutura chamada de Patriarcado.²⁵

2) Relações de produção: a divisão do trabalho baseia-se no gênero; deve-se prestar atenção às conseqüências econômicas da divisão de gênero do trabalho²⁶ e ao dividendo acumulado pelos homens, resultante da divisão desigual dos produtos do trabalho social.

3) Cathexis: a ligação emocional, a escolha de um objeto ao qual se dirigem e se ligam os desejos sexuais e afetivos. As formas pelas quais os desejos se configuram são um aspecto da ordem de gênero.

4) Simbolismo: as qualidades valoradas e desejadas pela sociedade associadas aos homens, e associação oposta de valores indesejados às mulheres, bem como a construção do masculino como oposto ao feminino em pares dicotômicos. (CONNEL, 2000)²⁷

Como Connel considera que o gênero é uma maneira de estruturar a prática social em geral, e não um tipo especial de prática, este fica inevitavelmente imbricado com outras estruturas sociais. Gênero interage com raça, classe, nacionalidade ou posição na ordem mundial. Assim, a pergunta sobre como se dá essa interação em cada caso particular é sempre relevante. (CONNEL, 1995).

Aqui cabe retomar o alerta de Rosenberg (2001, 2002) para que não consideremos convergentes as desigualdades, ou os sistemas de dominação. As

²⁵ Utilizaremos maiúscula em Patriarcado quando nos referirmos ao sistema de dominação de gênero; quando nos referirmos a uma organização familiar patriarcal, utilizaremos a letra minúscula.

²⁶ No Brasil a expressão consagrada é “divisão sexual do trabalho”, evitada por nós por estabelecer uma base biológica e naturalizante, embora o termo tenha sido usado em pesquisas que mostram a exploração da mulher e estejam antenadas com a política de defesa dos direitos dela.

²⁷ Com a inclusão do simbolismo, a definição de gênero de Connel aproximou-se, sem citá-la, da definição de Joan Scott (1990), conceito muito utilizado na produção brasileira sobre gênero.

relações entre os diversos sistemas de dominação – raça, gênero, classe social e idade – podem ser diversas e conflitantes.

Para Connel (1995) as formas conflitantes de conhecimento sobre gênero denunciam a presença de práticas diversas, de interesses políticos diversos; assim, a análise não pode permanecer nas idéias puras, mas deve olhar as bases práticas de tais idéias.

Com a inclusão, no entendimento, das relações de gênero de aspectos institucionais, da esfera reprodutiva, das escolhas afetivas e do simbolismo, torna-se claro que “masculinidade” não apresenta uma essência ou permanência, nas palavras do autor: “There is no masculine entity whose occurrences in all societies we can generalize about. The things designated by the term in different cases are logically incommensurable.” (CONNEL, 1995, P. 43)²⁸

As masculinidades, sendo configurações de práticas, são inerentemente históricas: o fazer e refazer é um processo político que afeta o balanço de interesses na sociedade e a direção da mudança social.

It has been clear since the work of Juliet Mitchell and Gayle Rubin in the 1970s that gender is an internally complex structure, where a number of different logics are superimposed. This is a fact of great importance for the analysis of masculinities. Any one masculinity, as a configuration of practice, is simultaneously positioned in a number of structures of relationship, which may be following different historical trajectories. Accordingly, masculinity, like femininity, is always liable to internal contradiction and historical disruption. (CONNEL, 1995, p. 73)²⁹

²⁸ “Não há entidade masculina cujas ocorrências em todas as sociedades podemos generalizar. As coisas designadas pelo termo em diferentes casos são logicamente incomensuráveis.” (CONNEL, 1995, p. 43) [livre tradução nossa].

²⁹ Está claro desde o trabalho de Juliet Mitchell e Gayle Rubin nos anos 70 que o gênero é uma estrutura internamente complexa, em que uma série de diferentes lógicas se sobrepõem. Este é um fato de grande importância para as análises de masculinidade. A masculinidade de cada um, como uma configuração de prática, é simultaneamente posicionada numa série de estruturas de relacionamento, que podem estar seguindo diferentes trajetórias históricas. Conseqüentemente, a masculinidade, tal como a feminilidade, está sempre sujeita à contradição interna e à interrupção histórica. (CONNEL, 1995, p. 73) [livre tradução nossa].

Como maneira de distinguir as diferentes masculinidades, presentes no mesmo momento histórico, e pensar as interações entre elas, Connel (1995) utilizou a seguinte classificação das masculinidades nos termos a seguir.:

- Hegemônica: conceito, derivado da análise de Gramsci das relações de classe; refere-se à dinâmica cultural pela qual um grupo exige e sustenta a posição de liderança na vida social. A masculinidade hegemônica se define como a configuração de prática de gênero que encarna a resposta habitualmente apropriada e aceita ao problema da legitimidade do Patriarcado, aquela que garante (ou se toma para garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.
- Subordinada: a hegemonia se refere à dominação cultural na sociedade como um todo. Nesse contexto, existem relações específicas de dominação e subordinação entre grupos de homens. Na sociedade americano/européia, o exemplo mais importante é a dominação dos homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais. Em nosso trabalho de campo a entrevista com um atendido homossexual mostrou que a condição de homossexual significa a exposição a violência homofóbica e o risco a própria vida.
- Cumplicidade: o número de homens que pratica rigorosamente os padrões hegemônicos em sua totalidade é bastante reduzido. Não obstante, a maioria dos homens ganha pela hegemonia, já que eles se beneficiam com o dividendo patriarcal, aquela vantagem que os homens obtêm em face da subordinação das mulheres.

Connel (1995) ressalva que termos como “masculinidade hegemônica” denominam não tipos de caráter fixos, mas configurações de práticas geradas em situações particulares, em uma estrutura cambiante de relações.

Um aspecto importante, nas considerações históricas de Connel (1995), é a amplitude do olhar dele sobre a configuração da masculinidade: o estudioso a liga essa configuração aos últimos quatrocentos anos de História, à expansão colonial, ao desenvolvimento do capitalismo e à criação de mercados globais.

It is mainly ethnographic research that has made the scale of the issue, and the vital connections, clear: the unprecedented growth of European and North American Power, the creation of global empires and a global capitalist economy, and the unequal encounter of gender orders in the colonized world. I say 'connections' and not 'context', because the fundamental point is that masculinities are not only shaped by the process of imperial expansion, they are active in the process and help to shape it. (CONNEL, 1995, p. 185)³⁰

Para Connel (1995), no século XVIII, estavam dadas as condições da moderna ordem de gênero.

With the eighteenth century, in seaboard Europe and North America at least, we can speak of a gender order in which masculinity in the modern sense – gendered individual character, defined through an opposition with femininity and institutionalized in economy and state – had been produced and stabilized. For this period we can even define a hegemonic type of masculinity and describe some of its relations to subordinated and marginalized forms. (CONNEL, 1995, p.189)³¹

Connel (1995) acompanha divisões e tensões na masculinidade hegemônica – como divisões entre a ênfase na dominação física ou na habilidade

³⁰ Foi principalmente a pesquisa etnográfica que pesou esta questão e tornou suas conexões vitais claras: o crescimento sem precedentes do poder europeu e norte-americano, a criação de impérios globais e de uma economia capitalista global e o encontro desigual de ordens de gênero no mundo colonizado. Digo 'conexões' e não 'contextos', pois a questão fundamental é que as masculinidades não são apenas moldadas pelo processo de expansão imperial; elas são ativas no processo e ajudam a moldá-lo. (CONNEL, 1995, p.185) [livre tradução nossa].

³¹ Com o século dezoito, no litoral da Europa e da América do Norte, pelo menos, podemos falar de uma ordem de gênero no qual a masculinidade em sentido moderno - personalidade individual de gênero, definida através de uma oposição com a feminilidade e institucionalizada na economia e no estado – havia sido produzida e estabilizada. Para este período, podemos até mesmo definir um tipo hegemônico de masculinidade e descrever algumas de suas relações com formas subordinadas e marginalizadas. (CONNEL, 1995, p. 189) [livre tradução nossa].

técnica, bem como reações às próprias tentativas de mudanças. Assim ele caracteriza, por exemplo, a separação burguesa da esfera doméstica (campo de ação das mulheres) da esfera da economia e ação política (território dos homens) como uma reação à pressão feminina contra a masculinidade dos proprietários de terra e da nobreza, masculinidade hegemônica até ser superada na moderna ordem de gênero e que se caracterizava pela licenciosidade em relação às mulheres das classes populares, o culto da honra masculina com a defesa desta até a morte (duelo), as alianças familiares que determinavam os casamentos e a ocupação sistemática das funções que envolviam poder de decisão judicial, militar e política.

Desnaturalizando a divisão de esferas de ação, componente ideológico da dominação masculina, Connel (1995) relata estudo sobre a presença da mulher na força de trabalho durante a Revolução Industrial e a expulsão delas das indústrias pesadas. Com a participação ativa dos sindicatos, o evento representa um ponto chave no processo de formação da masculinidade da classe trabalhadora conectada com a estratégia de um salário família.

A amplitude de olhar do estudioso ressalta o aspecto importante que as relações de gênero têm nas ações de Estado, nos movimentos populares e nas instituições, campos que, ingenuamente, poderiam ser entendidos como “neutros” em face às relações de gênero. O aspecto histórico demonstra, também, que o desenvolvimento das relações de gênero não é linear, não se desenvolve em uma só direção, e assim se pode questionar a idéia de uma transição simples (suave\sem percalços) entre uma masculinidade “tradicional” e uma masculinidade “moderna”.

É interessante observar que Connel (1995) considera o campo da análise científica das masculinidades um campo configurado pela presença determinante de atributos ligados à masculinidade hegemônica. Ele se apóia nos estudos e conclusões de Seidler (2000) para as afirmações, mas entende que a ciência é mais que o apontamento do que já está consolidado na sociedade. Ou seja, a ciência, para ele, guarda capacidade de ir além de suas configurações por meio

da combinação de informações empíricas, da crítica e da imaginação. Connel (1995) acredita que outros passos podem ser dados em direção à conexão da crítica científica com a crítica social envolvida na análise da masculinidade, bem como no direcionamento da generalização científica com os interesses da vida social e, então, com o conceito de justiça.

Critical social science requires an ethical baseline empirically grounded in the situations under study. The baseline for the analysis in this book is social justice: the objective possibility of justice in gender relations, a possibility sometimes realized and sometimes not. To adopt such a baseline is not to propose an arbitrary value preference that is separate from the act of knowing. Rather, it is to acknowledge the inherently political character of our knowledge of masculinity. We can treat this as an epistemological asset, not an embarrassment. (CONNEL, 1995, p. 44)³²

Connel acrescenta que os homens constituem um grupo de interessados na defesa de uma ordem de gênero em que homens dominam as mulheres, bem como as mulheres constituiriam um grupo de interessadas na mudança da mesma ordem.

Fatos independentes de quanto os homens, como indivíduos, amem ou odeiem as mulheres, ou acreditem na igualdade; bem como independente de quanto as mulheres, como indivíduos, busquem a transformação das relações de gênero (Connel, 1995). O conflito, portanto, não é afastado das preocupações ou do ponto de vista do autor.

Gay theory and feminist theory share a perception of mainstream masculinity as being (in the advanced capitalist countries at least) fundamentally linked to power, organized for domination, and resistant to change because of power relations. In some

³² A ciência social crítica exige uma referência ética empiricamente fundada nas situações sob estudo. A referência para a análise neste livro é a justiça social: a possibilidade objetiva de justiça nas relações entre gêneros, possibilidade por vezes concretizada, por vezes não. Adotar tal referência não é propor uma preferência arbitrária de valor isolada do ato de conhecer. Ao contrário, é reconhecer o caráter inerentemente político de nosso conhecimento de masculinidade. Podemos tratar isto como um recurso epistemológico, não um estorvo. (CONNEL, 1995, p. 44) [livre tradução nossa]

formulations, masculinity is virtually equated with the exercise of power in its most naked forms. (CONNEL, 1995, p. 42)³³

Connel (1995) critica a idéia que, no momento, tenhamos uma suavização das maneiras de ser homem. Para ele, a maior tendência, nas relações de gênero, é a expansão ilimitada da ordem de gênero européia/americana para o mundo colonizado. Com a inclusão de novas economias no mercado global, o Patriarcado ocidental avança com a presença de corporações, burocracias, exércitos e sistemas educacionais. São exemplos dessa assimilação os países do Leste europeu, pós-Cortina-de-Ferro, e o desmonte das políticas de igualdade de gênero. Um exemplo de resistência é a reafirmação de aspectos do Patriarcado islâmico.

Os homens dos Estados Unidos e da União Européia, na visão de Connel (1995), são, coletivamente, os principais beneficiários da ordem de gênero mundial, que concentra nas mãos deles um inaudito poder sobre o mundo natural e sobre outras pessoas. Essa força acaba gerando um aumento, sem precedentes, de riqueza e possibilidades. Paradoxalmente, existe uma persistente sensação de que as coisas, em termos de gênero, estão fora de controle, pois os homens parecem estar ameaçados.

Neste contexto, surgem pesquisas sobre o sofrimento masculino, embora o tema esteja longe de ser novidade. Pensemos no mandato cultural “homem não chora”: a frase em si evidencia o sofrer. A proibição seria desnecessária caso o homem não deparasse com as próprias dores – o que é impossível. Para atender ao mandato cultural, então, ele deve sofrer sem chorar. Em outras palavras, historicamente o homem teve de se haver com um rígido ideal cultural, uma espécie de pacto sobre como ele é, ou deveria ser. Exemplar, nesse sentido, é o

³³ A teoria *gay* e a teoria feminista compartilham da percepção atualmente em voga da masculinidade como sendo (pelo menos nos países capitalistas avançados) fundamentalmente ligada ao poder, organizada para a dominação e resistente a mudanças devido às relações de poder. Em algumas formulações, a masculinidade é virtualmente igualada ao exercício de poder em suas formas mais cruas. (CONNEL, 1995, p. 42) [livre tradução nossa]

“Poema em linha reta”, de Fernando Pessoa (1888-1935), assinado por Álvaro de Campos, um dos heterônimos do poeta português.

POEMA EM LINHA RETA

Nunca conheci quem tivesse levado porrada.
Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.
E eu, tantas vezes reles, tantas vezes porco, tantas vezes vil,
Eu tantas vezes irresponsavelmente parasita,
Indesculpavelmente sujo,
Eu, que tantas vezes não tenho tido paciência para tomar banho,
Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo, absurdo,
Que tenho enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas,
Que tenho sido grotesco, mesquinho, submisso e arrogante,
Que tenho sofrido enxovalhos e calado,
Que quando não tenho calado, tenho sido mais ridículo ainda;
Eu, que tenho sido cômico às criadas de hotel,
Eu, que tenho sentido o piscar de olhos dos moços de fretes,
Eu, que tenho feito vergonhas financeiras, pedido emprestado sem pagar,
Eu, que, quando a hora do soco surgiu, me tenho agachado
Para fora da possibilidade do soco;
Eu, que tenho sofrido a angústia das pequenas coisas ridículas,
Eu verifico que não tenho par nisto tudo neste mundo.
Toda a gente que eu conheço e que fala comigo
Nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxovalho,
Nunca foi senão príncipe - todos eles príncipes - na vida...
Quem me dera ouvir de alguém a voz humana
Que confessasse não um pecado, mas uma infâmia;
Que contasse, não uma violência, mas uma cobardia!
Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam.
Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi vil?
Ó príncipes, meus irmãos,
Arre, estou farto de semideuses!
Onde é que há gente no mundo?
Então sou só eu que é vil e errôneo nesta terra?
Poderão as mulheres não os terem amado,
Podem ter sido traídos - mas ridículos nunca!
E eu, que tenho sido ridículo sem ter sido traído,
Como posso eu falar com os meus superiores sem titubear?
Eu, que venho sido vil, literalmente vil,
Vil no sentido mesquinho e infame da vileza.

(PESSOA, 1972, p.418)

O poema revela a verdade sobre um falso segredo: homens são humanos, não seres ideais, vitoriosos, deuses, semideuses. O sofrimento social masculino é

visível ao longo da História – o homem compõe a maioria das legiões entre os dizimados nas guerras, os consumidos em situação de trabalho escravo ou semi-escravo, os explorados pelo rude trabalho assalariado, os aprisionados, os dependentes químicos, e assim por diante.

A novidade é relacionar tal sofrimento com um sistema de relações de gênero de dominação masculina, que acaba por ferir também o próprio homem. Mulheres e homens são plurais, e as formas de dominação também se dão entre eles. Tal efeito pode ser visto como reflexo do deslocamento do masculino da posição de referente universal e/ou como uma tentativa de situar o homem como vítima, descaracterizando-o com artífice e beneficiário mesmo sistema.

Ocorre que, se entendemos gênero como uma construção social relacional, produzida em relação a outros sujeitos sociais femininos e masculinos, temos de reconhecer que o homem, embora esteja no pólo dominante, se encontra também submetido a um conjunto de constrangimentos sociais. Estes, por sua vez, impõem padrões bastante estritos de concepções e comportamentos. (KNAUTH; VÍCTORA; LEAL, 2005, p.148), sendo o mais saliente a restrição à demonstração de afeto. Não se trata de negar que, nesse sistema de gênero, os homens ocupam o lugar de opressores das mulheres e crianças, mas sim de acrescentar, a esse posto, uma nova dimensão de complexidade.

Muito se tem escrito sobre a dificuldade do homem em arcar com as exigências da masculinidade, abordagens que muitas vezes ignoram a posição de privilégio masculino. Pádua (2005) relaciona as exigências da masculinidade com as dificuldades de cuidar do próprio corpo e enfrentar as situações de adoecimento:

A abordagem de que o homem tem que ser forte, tem que vencer sempre é o contraponto da situação de adoecimento, onde não depende mais dele ser forte; vencer sem o auxílio do externo; isto é, do tratamento médico, dos remédios, dos efeitos dos medicamentos, dos horários, de outros profissionais que fazem parte da equipe médica, e principalmente do seu organismo. Ao tomar contato com seu corpo, olhando para dentro dele e tentando entender seu funcionamento, suas emoções, seus sentimentos, o homem vai constatar que esse processo acontece independentemente de sua vontade e de seu controle, percebendo

que o ser humano é tão frágil como uma flor, que a ser arrancada do pé, a qualquer momento, murcha e morre. (PÁDUA, 2005, p. 71).

Os custos do ajuste a esse modelo de masculinidade também são apontados por estudiosos:

A população masculina é menor do que a população feminina; no entanto, em relação à mortalidade, os óbitos masculinos representam 59%. Observa-se uma diferença de quase oito anos em termos de esperança de vida ao nascer, segundo o sexo: 72,6 anos para as mulheres e 64,8 para os homens. (PÁDUA, 2005, p. 18)

De todos os óbitos por causas externas, 85,6% deles acontecem entre homens, enquanto apenas 14,4% ocorrem entre as mulheres (IBGE, 2003). Ser homem é, portanto, um inegável fator de risco quando consideramos as causas externas e a correlação desse risco com a autoria de ações violentas, também majoritariamente masculinas. (KNAUTH; VÍCTORA; LEAL, 2005, p.148)

Para alguns autores, como Boris (2002), o masculino é sempre construído negativamente: o homem tem que provar não ser mulher, criança ou homossexual. Os mandatos sociais da masculinidade são assim resumidos por Badinter:

- 1) o homem não pode ter fricotes;
- 2) o verdadeiro macho é um personagem importante;
- 3) o homem tem de ser independente e só contar consigo mesmo;
- 4) o homem tem a obrigação de ser mais forte que os outros, se necessário pela violência e correndo todos os riscos.

(BADINTER, 1993, p.134)

Tais obrigações constroem um caminho de aprendizado duro para os meninos (WELZER-LANG, 2001), que precisam entender o lugar deles na reprodução do sistema. Não se nasce homem, torna-se homem, como a menina se torna mulher, segundo formas particulares de individuação.

A masculinidade, associada ao poder e à opressão, não protege os homens de dor e sofrimento. O sofrimento dos homens não elimina, ou ameniza o fato de que mulheres são vítimas do mesmo sistema: não se trata de um campeonato de dores e custos que possa encobrir um sistema de dominação.

Se existe um sofrimento masculino diante da tarefa de arcar com a própria masculinidade; de forma análoga, existem as exigências que a feminilidade, ou, dito de outra forma, os ideais de feminilidade impõem à mulher.³⁴ Há dominação dos homens por outros homens, dominação das mulheres pelos homens – e, ressalte-se, os homens continuam os privilegiados.

Podemos considerar, também, a possibilidade de existir um novo sofrimento masculino, que advém da ameaça da perda de um lugar de privilégio. Quando nos referimos à ameaça da perda, pensamos no universo do trabalho e da representação política, onde cada vez mais a presença das mulheres é marcante, embora os privilégios masculinos continuem enormes.

Connel (1995) aponta que, embora algumas mulheres tenham ascendido a cargos de decisão em empresas e em governos, elas o fazem baseadas em redes masculinas de poder. E o avanço da participação feminina não é tão linear nem é obtido sem resistência, como pode parecer à primeira vista. Também pode ser observado que o exercício do poder pela mulher nas organizações não tem compromisso especial com a posição das mulheres nas mesmas organizações que elas comandam, ou ajudam a comandar. Ou seja, as conquistas de algumas mulheres não necessariamente garantem melhorias para outras.

O sucesso feminino no mercado de trabalho nem sempre se faz acompanhar de outros avanços, Hirata (2002) prova os avanços no campo do trabalho ao mesmo tempo em que alerta para a manutenção da responsabilidade quase exclusivamente feminina, pelos afazeres domésticos e para a relação que ela chama de patriarcal de empregadores com suas funcionárias.

³⁴ Dados sobre depressão pós parto podem ser obtidos em: IG **da Silva Moraes**, RT Pinheiro, RA da Silva, BL ... - *Rev Saúde Pública*, 2006 - SciELO Public Health.

Quando se analisa mundialmente a representação política das mulheres, eleitas para cargos majoritários e para os parlamentos, a única região que apresenta números significativos é a Escandinávia (Finlândia, 39% do parlamento, Noruega 36%, dados de 1993). (CONNEL, 1995) No Brasil, em 2008, o conjunto de prefeitas eleitas não passou de 9,16%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), – índice recorde na história política do País! No mesmo pleito, o índice de vereadoras eleitas foi de 12,51%, recuando do patamar atingido em 2004, de 12,64%.

Quanto à perda efetiva de alguns privilégios – e privilégio aqui soa de maneira eufemística diante do que será descrito –, essa perda se confunde com o avanço da modernização. Therborn (2006) considera o Patriarcado o grande perdedor do século XX, já que está praticamente eliminado dos países da América e Europa. Todavia, o estudioso utiliza uma definição restrita de patriarcado. Considera patriarcado o poder do homem, chefe de família, sobre sua esposa quanto: ao controle da circulação pública, ao trabalho e à impossibilidade do divórcio; e poder do pai sobre os filhos, em especial as filhas, determinando os casamentos e possibilidades de estudo e trabalho. O estudo constata a permanência de grandes contingentes de mulheres submetidas a esse nível de dominação na África, Ásia e Oriente Médio.

Se os homens estão solidamente assentados nas posições de poder social e político, no controle dos exércitos, polícias e armamentos, no controle das corporações e do fluxo de riquezas, de onde vem a ameaça?

Pode-se dizer, como Connel (1995), que o que está certamente em crise são as bases legitimadoras do Patriarcado, não propriamente o sistema de gênero (que apresenta diferentes configurações históricas), nem mesmo a dominação masculina ou a masculinidade. O que parece estar acontecendo é que determinações sociais legitimadas por explicações religiosas, biológicas e do saber cotidiano, tiveram as bases corrompidas pelo avanço da ciência e da militância feminista, do movimento *gay* e pelo próprio avanço dos direitos individuais.

Assim, o que era tomado como natural ou, se quisermos ser mais precisos, reificado como não humano, passa a ser visto como produto humano, sujeito a julgamentos e avaliações pessoais e coletivas. Tempo de possível transição, mas devemos lembrar aqui que a História não oferece garantias sobre as direções impostas pelas mudanças: elas serão delineadas no campo do confronto dos interesses e nas condições socioeconômicas destes confrontos.

A circulação das idéias desafiadoras ao atual sistema de gênero, em especial as idéias e lutas feministas, trouxe a expansão das possibilidades de pensamento utópico sobre gênero. Existe também uma multiplicação de subculturas sexuais e de identidades sexuais. Embora os homens dividam interesses comuns, as diferenças entre eles são profundas; defender o “status quo”, ou aventurar-se na busca de mudanças utópicas não é uma decisão que possa ser tomada por um seletivo grupo de representantes da “categoria”. Nessa situação, pensar sobre gênero torna-se uma questão inescapável. (CONNEL, 1995)

A forma como as masculinidades estão se combinando e modificando é, segundo Connel (2000, p. 23), uma questão empírica e não pode ser resolvida por avanços teóricos. Por isso, torna-se importante pesquisar os pontos nos quais a masculinidade hegemônica não corresponde às possibilidades concretas disponíveis para os sujeitos naquele determinado momento.

As discussões sobre masculinidades poderiam pressupor o conceito de identidade como um conceito necessário para que falemos de homens concretos, não representantes abstratos. Todavia, o uso do conceito de identidade tem sofrido críticas justamente em sua interface com o desenvolvimento dos feminismos.

Uma saída utilizada tem sido a substituição do conceito de identidade pelo conceito de subjetividade, como explicita Boris (2002). Ele afirma que utilizará o conceito de subjetividade uma vez que problematiza a idéia de identidade, tomando-a por:

uma semelhança absoluta e completa com algo que lhe é igual, opondo-se à idéia de diferença... as diversidades não têm um sentido identitário, mas, ao contrário, vêm justamente abalar as *identidades*, essas calcificações de figuras, opondo-se à idéia de eternidade. (BORIS, 2002, p. 20)

Ocorre que, para utilizar subjetividade desta forma, corre-se o risco de apagar os espaços das questões do reconhecimento social. Ou seja, corre-se um risco subjetivista, em detrimento dos aspectos relacionais, intersubjetivos e políticos.

A crucial aspect of the project of subjectivity is identity. Identity turns on the interrelated problems of self-recognition and recognition by others.. This component of recognition may be the aspect of identity made most problematic by the social changes of modernity. (CALHOUN, 1994, p. 20)³⁵

Quando se prescinde do conceito de identidade e se realizam novas descrições do comportamento de homens, mulheres e/ou homossexuais, surge o perigo de multiplicar o problema da normatização e generalização e de não enfrentá-los segundo a dimensão política. Não ceder ao essencialismo não significa abandonar o conceito de identidade: “In short, it may not be helpful to allow the critique of essentialism to become a prohibition against the use of all general categories of identity.” (CALHOUN, 1994, p. 18)³⁶

As batalhas em relação à identidade – que estão no centro das preocupações políticas dos representantes dos feminismos, do movimento GLBTT, dos movimentos étnico-raciais – não são uma questão superada, mas sim presente e carecedora de atenção:

One implication of this is that the challenges posed by projects of identity cannot be averted simply by asserting that those projects are embedded in essentialist thinking. We cannot really stop

³⁵ Um aspecto crucial do projeto de subjetividade é a identidade. A identidade se volta aos problemas inter-relacionados de auto-reconhecimento e reconhecimento alheio. Este componente do reconhecimento pode ser o aspecto da identidade que se tornou mais problemático devido às mudanças sociais da modernidade. (CALHOUN, 1994, p. 20) [livre tradução nossa].

³⁶ “Em suma, pode não ser útil permitir que a crítica do essencialismo se torne uma proibição contra o uso de todas as categorias gerais de identidade.” (CALHOUN, 1994, p. 18) [livre tradução nossa].

thinking at lest partially in categories – and therefore in at least something rather like an essentialist manner. Just as Derrida suggests we can never entirely escape from metaphysics however critical of it we may become, our task must be to remain seriously self-critical about our invocations of essence and identity. This means among other things paying attention to the agonistic, fractured, problematic aspects of identity. The politics of identity – politics either starting from or aiming at claimed identities of their protagonists – have to be taken seriously. (CALHOUN, 1994, p. 25)³⁷

Todavia, é impossível seguir sem estabelecer um conceito dinâmico de identidade. Do contrário, a cada descrição, delimitação, de masculinidade – seja ela *gay*, hegemônica, subalterna, *negra*, jovem, etc – repetir-se-á uma mistura das individualidades no conceito. Substituir a identidade masculina por diversas identidades masculinas, ainda que entendidas como idênticas entre si, não parece ser solução. Também não parece que estamos próximos de superar a idéia de identidade em direção a uma fluidez subjetiva sem forma, sem um apelo ao reconhecimento social.

Para utilizarmos um conceito de identidade que atenda a essas necessidades, recorreremos à proposta teórica de Ciampa.

1.2 A proposta teórica de Ciampa

O trabalho de Ciampa insere-se no – e representa o – grupo de pesquisadores da PUC/São Paulo, cujo expoente maior foi Sílvia Lane. Conhecido como “A Escola de São Paulo”, o movimento contribuiu para desatrelar a Psicologia Social brasileira da reprodução da Psicologia Social norte-americana,

³⁷ Uma implicação disto é que os desafios apresentados pelos projetos de identidade não podem ser evitados simplesmente ao se afirmar que esses projetos estão embebidos em um pensamento essencialista. De fato, não podemos parar de pensar, pelo menos parcialmente, em categorias – e, portanto, em pelo menos algo similar a uma maneira essencialista. Como Derrida sugere, não podemos escapar inteiramente da metafísica, por mais que nos tornemos críticos a ela; nossa tarefa precisa ser nos mantermos seriamente autocríticos com relação a nossas invocações de essência e identidade. Isto significa, entre outras coisas, prestar atenção aos aspectos agnósticos, fraturados e problemáticos da identidade. As políticas de identidade – políticas ou começando de ou objetivando identidades reivindicadas de seus protagonistas – têm que ser levadas a sério. (CALHOUN, 1994, p. 25) [livre tradução nossa].

trazendo à pauta questões sociais relacionadas ao nosso pertencimento latino-americano (no enfrentamento da pobreza, da desigualdade e da injustiça).

Conforme Lima, a produção de Ciampa segue uma vertente denominada Psicologia Social Crítica:

[...] podemos dizer que é conceituada como uma vertente da Psicologia Social que alinha-se à teoria crítica formulada por Max Horkheimer, na Escola de Frankfurt, e desenvolvida atualmente (embora isso não seja visto de forma consensual) por Jurgen Habermas. Em linhas gerais, essa proposta teórico-metodológica impõe a necessidade de investigar a possibilidade de desenvolvimento de um pensamento crítico que conduza os indivíduos à percepção de si mesmos como sujeitos ativos da História, possibilitando que saiam da alienação que os mantém como objetos passivos que sofrem a História. (LIMA, 2008, p.94).

Sílvia Lane (1995), ao reformular o que considerou como categorias básicas da psicologia social, a saber atividade consciência e afetividade, afirmou também que: “[...] nesta reformulação a identidade seria uma categoria síntese na qual a mediação das outras pessoas seria predominante” (LANE, 1995, p.59). A produção de Ciampa (1996) sobre identidade tem como marca principal uma definição dinâmica: para ele, “identidade é metamorfose”.

O primeiro passo em direção à construção da identidade como movimento é dado pela compreensão da identidade como formação que se dá na interação do indivíduo com a sociedade, segundo afirmam Berger e Luckman (1983, p. 230): “A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade.”

Considerando a interação e o movimento da sociedade em seus diversos aspectos, a identidade tem que ser pensada como inerentemente dinâmica. Ciampa radicaliza esta dimensão Para ele, o movimento é característica básica da identidade – tese central de seu trabalho – que nomeia o processo de constituir uma identidade como metamorfose.

Ciampa (2005), referenciando-se em Habermas, destaca:

[...] uma identidade entendida como metamorfose resulta tanto do processo de socialização como do processo de individuação. Nesta perspectiva, a subjetividade do indivíduo é vista sempre articulada com a objetividade da natureza, a normatividade da sociedade e a intersubjetividade da linguagem. A identidade pessoal, assim, seria um conceito que permitiria e, ao mesmo tempo, exigiria, a integração de todos os aspectos do desenvolvimento humano. (CIAMPA, 2005, p. 3)

A tarefa de compreender identidade de acordo com a concepção de quatro elementos constitutivos é significativa. Mas poderíamos pensar em identidade sem atentar para cada um desses elementos em interação?

Algumas questões se colocam, tais quais a idéia da identidade entendida como “singularizadora” do indivíduo, comparável aos elementos criminalísticos que o identificam, como as digitais, versus a identidade entendida como possível expressão da individualidade.

Caso pensemos em indivíduos únicos, singulares como todos os outros, ou seja, unidades intercambiáveis, utilizaremos as marcas de identidade como meras unidades de distinção e classificação; caso pensemos em um processo de individualização, podemos considerar a identidade um projeto em constante construção. Identidade no sentido de especificação e identidade no sentido de compreensão são aspectos a serem considerados.

A identidade do sujeito pode ser entendida também como única no sentido de desafio de compreensão, movimento do ser num percurso sócio-histórico. A localização e a especificação são apenas alguns dos elementos da identidade; sem a compreensão, a identidade se torna um conhecimento cartorial. A descrição de meus atributos me especifica, mas não encerra minhas possibilidades de desenvolvimento, nem tampouco determina quem serei eu.

Habermas afirma que:

Também as pessoas são identificáveis por meio desta atitude proposicional, ou seja, com base na altura, na cor dos olhos e cabelos, em cicatrizes, impressões digitais, etc. Mas, em caso difíceis, essas indicações criminológicas não bastam: aliás, em casos extremos ficamos reduzidos a esperar que seja a própria

pessoa em questão a declarar sua identidade. [...] Pode existir uma evidência esmagadora quanto à *identidade corpórea* de uma pessoa; mas, para se ter certeza quanto à *identidade da pessoa*, temos que abandonar a atitude proposicional e interrogar com atitude prática (*performative Einstellung*) o interessado sobre sua identidade, pedindo-lhe para *identificar-se por si mesmo*. (HABERMAS, 1983, p. 22).

A consideração da objetividade da natureza pode também ser problematizada, principalmente se considerarmos que a palavra natureza sempre precisa ser contextualizada quando falamos, e sempre falamos, em termos humanos. Conforme Habermas:

O organismo humano, por conseguinte, está ainda desenvolvendo-se biologicamente quando já se acha em relação com seu ambiente. Em outras palavras, o processo de tornar-se homem efetua-se na relação com o ambiente. Esta afirmação adquire significação se refletirmos sobre o fato de que este ambiente é ao mesmo tempo natural e humano, isto é, o ser humano em desenvolvimento não somente se relaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo. (HABERMAS, 1983, p.71).

Ciampa (2005) conecta este ponto ao abandono de uma filosofia das origens:

De tal modo é proposto o abandono de qualquer absoluto a partir do qual se construa um sistema fundacional, sendo que o 'começo' é pura facticidade. Deste modo, como pura facticidade, ser humano é integração de natureza e cultura. Ou seja, não há como falar em 'natureza humana' separada de cultura, como natureza apenas ('antes' da cultura). (CIAMPA, 2005, p. 2)

Habermas ressalta o aspecto que contextualiza e limita a subjetividade:

A subjetividade da natureza interna é delimitada com relação à objetividade de uma natureza externa perceptível, com relação à normatividade da sociedade e à intersubjetividade da linguagem.

Realizando tais delimitações, o Eu se sabe não apenas como subjetividade, mas como uma instância que, “desde sempre”, transcendeu os limites da subjetividade, realizando essa operação, ao mesmo tempo, na cognição, na linguagem e na interação: o Eu pode se identificar consigo mesmo precisamente mediante a distinção entre o que é meramente subjetivo e o não-subjetivo. Partindo de Hegel e Kant e chegando, através de Freud até Piaget, desenvolveu-se a idéia de que sujeito e objeto se constituem reciprocamente, e que o sujeito só pode se tornar consciente de si mesmo em relação com – e na construção de – um mundo objetivo. (HABERMAS, 1983, p.15)

De tal maneira, nessa teorização existe lugar para as condições socioambientais que condicionam e determinam a manifestação e desenvolvimento de uma identidade.

O termo a ser considerado a seguir, normatividade, é o responsável pelo maior número de críticas ao uso do conceito de identidade. As críticas têm vários matizes, mas uma base que pode ser representada por Guattari (1986) quando afirma que a identidade é a “subjetividade típica do capitalismo contemporâneo” por impedir a singularidade, a qual, por sua vez, se manifestaria sob o signo da pluralidade e multiplicidade.

Os aspectos normativos da identidade estão sempre presentes, mas não é claro que esta seja a principal dimensão da identidade, nem tampouco uma rendição da subjetividade à normatividade. Tanto que é comum se falar do desconforto em relação a determinada identidade; se existe desconforto é porque a singularidade não foi impedida, esmagada, pela identidade, mantendo-se ativa de alguma forma.

A questão do reconhecimento torna-se crucial e deve ser encarada como uma das condicionantes deste processo:

We face problems of recognition because socially sustained discourses about who it is possible or appropriate or valuable to be inevitably shape the way we look at and constitute ourselves, with varying degrees of agonism and tension. These concerns

frequently, though not uniformly, are expressed in and give rise to identity politics. (CALHOUN, 1994, p. 21)³⁸

Ciampa (1996) vê o caminho de estabelecer uma pretensão identitária como um movimento que fará destacar fragmentos emancipatórios ou de normatização limitantes, de acordo com o desdobrar da interação do sujeito com “a sociedade”. O “encaixe”, numa identidade, pode ser estigmatizante e limitador, logo de início; ou pode se tornar limitador posteriormente, quando as exigências normativas destoarem do movimento do sujeito. Pode ser, também, um movimento desejado e libertador, por implicar no reconhecimento e numa nova condição de interação.

A tensão entre o regulatório *versus* condição de pertencimento e reconhecimento desejado (que pode ser emancipatório) está imbricada na análise das Políticas de Identidade e nas lutas pela visibilidade e reconhecimento, realizadas por grupos minoritários e de gênero. Grupos de afirmação identitária podem abrigar uma homogeneização cerceadora e indesejada, no seio do movimento por afirmação e reconhecimento.

Os movimentos identitários de gênero lidaram com esta ambigüidade num movimento pendular que contempla a busca pelo reconhecimento de uma identidade *gay*, por exemplo, ao mesmo tempo em que anunciam os diversos percursos de vida possíveis e desejados nesta, ou além desta, categoria identitária. Os movimentos afirmam uma identidade, portanto, e a necessidade de superação de rótulos, roteiros estabelecidos e divisões binárias. Calhoun (1994, p. 25) comenta a tensão: “How do we reconcile the poststructuralist project to displace identity with the feminist project to reclaim it?”³⁹

³⁸ Enfrentamos problemas de reconhecimento porque discursos socialmente sustentados sobre quem é possível, apropriado ou valioso “ser” inevitavelmente moldam a maneira com que nos vemos e nos constituímos, com graus diferentes de agonismo e tensão. Estas preocupações, freqüentemente, embora não invariavelmente, são expressas nas políticas de identidades e também as geram. (CALHOUN, 1994, p. 21) [livre tradução nossa].

³⁹ “Como reconciliamos o projeto pós-estruturalista de substituir a identidade com o projeto feminista de reclamá-la?” (CALHOUN, 1994, p. 25) [livre tradução nossa].

Entendendo identidade como metamorfose e como articulação entre semelhança e diferença, Ciampa (1996) oferece amparo para pensar singularidades que se distinguem, apesar das semelhanças assinaladas numa mesma identidade e no necessário movimento que impele a adoção, reposição ou superação das identidades.

Assim, pode-se perceber que a saída da invisibilidade, o reconhecimento público, é claramente um passo buscado e entendido como emancipatório pelos militantes, por mais que a adoção de uma identidade implique em determinações que venham a se tornar, ou que em sua origem sejam heterônomas. Em seguida, quando da consolidação de uma identidade, seja ela qual for, a criação de expectativas quanto ao comportamento das pessoas que compartilham tal identidade certamente exercerá efeito restritivo sobre algumas pessoas; dessa maneira, mais uma vez, a busca da individualização pode constituir um novo movimento emancipatório, em direção à superação dessa identidade. Uma idéia de movimento e de emancipação que passa pela construção e adoção de uma identidade, e não que fracassa quando de sua realização.

O movimento identitário também não se torna desejável tão-somente porque é movimento; ele pode ser um movimento deteriorante, como mostra o clássico de Goffman (1988) sobre o estigma. Então, devemos estar atentos ao sentido adquirido pela mudança – e não valorizar a mudança pela mudança ou criticar a permanência pela permanência.

Os diferentes aspectos de mudança, sempre presentes na metamorfose humana, e os possíveis sentidos de mudança levaram Ciampa a considerar necessário explicitar o aspecto de emancipação em sua proposta teórica:

Em seu início, o núcleo adotava a concepção da *identidade como metamorfose*. Pretendia combater a idéia estática e cristalizada de humano como “essência”, ao trazer as noções de movimento e transformação, que permitem compreendê-lo como processo de autoconstituição. Contudo, as formas sociais contemporâneas de opressão e dominação, com sua crescente abrangência e sofisticação, tornaram essa definição – identidade

como metamorfose – incompleta e insatisfatória, na medida em que não evidenciava as incessantes lutas por emancipação frente a uma ordem social cada vez mais desumanizadora. Daí a opção pelo sintagma, de modo a tornar indissociáveis as três noções: *identidade-metamorfose-emancipação*.

Com esses objetivos, o que se pretende, esquematicamente, é uma sistematização teórica que expresse a concepção de **identidade** como formação social, que se dá como **metamorfose**, constituindo o humano concreto no movimento em busca de **emancipação**, seja de coletividades, seja de individualidades, o que permite articular natureza e sociedade como história. (CIAMPA, 2008, p. 2)

Finalmente, podemos pensar em um argumento de inspiração foucaultiana. Se existe normatividade e determinação heterônoma na adoção e reconhecimento de uma identidade, uma experiência de possível controle e poder, a identidade pode ser, também, pelas mesmas razões, um campo da resistência e da liberdade. Então, apontar a normatividade presente na identidade, qualquer que ela seja, não corresponde a desconsiderar identidade como possibilidade; a normatividade está presente, também, e não por acaso, na linguagem, com força intersubjetiva, normativa e apoiadora da realidade.

As objetivações comuns da vida cotidiana são mantidas primordialmente pela significação lingüística. A vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana. (BERGER; LUCKMAN, 1983, p. 57)

Parece pouco provável que, utilizando a linguagem, possamos designar e reconhecer as pessoas sem alguma ordem de normatividade uniformizadora e, por conseguinte, de controle, seja qual for o sistema político-econômico no qual estejamos inseridos. Para Berger e Luckman:

A linguagem também tipifica as experiências, permitindo agrupá-las em amplas categorias, em termos das quais tem sentido não somente para mim, mas também para meus semelhantes [...]

Sendo um sistema de sinais, a linguagem tem a qualidade da objetividade. Encontro a linguagem como uma facticidade externa a mim, exercendo efeitos coercitivos sobre mim. A linguagem força-me a entrar em seus padrões. (BERGER; LUCKMAN, 1983, p. 58-59).

Com a referência à intersubjetividade da linguagem, nos colocamos no quarto elemento das idéias de Ciampa sobre identidade: o fato de a identidade ser tributária da linguagem e constituída a partir dela, mantendo-se portanto num campo relacional.

Ora, ninguém pode identificar sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele. Trata-se certamente de interações realizadas pelos outros não na atitude proposicional de observadores, mas na atitude prática de participantes da interação. E o Eu tampouco realiza suas auto-identificações em atitude proposicional; enquanto Eu prático, ele se apresenta realizando o agir comunicativo. Em tal agir, os interessados devem supor um do outro que o *distinguir-se do outro* seja a cada momento reconhecido pelo outro. Portanto, o fundamento para a formação da própria identidade não é a auto-identificação *tout court*, mas a auto-identificação intersubjetivamente reconhecida. (HABERMAS, 1983, p. 22).

A apresentação que fazemos de nós mesmos através de uma narrativa biográfica aponta a permanência de idéias sobre cada um de nós, apesar dos percalços. A “sensação subjetiva” de que “eu sou eu” parece ser a principal fonte das idéias de permanência em relação à identidade – eu movimento-me, cresço e conto de minha vida, de minhas mudanças com uma coerência “a posteriori” e a convicção de que eu sempre permaneci eu mesmo, apesar das mudanças.

Enquanto o Eu epistêmico caracteriza-se (como Eu em geral) pelas estruturas gerais da capacidade de consciência, da linguagem e de ação, que todo Eu singular tem em comum com todos os outros Eus, o Eu prático se forma e se afirma como Eu individual na realização de suas ações. O Eu prático torna segura a identidade da pessoa no interior de estruturas epistêmicas do Eu em geral. O Eu prático afirma a continuidade biográfica e os limites simbólicos do sistema de personalidade, na medida em que volta

sempre a efetivar as próprias auto-identificações no mundo, de modo a poder localizar-se a si mesmo nas relações intersubjetivas de seu mundo social de maneira unívoca, ou seja, ao mesmo tempo inconfundível e re-conhecível. Em suma: a identidade da pessoa é, de certo modo, o resultado das realizações de identificações da própria pessoa. (HABERMAS, 1983, p. 21)

Tal segurança psicológica só se perde em momentos agudos de despersonalização, mas não se mostra tão terrivelmente ameaçada em situações comuns, nas quais avançamos além, ou ficamos aquém, de nossas expectativas sobre nós mesmos, quando emerge em nós algo desconhecido e nos misturamos afetivamente com outras pessoas. O sentimento de que “eu continuo a ser eu mesmo”, nestes casos, é claramente tributário de uma narrativa sobre mim e minha vida. Tal narrativa usa recursos de gestão de memória para selecionar o que convém guardar e o que convém esquecer, de maneira a manter a coerência do que se narra. Da mesma forma, utiliza recursos justificadores (legitimadores) dos momentos de exceção destacando causas externas (drogas psicoativas, situações de grande estresse). Vale-se também do recurso à dupla referência à mesma pessoa – uma ligada mais à sensação de corporeidade e outra mais “mental” (“não consegui me controlar”, “eu não queria, mas meu corpo queria”, “queria, mas meu corpo não atendia”), uma duplicação superável a seguir, na maioria das vezes sem traumas.

De qualquer maneira, o sentimento de segurança subjetiva parece se constituir “seguro” em função de ser seguidamente ameaçado: sei que “eu sou eu”, mas não sei “quem eu sou”. Os pedidos de ajuda psiquiátrica e psicoterápicas acontecem, usualmente, quando a convicção subjetiva de identidade se vê de alguma forma ameaçada.

O sentimento cotidiano sobre minha permanência não é questionado, assim como a realidade cotidiana não é questionada:

A realidade da vida cotidiana é entendida como **a** realidade. Não requer sequer verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está simplesmente aí, como factividade evidente por si

mesma e compulsória. *Sei que é real.* (BERGER; LUCKMAN, 1983, p. 41)

A apresentação de mim através das narrativas, além de possibilitar uma organização do passado, permite que a prospecção dos desejos para o futuro, a apresentação de uma pretensão indentitária ocorra ante o já narrado e pode se dar, também, diante do futuro desejado. Assim se colocam as perguntas básicas para o estudo da identidade: Quem é você? Quem você gostaria de ser? (CIAMPA, 1999; HABERMAS, 1983)

O panorama dos campos tocados pelo tema da identidade é vasto e vai da história das nações à história dos indivíduos. Almeida aponta que:

O interesse sobre as questões de identidade tem aumentado significativamente nos últimos tempos, atraindo a atenção de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento interessados em assuntos que envolvem temas como nacionalidade, cultura, movimentos sociais, categorias profissionais (professores, médicos, engenheiros, enfermeiros etc.), gerações, classes sociais, gênero, raça, grupos específicos da população (punks, torcidas organizadas, moradores de favela, soropositivos, adolescentes grávidas, homossexuais, etc).

Todas essas questões têm em comum, em sua base, a busca de elementos que permitam caracterizar e compreender indivíduos e grupos, buscando: a) identificá-los (e, simultaneamente, diferenciá-los dos demais) de modo a interpretar seus comportamentos e seus padrões de relacionamento, b) conhecer suas condições de existência, suas reivindicações, suas lutas sociais e, c) o desenvolvimento de políticas de identidade. (ALMEIDA, 2006, p. 34)

Autores de expressão, como Giddens (2002), Castells (2006) e Bauman (2005), para citar somente alguns, publicaram nos últimos anos importantes trabalhos sobre o tema. Um dos aspectos que destacam sobre “identidade” no mundo atual – como quer que seja designado (alta-modernidade, sociedade em rede ou pós-moderno) – é a pressão exercida pela fluidez, pelo desmonte da sociedade baseada no emprego, pelo enfraquecimento do Estado-Nação, pela

mobilidade das relações pessoais e por outros aspectos que têm em comum a mudança e o movimento.

Bauman nos conta:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005, p.17).

A fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas. O segredo foi revelado, mas esse é um fato novo. Muito recente. (BAUMAN, 2005, p.22)

É como se os diferentes movimentos da sociedade questionassem o conceito de “identidade” utilizado pelos autores, por ela estar sofrendo – ou sujeita a – mudanças. Podemos pensar então que identidade está, ou estava associada, por esses autores, à permanência, à estabilidade e ao estático. De maneira bem diferente, aliás, do que Ciampa observou, em 1987 (data da primeira edição de seu livro), antes das discussões relativas aos fenômenos da alta modernidade.

Os caminhos teóricos utilizados por Ciampa não se basearam nos dados sobre a dissolução do Estado-Nação, na proliferação das lutas pelos reconhecimentos identitários, na dissolução da sociedade do emprego. Em resumo, ele não partiu de uma definição de identidade baseada na permanência para surpreender-se com os movimentos contemporâneos, nem fez decorrer daí a condição para uma “nova concepção de identidade que se adequasse aos fatos”.

De tal maneira, as críticas ao conceito de identidade entendido como “idêntico a si mesmo” não cabem ao trabalho de Ciampa, como não cabem as críticas ao essencialismo, nem as críticas usuais às teorias de papéis sociais, associadas a uma conceituação de sociedade harmoniosa. Embora utilize a metáfora teatral (vida como drama) para falar da vida humana, o autor não compartilha das idéias de sociedade harmoniosa e considera a identidade do eu, além da identidade dos papéis. A metáfora teatral parece ter sido utilizada à

exaustão no campo das Ciências Sociais e merece alguma consideração para que não fique esvaziada.

As imprecisões e dificuldades freqüentes no uso de *papéis sociais* dizem respeito a uma concepção de sociedade em que houvesse um papel determinado para cada um, uma idéia de determinação e de consenso social que parece ter sobressaído em relação à idéia de fazer trabalhar com os papéis sociais a favor da mudança. Perguntas sobre quem define e escolhe os papéis, para quê audiência são apresentados, como podem mudar, como interagem, devem ser consideradas quando se usa a metáfora da vida humana como dramaturgia.

Papel é uma atividade padronizada previamente, personagem é o elemento vivo da narrativa. Ciampa (1996) opta pelo *personagem* e não pelo papel, considera que a manifestação do ser é sempre uma atividade, atividade que fica encoberta pela predicação. “Toda predicação é a predicação de uma atividade anterior”. (CIAMPA, 1996, p.133)

Para Ciampa (1996) a linguagem cotidiana tem dificuldade de falar do ser como atividade – como acontecer, como suceder. Usam-se substantivos que criam a ilusão de uma substância de que o indivíduo seria dotado, substância que se expressaria por meio dele.

A identidade, então, se expressa por uma personagem, designada por um nome (Ciampa, 1996). Não se trata de mera substituição de termos e de manutenção de uma concepção de sociedade baseada no consenso ou na predeterminação de papéis. O conceito de sociedade é explicitado por Ciampa:

Neste outro nível de análise, então, a personagem já nos aparece como atividade e como relação (com outros que a negam e por isso a determinam). A condição de expressão e de desenvolvimento da identidade como metamorfose se dá nas condições sociais determinadas historicamente, assim, num dado momento existem, ou não, condições para que a transformação possa se dar. Condições sociais e econômicas adversas contribuem para que pessoas sejam impedidas de se transformar e sejam forçadas a se reproduzir como réplicas de si mesmo, involuntariamente pelos interesses do capital. (CIAMPA, 1996, p. 165)

O autor constrói o entendimento de o processo do movimento identitário ser apresentado como estático, ressaltando que a identidade passa a ser suposta nas relações.

A pressuposição da permanência faz com que a identidade suposta seja reposta, vista como *dada* e não como se *dando*, num contínuo processo de identificação. É como se, uma vez identificado o indivíduo, a produção de sua identidade se esgotasse com o produto. Na linguagem corrente dizemos *eu sou filho*; ninguém diz *estou sendo filho*". (CIAMPA, 1996, p.163).

De certa forma, reatualizamos, por meio de ritos sociais, uma identificação pressuposta, que assim é vista como algo dado. Com isso, retiramos o aspecto de construção histórica, aproximando a identidade mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social. "Aqui podemos localizar o segredo do *mau infinito* (ou da *má infinidade*), que dá uma especificidade própria do capitalismo ao que foi chamada de identidade mito". (CIAMPA, 1996, p.179)

Os efeitos uniformizadores, de controle e poder, apontados por Guattari (1986), parecem se aproximar do aqui colocado em termos de fixação de uma identidade. À fixação de uma identidade corresponde, no pensamento de Ciampa, à identidade mito, identidade que ele também chama de "identidade fetiche" a comparando assim ao fetiche da forma mercadoria, apresentada por Marx no Capital. Uma identidade fetiche, para Ciampa (1996), é aquela reposta de forma inconsciente e que subsiste de forma independente da atividade que a engendrou, como se a personagem ganhasse poder em relação à pessoa.

O autor chama de *mesmice* a apresentação repetida da identidade pressuposta e credita à *mesmice* a aparência de imutabilidade atribuída à identidade – que, na verdade, só pode se dar através do esforço para reapresentar-se da mesma forma. De qualquer forma, é o trabalho de reposição que sustenta a *mesmice*.

Consideramos rica para o campo das questões do gênero a idéia de que as identidades não sobrevivem por inércia, que elas precisam ser continuamente repostas. Pensar que o movimento de reposição da identidade não se dá de forma

automática amplia as possibilidades de atuação acadêmica e política no campo das políticas de identidade, bem como pode sugerir caminhos para que novas configurações de gênero possam ser reconhecidas e, portanto, sustentadas.

Acrescente-se que a reposição é uma forma de representar, distinguida assim por Ciampa (1996):

- 1) representar, quando compareço como representante de mim;
- 2) representar, quando desempenho papéis decorrentes de minhas posições;
- 3) representar, quando reponho, no presente, o que tenho sido, quando reitero a apresentação de mim. (reapresento).

Para Ciampa, uma pessoa sempre se apresenta por meio de sua identidade:

Em cada momento é impossível apresentar a totalidade de mim, estou sendo sempre o representante de mim mesmo; com isso, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas. (CIAMPA, 1996, p. 171)

Para Ciampa (1996) diversas identidades podem conviver simultaneamente, ou alternadamente destruindo assim a idéia de unicidade da identidade. Ciampa (1996) acrescenta um novo elemento à consideração da multiplicidade das personagens – o modo de produção: “São múltiplas as personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam. Estas diferentes maneiras de estruturar as personagens indicam como que *modos de produção* da identidade.” (CIAMPA, 1996, p. 156)

Desde que se considere o conceito de identidade pode-se constatar a variedade de identidades numa mesma sociedade. Atualmente, o que chama a atenção é a proliferação de identidades, o que pode ser um dos elementos desorganizadores trazidos pelo desenvolvimento contemporâneo. Pensarmos em

como as identidades se alternam, na rapidez de sucessão delas, na fluidez das redes sociais que as sustentam, todavia, parece ser mais promissor do que nos preocupar com o número de identidades presentes em dado momento histórico.

Olhar as redes sociais que sustentam uma identidade, que fazem a contrapartida social da expectativa de reconhecimento estabelecida por um dado sujeito, nos convida a avaliar o papel das políticas de identidade, ou seja, o estabelecimento de iniciativas que buscam a visibilidade, o reconhecimento de determinada identidade.

CAPÍTULO 2

PERIFERIA DE SÃO PAULO: PAIS POBRES, MIGRANTES E PROGRAMAS SOCIAIS

2.1 Contexto da coleta de dados

Obtivemos acesso aos sujeitos para nossa coleta de dados através do ITF (Instituto de Terapia Familiar de São Paulo), executor do Programa Ação Família da Prefeitura de São Paulo.

O ITFSP foi fundado em 1989, em 2004, após processo seletivo promovido pela PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo), o ITFSP passou a desenvolver o PROASF - Programa de Assistência Social às Famílias. O projeto previa o desenvolvimento de metodologias de abordagem das famílias em alta vulnerabilidade social, por isso as organizações executoras foram denominadas Incubadoras Sociais e as experiências deveriam ser avaliadas pelo Comitê Técnico Central (representantes das Secretarias de Assistência Social –SAS- Regionais e membros da SAS Central) em conjunto com as incubadoras.

Em 2005, com a nova administração municipal, o ITFSP passou a ser executor do “Ação Família”, trabalhando a partir daí com a metodologia proposta pela SAS que basicamente inclui os grupos socioeducativos e as visitas domiciliares. Em 2009 desmontou-se a abordagem do “Ação Família” e passou-se a trabalhar com a adaptação aos Núcleos de Apoio à Família (NAF).

Com o breve histórico gostaríamos de abrir caminho para comentar três aspectos do estabelecimento dos trabalhos sociais em relação à população em alta, ou altíssima vulnerabilidade social.

1. Procedimentos, construção de indicadores e avaliação dos programas;
2. Prestação de Serviços;
3. Descontinuidade.

Em relação aos procedimentos, pudemos perceber que a forma de trabalho nomeada de grupos socioeducativos dirigidos às famílias constitui-se de grupos de mulheres, especialmente de grupos de mães. Esta forma de trabalhar é, por vezes, explicitada:

A metodologia desenvolvida pelo PFF [Programa Fortalecendo a Família] no trabalho com famílias adotou como procedimentos preliminares de sua ação: o cadastramento das famílias que seriam atendidas estabelecendo que, *obrigatoriamente, seriam as mães as responsáveis no grupo por comparecerem às reuniões*, a nucleação do grupo de representantes de famílias, com 30 participantes, reunidos de acordo com a proximidade geográfica. SILVA, 2005, p. 53, grifo nosso)

Outras vezes ela fica implícita na forma de trabalho estabelecida e na idéia da representação da família. O trabalho social com representantes das famílias conduz quase inevitavelmente ao trabalho com as mães por serem elas consideradas como as responsáveis pela vida doméstica e pelo cuidado com os filhos.

Procedimentos que não se baseiam na idéia da representação familiar (terapia comunitária, sociodrama, multi-famílias e teatro do oprimido, por exemplo) podem possibilitar a participação de crianças, adolescentes e pais.

A variedade de abordagens faz com que seja fundamental a construção de indicativos, em especial os qualitativos, para avaliar os trabalhos, seja no âmbito de avaliar a construção dos programas, seja no âmbito de avaliação da execução daquele programa em circunstâncias específicas. A precariedade de avaliação dificulta a validação de novas abordagens e o questionamento das já implantadas.

A instituição da “prestação de serviços”, a contratação de ONGs, Institutos e OSCIPs (Organização Social e Cível de Interesse Público) para execução de programas de assistência social em substituição ou expansão dos serviços administrados e executados diretamente pelos funcionários públicos é uma experiência relativamente recente e que se insere em um debate político amplo, todavia é possível apontar que ao lado da possibilidade positiva da inclusão de novas abordagens, existem dificuldades de destaque, dentre elas:

- dificuldade de integração da atividade do serviço social da prestadora de serviço aos equipamentos das outras secretarias, em especial da educação e saúde;
- dificuldade em seleção e treinamento de pessoal, atividades trabalhosas e dispendiosas caso sejam encaradas seriamente;
- tempo despendido na implantação de um determinado programa ou no conhecimento de um determinado território.

Sem a construção científica de indicadores para os programas e avaliação sistemática, sem integração do programa social com saúde, creche e escola, sem a participação efetiva da sociedade civil representada nos Conselhos e, finalmente, sem a participação direta da população atendida, a “prestação de serviços” na execução de programas sociais torna-se, no mínimo, temerária.

A questão da descontinuidade dos serviços sociais oferecidos à população em situação de vulnerabilidade é uma questão séria se considerarmos a precariedade de serviços públicos oferecidos a esta população e a instabilidade a que tal população encontra-se exposta em termos econômicos e sociais. Aumentar a instabilidade parece ser a maneira menos adequada de trabalhar com ela e é isto que ocorre quando, a cada mudança administrativa, os programas são renomeados e modificados. Na ponta os trabalhos são estabelecidos através de vínculos e a vinculação exige algo da constância para sedimentar-se em conhecimento, credibilidade e confiança.

O início de cada programa implica em procedimentos mínimos trabalhosos e dispendiosos como o cadastramento dos usuários, apresentação dos procedimentos, convites para as reuniões e estabelecimento de regras

Manter equipe e local tem vantagens que não são facilmente perceptíveis, mas que também mereceriam destaque:

- aumento da procura voluntária;
- maior conhecimento dos recursos da comunidade;
- aumento do reconhecimento da população;

- atendimento de novos problemas das famílias que parte dos vínculos e confiança já estabelecidos.

Ganhos indiretos podem ser exemplificados pela experiência do ITFSP que, mesmo executando programas diferentes como o Proasf e o Ação Família, pôde manter uma sede de 2004 a 2008 e contratar pessoas da comunidade como APS (agentes de proteção Social) o que permitiu que ex-usuárias pudessem ser contratadas como APSs e que as agentes sociais da comunidade freqüentassem diversos treinamentos nas regiões centrais da cidade, ampliando seus horizontes.

O programa ação família é apresentado pela prefeitura de São Paulo da seguinte forma:

Para enfrentar o desafio de atender famílias em situação de alta e muito alta vulnerabilidade social da cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) implantou em novembro de 2005 o Programa Ação Família - viver em comunidade, um dos pilares da política pública de assistência social nesta gestão. O Programa tem o objetivo de atuar em rede e parceria com a comunidade para atender as famílias.

De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS/SEADE, 2004), existem 337 mil famílias – o equivalente a 13% da população do município – que vivem em bairros periféricos, com acesso precário à rede de serviços públicos governamentais e não-governamentais. Hoje o programa atende a 20% desta população.⁴⁰

A região de São Paulo na qual foi feita a coleta dos dados foi a Zona Norte, mais especificamente na região da Brasilândia. O bairro em questão, não nomeado para não permitir a identificação do sujeito, faz parte da Subprefeitura da Freguesia do Ó. Trata-se de área de ocupação com construções irregulares e dificuldade de acesso, caracterizada por escadões e vielas.

O perfil da população apresenta um dos maiores Índices de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) para jovens de 15 a 19 anos de idade. Lá residem muitos adolescentes

⁴⁰ Dado disponível no site do Programa Ação Família, disponível em: <http://www.acaofamilia.org.br>. Acesso em: 15/03/2009

envolvidos com atos infracionais, violência doméstica, gravidez precoce e medidas socioeducativas⁴¹.

População: 30.000 habitantes, maioria de casas de alvenaria com muitos becos, o recolhimento de lixo se dá somente nas ruas maiores, existe cobertura de rede de esgoto parcial e uso coletivo dos pontos de luz (nos becos, a luz é puxada diretamente dos postes e abastece, sem pagamento, o conjunto de casas). O bairro não conta com praças, locais esportivos ou espaços públicos de lazer.

Recursos públicos:

- 1 Assistência Médica Ambulatorial (AMA) – inaugurado em 2008, até aí os atendimentos do bairro eram feitos no posto de saúde do bairro vizinho, único posto para atender dois bairros;
- 1 creche municipal, sendo que o arranjo mais comum é que senhoras cuidem de muita crianças de pais que trabalham fora;
- 1 escola municipal;
- Acessibilidade: micro-ônibus fazem a articulação do fluxo do bairro e dos bairros vizinhos com linhas distribuídas a partir do terminal Vila Nova Cachoeirinha – a viagem até os bairros centrais demora ao menos uma hora nos horários de pico.

A violência é um problema tão presente no cotidiano das famílias que é difícil traduzir o sentimento de insegurança para os padrões da cidade na qual vivem e transitam as pessoas de classe média e alta.

Dois dos entrevistados mostraram situações cruas de violência: um deles teve seu irmão assassinado, disse não ter esperança nenhuma de que os assassinos sejam investigados, muito menos indiciados e presos. O “detalhe” é que o assassinato foi realizado na frente de um bar, diante do olhar de muitas pessoas. O mesmo sujeito entrou numa igreja que “proíbe” a homossexualidade como forma de se proteger, de não apanhar ou ser assassinado.

⁴¹ O dados foram cedidos pelo ITFSP, assim como os dados que se seguem. Observe-se que os socioeducativa refere-se aqui à medida legal imposta aos adolescentes por inflação a lei, curiosamente o temo “socioeducativo” aplica-se às medidas legais para atos infracionais e para o trabalho com os grupos assistidos pelas políticas sociais

Outro sujeito teve seu filho baleado por uma bala perdida, o filho tornou-se paraplégico, ele sequer contava com algum recurso financeiro do governo para arcar com as despesas de tratamento médico e cadeira de rodas.

Os filhos dos entrevistados não brincam nas ruas, as filhas pré-adolescentes vão da escola para casa. Os freqüentadores dos grupos, muitas vezes vizinhos, não falavam uns com os outros antes dos grupos, dois dos APSs (Agentes de Proteção Social), vizinhos, se viam há anos na escola e temiam conversar, uma delas nunca havia ido a outra parte do bairro que não fosse seu trajeto para escola e mercado.

Os finais de semana são marcados como dia de permanecer em casa para as famílias atemorizadas, as ruas são tomadas pelo comércio de drogas e eventualmente os traficantes promovem a “festa do créu”, baile *funk* na rua, com ostensivo uso de armas e drogas.

É difícil distinguir a percepção da insegurança da violência de fato, mas pode-se constatar a pequena presença da forças policiais na região, não há delegacia ou posto policial e o patrulhamento em viaturas da PM é raro e se circunscreve às vias principais. Em 2007, o Estado e PMSP fizeram uma grande intervenção policial, ocupação, revistas de casas e ostensiva presença todavia, os APSs afirmam que após a desocupação policial a rotina de desproteção se restabeleceu.

2.2 Paternidades

Os estudos sobre paternidade têm-se desenvolvido nos últimos anos (LYRA, 1997; RAMIRES, 1997; SILVEIRA, 1998; VIDIGAL, 2007; DOUCET, 2007) e constituem uma área de pesquisa internacional e multidisciplinar, reconhecida e bem estabelecida (DOUCET, 2007:8)

As pesquisas apontam a experiência da paternidade como uma oportunidade de crescimento emocional para os pais e maior possibilidade de implicação com os filhos em relação aos padrões de gerações anteriores. Para os filhos, os estudos indicam que a convivência com os pais implicados

emocionalmente significa dispor de uma relação organizadora que pode auxiliar o desenvolvimento deles.

Being an involved father, on the other hand, has been argued to have significant benefits for fathers, mothers and children. Scholars, for example, have pointed to the important generative effects for fathers who are highly involved with their children.

As has been summarized in a recent Canadian overview of fathering research, it is clear from the research that father involvement has enormous implications for men on their own path of adult development, for their wives and partners in the co-parenting relationship and, most importantly, for their children in terms of social, emotional and cognitive development. (DOUCET, 2007, p. 8)⁴²

Alguns pesquisadores consideram que a importância dos pais pode ser apontada de forma consistente e partem desse patamar para fazer considerações, como Jaffe:

It is not our purpose here to make a case concerning the importance of fathers and their role in child care and family life. This task has been done by various writers (see LAMB, 1981) in different countries and we will not review their works. However, it is interesting to note how little has been published about fathers in social work and child welfare literature. (JAFJE, 1983, p.129)⁴³

O lugar do pai como educador e cuidador de crianças maiores passou a ter relevo para as crianças em geral e também para aquelas atendidas pelos programas

⁴² Argumenta-se, por outro lado, que ser um pai envolvido traz benefícios significativos para os pais, mães e crianças. Os estudiosos, por exemplo, apontaram os importantes efeitos generativos para os pais que estão altamente envolvidos com seus filhos.

Como foi sumariado em um recente resumo canadense de pesquisa sobre paternidade, fica claro com a pesquisa que o envolvimento paterno tem implicações enormes para os homens em seu próprio caminho de desenvolvimento adulto, para suas esposas e parceiras no relacionamento de co-parentagem e, mais importante, para seus filhos, em termos de desenvolvimento social, emocional e cognitivo. (DOUCET, 2007, p. 8) [livre tradução nossa].

⁴³ Não é nosso propósito aqui argumentar em favor da importância dos pais e de seus papéis no cuidado com a criança e na vida familiar. Esta tarefa foi realizada por vários escritores (ver Lamb, 1981) em diferentes países, e não iremos rever seus trabalhos. No entanto, é interessante notar o quão pouco foi publicado a respeito dos pais no serviço social e na literatura sobre o bem-estar infantil. (JAFJE, 1983, p.129) [livre tradução nossa].

sociais, nas palavras de Wollins (1983): “A review of the child welfare literature indicates that fathers significantly affect the well-being of children whose lives are touched by social welfare programs.” (WOLLINS,1983, p.126)⁴⁴

A “descoberta” da paternidade correspondeu às recomendações para que os pais se mantivessem mais atentos ao relacionamento afetivo com os filhos. Surgia aí um contraponto ao estereótipo do pai autoritário, distante emocionalmente e não implicado nas tarefas cotidianas de cuidado com as crianças. A possibilidade de mudança foi detectada como tendência, surgida com a idéia de um “novo pai”.

Tais transformações são responsáveis pelas especulações sobre a atual insegurança masculina diante da mulher independente e sobre a presença de um “novo pai”, aspectos constantemente explorados pela mídia e que se tornaram hoje objeto de pesquisas acadêmicas e projetos de intervenção. (UNBEHAUM,2001, p.164)

A participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, particularmente no cuidado para com a criança, vem sendo denominada “nova paternidade”. Na busca da compreensão desse modelo do *novo pai*, destaca-se o trabalho do psicólogo norte-americano Michael Lamb (1986), segundo o qual tal modelo tem sido um dos elementos-chaves na análise das relações parentais na contemporaneidade. (LYRA, 2001, p. 194)

Essa concepção da participação mais efetiva dos homens no cotidiano familiar, particularmente no cuidado para com a criança, vem sendo comumente veiculada, principalmente pela mídia, como a “nova paternidade”. (MEDRADO, 2001, p. 154)

Na idéia de novo pai podem estar incluídos aspectos diversos: a revalorização do pai, uma crítica à maneira como os pais vêm exercendo a paternidade; e a emergência de um novo modelo de paternidade.

⁴⁴ Uma revisão na literatura sobre o bem-estar infantil indica que os pais afetam de modo significativo o bem-estar das crianças cujas vidas são tocadas por programas de bem-estar social. (WOLLINS,1983, p.126) [livre tradução nossa].

Embora a paternidade, por bom tempo, não tivesse ocupado espaços significativos em relação aos estudos da maternidade e da relação mãe-bebê, não foram encontrados estudos que apontem como irrelevante a experiência de ter ou não um pai. Aspectos como o reconhecimento legal, a presença física, a ajuda financeira, a idéia de proteção, a troca de afeto e os embates do crescimento marcam a vida familiar e a relação pai-filho.

As dificuldades advindas de não poder contar com um pai, não são insuperáveis, podem não ser catastróficas, nem tão pouco psicopatogênicas, todavia, isto não quer dizer que a ausência paterna não tenha repercussões.⁴⁵

Da mesma forma, a crítica ao modelo de paternidade autoritário não corresponde ao esquecimento de que o pai da metade inicial do século XX, embora não encarregado das tarefas domésticas, poderia ter uma presença familiar garantida simbolicamente e no reconhecimento dos familiares e da sociedade. Assim, a dedicação ao trabalho seria experimentada, por alguns pais e filhos, como uma ligação dedicada e cuidadosa entre eles, não somente como desatenção ou distanciamento.

Tínhamos também como possibilidades positivas desse padrão de relações: a proteção financeira, a proteção social e o acompanhamento como guia das incursões dos filhos no espaço público ampliado além da família (o lazer e o trabalho são exemplos tradicionais).

No entanto, esta forma de ser pai, característica da classe média na primeira metade do século passado, era tributária de uma posição de poder, da dominação das mulheres e crianças pelo homem, da divisão de gênero do trabalho, da representação pública da família e do controle econômico. Uma organização legitimada por uma ordem econômica, ensinamentos religiosos, preceitos morais, “científicos” e do senso comum. A autoridade paterna era reconhecida e idealizada.

⁴⁵ Do ponto de vista afetivo pode se considerar relevante até as diferenças entre as ausências: por morte, abandono, desconhecimento e outras.

Para as famílias pobres urbanas no mesmo período, no entanto, o modelo de paternidade e a autoridade do pai têm algumas bases de sustentação abaladas. O provimento econômico é precário; a imagem pública do pai freqüentemente não é de autoridade, mas sim subalterna; as mulheres contribuem para a manutenção econômica, muitas vezes fora do lar; o controle sobre os filhos é dificultado pelo ingresso precoce deles no mercado de trabalho e nos relacionamentos afetivos.

Assim mesmo, como apontam Fonseca (2004) e Sarti (2003a), a autoridade do homem nas famílias pobres ainda hoje guarda permanências tradicionais, seja em relação ao poder sobre as mulheres, seja em relação ao exercício unilateral de autoridade em relação aos filhos.

Trata-se, todavia, de um modelo tornado tenso por diversos fatores confluentes, dentre os quais destacamos: novas disposições no mercado de trabalho, maior fluidez dos arranjos familiares, conquistas feministas, ênfase nos direitos de crianças e adolescentes e penetração e saída de informações na família à revelia dos pais.

Então, podemos pensar que outras formas de paternidade estão por emergir e/ou se encontram em andamento. Um dos novos movimentos de paternidade detectados e analisados é a busca popular pela comprovação científica da paternidade. Fonseca (2005) examina a pesquisa de uma base biológica e uma certeza científica para a paternidade possibilitada por novas tecnologias. Como registrado pela autora, chama a atenção os próprios pais procurarem o exame de comprovação da paternidade de crianças de quem já cuidam há anos, ou mesmo de quem já cuidaram.

A busca de reconhecimento da paternidade requisitada por mães para seus filhos ou por filhos em relação aos pais que não lhes reconhecem é diferente do reconhecimento da paternidade demandado pelo pai em relação aos filhos dos quais cuidam, ou já cuidaram. O fenômeno diverge do senso comum, por implicar na comprovação de uma traição e o questionamento de uma relação parental em andamento.

Parece ficar abalada a percepção popular de que “pai é quem cuida” e as bases do fenômeno social de popularização de relações de cuidado não baseados na biologia, como por exemplo, a aumento de famílias recasadas. “A certeza que pariu a dúvida”, nas palavras de Fonseca (2008), é um sinal em uma direção ainda não totalmente clara.

A literatura brasileira aponta tendências difusas de mudança.

Percebe-se de fato – em termos de atitude – uma mudança por parte dos pais quanto às suas funções: há no “ar” uma nova “cultura da paternidade” que solicita um pai mais presente em termos de envolvimento direto, acessibilidade e maior responsabilidade pela criação conjunta dos filhos. (JABLONSKI, 1998, p.121)

A emergência deste “novo pai” tem sido associada às classes médias e altas.

Mas de que homens e mulheres se está falando? Que contexto social é esse que favorece a emergência de tais transformações? Boa parte dos estudos se refere especialmente a indivíduos de camadas médias e a um estilo metropolitano de vida, onde coexistem códigos individualistas e hierárquicos construção da visão de mundo e na organização das relações sociais. (UNBEHAUM, 2001, p.168)

O novo pai, oriundo das classes média e alta, procura alcançar uma ruptura com o modelo que viveu na infância e deseja reformular o comportamento do seu próprio pai, que considera *frio e distante*. (RAMIRES, 1997, p. 29)

Em nossa busca bibliográfica, no entanto, encontramos uma indicação oposta à localização da nova paternidade nas classes média e alta.

However, the fact that many of the families in the sample of shared-role or father-as-major caregiver group either belong to the

lower income brackets and students who reverse roles on a rotation basis or as a temporary arrangement, means that research on them is unlikely to influence public opinion to any considerable degree. It can be easily written off as something eccentrics do but no “normal middle class family” would consider. (EISIKOVITS, 1983, p. 20)⁴⁶

A literatura internacional sobre novas configurações da paternidade, por exemplo, inicia as pesquisas com foco nas classes média e alta; todavia, o estudo progride em direção à incorporação de outros estratos de renda.

Studies on gender and household labour have been influenced by intersectional theory. While the initial focus of these studies was on predominantly middle-class white heterosexual couples, there has gradually been greater attention accorded to working-class or low income households; ethnic diversity; and non-heterosexual couples. (DOUCET, 2007, p. 31)⁴⁷

As pesquisas brasileiras, por sua vez, não apontam a inexistência do “novo pai” nas classes de renda inferior, mas apontam a existência do fenômeno nas classes médias e altas.

Considerando que:

- o universo mais próximo do pesquisador parece ser a opção mais fácil e acolhedora para a busca de sujeitos, e que os pesquisadores são geralmente oriundos de estratos médios e altos de renda;
- as pesquisas disponíveis sobre a paternidade no Brasil ainda não pesquisaram a contento os estratos de renda inferior;

⁴⁶ No entanto, o fato de que muitas das famílias na amostragem dos grupos de papel-compartilhado ou de pai como principal cuidador pertencem aos conjuntos de menor renda ou são estudantes que reverterem os papéis de modo alternado ou como um arranjo temporário, significa que a pesquisa sobre elas provavelmente não influenciará a opinião pública de forma considerável. Isto pode ser facilmente descrito como algo que os excêntricos fazem, mas que nenhuma “família normal de classe média” cogitaria. (EISIKOVITS, 1983, p. 20) [livre tradução nossa].

⁴⁷ Estudos sobre gênero e trabalho doméstico têm sido influenciados pela teoria interseccional. Enquanto que o foco inicial desses estudos estava predominantemente em casais heterossexuais brancos de classe média, gradualmente tem se concedido mais atenção aos lares da classe trabalhadora ou de baixa renda; de diversidade étnica e de casais não-heterossexuais. (DOUCET, 2007, p. 31) [livre tradução nossa].

estabeleceremos ressalvas à idéia de que: a “nova paternidade” seja um fenômeno de classe média e alta; bem como à idéia derivada de que o comportamento das classes de renda média e alta, em relação à paternidade, poderia ser mimetizado pelas classes de renda baixa.

Manteremos uma pergunta em aberto: quais as possibilidades surgidas para os pais, hoje, no âmbito das famílias populares?

Aqui, estamos diante de uma questão complexa, já que não se trata de reviver o “patriarca” em pequenas dimensões; então, não devemos falar do chefe de família, nem tampouco do pai como símbolo do autoritarismo. Não cabe também apresentar o pai como auxiliar da mãe, o que novamente “naturalizaria” este campo como o de “posse” materna; e não serve o pai como substituto da mãe, limitado a fazer o papel dela: trata-se de compor outra personagem a ser definido.

Seria algo na direção da proposição feminista explicada por Scavone: “A parentalidade entendida como o posicionamento dos atores sociais dos dois sexos no processo de constituição do laço parental e não mais de partir duma especificação a priori deste laço segundo o sexo.” (SCAVONE, 2001, p. 148)

Para pensarmos em possibilidades, utilizaremos o trabalho de Doucet, (2007), que empreendeu pesquisa com 144 pais canadenses, oriundos de diferentes estratos sociais, responsáveis principais pelos cuidados com os respectivos filhos e filhas. A autora tem contribuições a oferecer nesse campo, além de também se apoiar no autor escolhido por nós, Connel, para falar de masculinidades e adotar um entendimento de identidade não “essencialista”, mas sim relacional e dinâmica.

Doucet (2007, p. 42) recorre ao conceito “borderwork” de estabelecer fronteiras entre gêneros, – enfatiza-se que existem momentos e lugares nos quais as fronteiras de gênero são estabelecidas de forma contundente. A demarcação tende a ser mais visível do que momentos e lugares nos quais as fronteiras de gênero são cruzadas, ou mesmo se dissolvem. Na escola, por exemplo: quando meninos e meninas estão colocados em grupos opostos, divisão básica da classe

de aula infantil, torna-se saliente a construção de uma oposição, ao contrário do que acontece quando meninos brincam e/ou trabalham com meninas em atividades não comandadas pelas expectativas de gênero.

Em outras palavras: há momentos e lugares em que fronteiras de gênero são distintamente fortes, opondo homens e mulheres, e outros em que as fronteiras são relaxadas até serem pouco notadas. (DOUCET, 2007, p. 43)

A fronteira é demarcada simbolicamente, diz Doucet, 2007, para quem os cuidados diretos e corporais com as crianças pequenas constituem um campo no qual as fronteiras são percebidas com clareza – tanto que muitos autores nomeiam os cuidados com a criança pequena como “maternagem”. Doucet, então, orienta a pesquisa pela pergunta: “Do men mother?” (Homens “maternam”?). Para respondê-la, divide a maternagem em elementos: responsabilidade emocional, responsabilidade comunitária e responsabilidade moral.

Na revisão de literatura por ela empreendida, Doucet (2007) conclui que a maior parte do trabalho e responsabilidade pelo cuidado emocional e responsabilidade emocional pelos filhos permanece com as mulheres. No entanto, demonstra também que homens podem fazer – e fazem – o trabalho de cuidar: “That is, many studies on fathering have argued that fathers have the desire and the capacity to be protective, nurturing, affectionate, and responsive with their children.” (DOUCET, 2007, p. 112)⁴⁸

Todavia, pais que são os principais responsáveis pelos cuidados com os filhos continuam a enfatizar diferenças entre as formas de cuidar paterna e materna. Constitui um “estilo” paterno de cuidar, por exemplo, o realce às brincadeiras, às atividades ao ar livre e em grupos. Pais enfatizam “promover a independência” dos filhos mesmo quando estão estabelecendo cuidados básicos de atenção e nutrição. (DOUCET, 2007)

⁴⁸ “Ou seja, muitos estudos sobre a paternidade argumentaram que os pais têm o desejo e a capacidade de serem protetores, criadores, afetuosos e responsivos com seus filhos.” (DOUCET, 2007, p.112) [livre tradução nossa].

As narrativas paternas colhidas por Doucet mantêm em alta conta a maternidade; os sujeitos consideram as mães mais protetoras, nutridoras e conectadas emocionalmente. (DOUCET, 2007, p. 119)

As responsabilidades emocionais em relação aos filhos são definidas por Doucet (2007, p. 133) como o entendimento e atendimento das necessidades de cuidado protetor.

My research on primary caregiving fathers joins a large body of scholarship produced over the past two decades that argues that fathers can be just as nurturing and responsive with their children as mothers are. It is well documented that fathers who are actively involved with their children can develop skills that enable them to partake in this task of preservation. (DOUCET, 2007, p. 33)⁴⁹

Doucet (2007, p. 141) considera as responsabilidades comunitárias como o trabalho de cuidar além do núcleo familiar: promover e gerenciar relacionamentos entre famílias, entre a família e a escola, o Estado e o local de trabalho. Em relação a essas responsabilidades, afirma:

Overall, fathers remain helpers in the process, leaving women to take on what one father, Luke; called the 'higher care' of orchestrating, coordinating, managing, organizing, and planning for children's social and development needs. (DOUCET, 2007, p. 171)⁵⁰

A autora relaciona as razões para a permanência da mulher nestas tarefas: a permanência das mulheres como principais realizadoras do trabalho social não remunerado e a manutenção, pelos homens, de redes sociais baseadas no trabalho ou lazer. Quando os homens precisam se haver com redes baseadas nos cuidados com os filhos, têm de se haver também com redes femininas. Desta

⁴⁹ Minha pesquisa sobre pais que são os principais cuidadores se relaciona com um vasto corpo de conhecimento produzido nos últimos vinte anos, que argumenta que os pais podem ser tão criadores e responsivos com seus filhos quanto às mães. É um fato bem documentado que os pais que são ativamente envolvidos com seus filhos podem desenvolver habilidades que permitam a eles participar desta tarefa de preservação. (DOUCET, 2007, p. 33) [livre tradução nossa].

⁵⁰ De modo geral, os pais continuam auxiliando no processo, deixando as mulheres assumirem o que um pai, Luke, chamou de 'cuidado maior' de orquestrar, coordenar, administrar, organizar e planejar as necessidades sociais e desenvolvimentistas das crianças. (DOUCET, 2007, p. 171) [livre tradução nossa].

maneira, o modo pelo qual eles são percebidos e apoiados pelas mães de colegas dos filhos pode ser determinante para o bom desempenho das atividades com a família ampliada e a comunidade.

A demarcação de fronteiras de gênero torna-se evidente quando os pais aproximam-se de bebês no mesmo espaço onde estão os próprios filhos; quando o grupo de pais reúne-se nas casas e não em locais públicos; bem como quando as filhas adolescentes desejam receber em casa colegas para passar a noite.

Todavia, segundo Doucet (2007, p. 172), os pais também podem dividir simetricamente o trabalho de facilitar o movimento das crianças além da família, em especial em atividades relacionadas ao lazer e ao esporte. Da mesma forma, podem criar e manter redes de relacionamento baseada nos cuidados com os filhos, gerenciando o movimento das crianças nas redes. Quando o fazem, contribuem para atenuar a percepção de diferenças rígidas de gênero.

I describe four styles of paternal involvement in community responsibility; these include fathers being *assistants*, *partners*, or *managers*. Across all these approaches to parental responsibility, the majority of fathers are also *networks builders*, as they construct their own distinct paternal networks that exit alongside female-dominated ones. (DOUCET, 2007, p. 219)

Doucet define as responsabilidades morais não como questões éticas, mas sim como a percepção de pais e mães sobre a forma como devem agir e como pensam que outras pessoas agiriam na situação por eles experimentada. (DOUCET, 2007, p. 176)

Em relação às responsabilidades morais, assim definidas, Doucet (2007), observa que homens que cuidam dos filhos trabalham para afastar a idéia que possam ser *gays* ou não masculinos. A estudiosa destaca três maneiras de reafirmação da masculinidade: destaque aos aspectos entendidos como masculinos dos cuidados – como visto anteriormente, acerca da preparação para independência; ênfase na construção, manutenção e reforma da casa mais que no trabalho de limpeza e organização da casa; e afiliação a grupos de pares nos esportes ou em trabalhos que envolvem força física. (DOUCET, 2007, p. 196)

Para Doucet, 2007, os sujeitos pesquisados por ela são conscientes da dimensão corporal e de gênero das próprias relações sociais, práticas e morais. Assim, a experiência dos pais cuidadores pode ser vista como próxima de trazer rupturas emocionais e cognitivas no decorrer do crescimento dos filhos. Os pais sentem-se cobrados a desempenhar a função de provedores.

Framing social acceptability as a set of moral responsibilities and the shoulds and oughts of parenting, women feel judged for not caring enough while fathers who are primary caregivers feel judged for not earning. The recurrent comments of feeling as if they have failed as a man or that they are not being a good man underpin many of the narratives of fathers who have given up earning or have pushed earning into a secondary place in their lives. (DOUCET, 2007, p. 209)⁵¹

Ou seja, mesmo após as variadas mudanças observadas nas últimas décadas, homens ainda são vistos como provedores e mulheres como responsáveis pelos cuidados familiares. As mudanças não foram sentidas em relação à normatividade social.

Após analisar as entrevistas nos três aspectos que caracterizam a maternagem, Doucet (2007) afirma que grandes transformações podem ocorrer com os pais que empreendem a aventura de ser os principais cuidadores dos filhos.

Fathers find that their 'hard edges have softened,' they recognize the value in caring work, and they articulate a commitment to taking on what has traditionally been a balancing act for women – that of combining family responsibilities with paid employment. (DOUCET, 2007, p. 210)⁵²

⁵¹ Enquadrando a aceitabilidade social como um conjunto de responsabilidades morais e os deveres e obrigações da paternidade, as mulheres se sentem julgadas por não cuidarem o suficiente dos filhos, enquanto que os pais que são os cuidadores principais se sentem julgados por não ganharem dinheiro. Os comentários recorrentes de se sentirem como se tivessem falhado enquanto homem ou de que não estão sendo um bom homem sustentam muitas das narrativas dos pais que desistiram de ganhar dinheiro ou que colocaram esta questão como secundária em suas vidas. (DOUCET, 2007, p. 209) [livre tradução nossa].

⁵² Os pais acham que sua 'casca grossa amoleceu', eles reconhecem o valor de cuidar do filho e articulam um compromisso de assumir o que tradicionalmente sempre foi um papel contrabalanceador das mulheres – o de combinar responsabilidades familiares com um emprego remunerado. (DOUCET, 2007, p. 210) [livre tradução nossa].

A autora finaliza o capítulo argumentando que, do estudo, emerge a idéia que esses pais não “maternam” – para ela, eles estão reconfigurando a paternidade e as masculinidades. (Doucet, 2007, p. 210)

Whereas dominant approaches in this field of study assume that men and women are interchangeable disembodied subjects within and between house-holds, my work emphasizes that fathers and mothers are embodied subjects who move through domestic and community spaces with inter-subjective, relational, moral, and normative dimensions framing these movements. (DOUCET, 2007, p. 239)⁵³

Quanto às identidades, a autora acrescenta:

I would argue that differing contexts can produce varying sets of identities and attitudes (Connel, 1987; Griffin, 1989; Thorne, 1993), but identities are nevertheless produced *in* and *through* social situations and through people's relationships with others (Bhabha, 1994; Gilligan, Brown, & Rogers, 1990; Ireland, 1994). (DOUCET, 2007, p. 223)⁵⁴

Para que possamos pensar a identidade de pais e as possíveis mudanças, devemos considerar alguns eixos:

- a permanência da normatividade social que condiciona a paternidade ao provimento econômico, de forma que os campos do trabalho e da remuneração estejam incluídos na discussão sobre paternidade, mesmo que de forma não explícita;
- a existência de redes institucionais e de relacionamento nas quais a presença da mulher é esperada e sancionada;

⁵³ Enquanto que as abordagens dominantes neste campo de estudo postulam que homens e mulheres são sujeitos intercambiáveis e despersonalizados dentro e entre lares, meu trabalho enfatiza que pais e mães são sujeitos personificados, que se deslocam através de espaços domésticos e comunitários, com dimensões intersubjetivas, relacionais, morais e normativas moldando esses movimentos. (DOUCET, 2007, p. 239) [livre tradução nossa].

⁵⁴ Eu argumentaria que contextos diferentes podem produzir conjuntos variados de identidades e atitudes (Connel, 1987; Griffin, 1989; Thorne, 1993), mas as identidades, contudo, são produzidas *em* e *através* de situações sociais, e através dos relacionamentos das pessoas com outros (Bhabha, 1994; Gilligan, Brown, & Rogers, 1990; Ireland, 1994). (DOUCET, 2007, p. 223) [livre tradução nossa]

- a relação entre o pai e a mãe do filho dela;
- a relação estabelecida do pai com a própria criança, na qual se inclui os desejos do pai, bem como a criança tem papel ativo.

Em relação ao provimento econômico, trata-se de reconhecer que dos pais se espera que sejam os principais provedores das próprias famílias. Quando tal não ocorre a contento, ronda a idéia de fracasso.

O trabalho e a remuneração são fundamentais para que se pense sobre as condições concretas do exercício da paternidade e da maternidade. As condições se explicitam no tempo e na energia despendidos por pessoas submetidas a regimes de trabalho penosos e extensos. A divisão entre as esferas trabalho-vida familiar dificulta que se perceba a relação dinâmica entre elas.

Todavia, os campos ideológicos e subjetivos também têm relevância e relativa autonomia. O desemprego, por exemplo, oferece aos homens tempo e disponibilidade que poderiam ser empregados no cuidado dos filhos. O que pode impedir que isso aconteça, nessa situação, não é explicável simplesmente pelo condicionamento financeiro.

O aspecto relacional como condicionante da paternidade reveste-se de grande importância – para que o pai possa ser efetivamente pai, ele precisa ter a autorização simbólica da mãe, precisa do reconhecimento do próprio filho e de outras relações. Doucet (2007) ressalta quão determinante é, para o sucesso social do pai que assume os cuidados de seu filho, ser reconhecido como cuidador pela rede de mulheres com a qual ele entra em contato por meio dos filhos.

O entendimento da importância relacional é fundamental para que voltemos a destacar a questão da ausência de uma identidade coletiva de pai cuidador (e não só provedor) e a importância de que a rede institucional, com a qual a família está em contato, seja capaz de reconhecer e validar o pai em sua tarefa de cuidar dos filhos.

Na particular relação afetiva entre pai e mãe, a questão da autorização à paternidade se dá porque a relação com a mãe antecede outras relações e é por meio dela que essas outras relações se desdobram. Além disso, a designação social da mãe como responsável pelos cuidados e a gestão, por ela, dos relacionamentos da criança constituem um campo de poder. Não se trata de um poder totalitário, ou que possa determinar a relação entre pai e filho por si só, mas constitui elemento importante – como revelam as dificuldades de acesso dos filhos aos pais e vice-versa, nos casos de separação.

A relação estabelecida pelo pai com o filho é o último ponto, em relação ao qual destacamos que os filhos, mesmo bebês, são também construtores ativos da relação. O afeto tem efeito de reconhecimento, e o bebê demonstra afeto, é ativo na relação, embora não seja responsável por ela. É o adulto, o pai no caso, o responsável pelo desenvolvimento da relação.

Que as relações de afeto possam ser construídas é uma compreensão de difícil percepção, diante de expectativas idealizadas. Tomemos como exemplo o mito do amor materno: pressupõe-se a manifestação de um amor total, automaticamente acionado ao nascimento do bebê. Mas nem sempre a ligação da mãe com o recém-nascido se dá imediatamente; ainda assim, há pressão sobre aquelas que, por razões diversas, não se ajustam a essa imagem.

A ênfase na responsabilidade perante a paternidade é um campo percorrido extensamente por Arilha (2001), que situa a responsabilidade em contraponto à “zoeira” da juventude. Portanto, quando nomeia a responsabilidade, evoca a irresponsabilidade. Arilha (1999) explicitou isso ao estudar a “responsabilidade” nas resoluções da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, em contraponto à “responsabilidade” tratada por grupos de homens no Brasil. Algumas das conclusões do autor são de que a ênfase na responsabilidade se relaciona com a percepção dos homens como irresponsáveis diante da paternidade e das questões reprodutivas.

Podemos conjecturar que a imagem prevalente do pai como provedor relacione-se com a ênfase na responsabilidade – “assumir o filho” equivale, no

senso comum, a “sustentar o filho”. Para que um pai seja “responsável”, ele deve prover. Mas, ao invés de pensarmos em aumentar o estreito uso de “responsabilidade paterna”, poderíamos pensar no que move os homens a serem pais. Acrescentamos que o desejo de ser pai pode ajudar na construção da responsabilidade: se eu quero tal coisa, me envolvo com ela. A responsabilidade, por sua vez, apresenta mais dificuldade em desdobrar-se em desejo; é difícil perceber que posso desejar o que tenho a obrigação de realizar.

Pensar nas diversas motivações para o desejo de ter filhos é um exercício que poderia revelar mais sobre as possibilidades de paternidade, além das construções conhecidas. Busca por um herdeiro, validação de uma relação, prova da virilidade, ter quem cuide de si quando velho, vontade de ensinar, desejo de uma experiência de intimidade, de crescimento. O que move os homens em relação à paternidade não tem uma resposta pronta e única, um dos efeitos da contingência da relação homem-pai e da variedade de pais.

Fathers who have the opportunity to be emotionally connected to their children can experience generative changes that influence their understanding of masculinities and what it means to be a man in contemporary society. Moreover, fathers taking on parts of the emotional responsibility for children can help to alleviate mothers' worries and guilt that they are not doing enough for their children. The moral responsibility to care has been a source of women's strength and power, but when it is a compulsion to care rather than a choice, moral responsibility can also become a source of tremendous grief, depression, and sadness (see Mauthner, 2002). There are also links between community responsibility and moral responsibility. Fathers spending time in community spaces with young children can help alleviate community suspicions of men and their relationships with children and challenge the expectations and assumptions that only woman can care for children. (DOUCET, 2007, p. 221)⁵⁵

⁵⁵ Pais que têm a oportunidade de serem emocionalmente ligados com seus filhos podem experienciar alterações generativas que influenciam sua compreensão de masculinidade e do que significa ser um homem na sociedade contemporânea. Além disso, pais assumindo partes da responsabilidade emocional pelas crianças podem ajudar a aliviar as preocupações e a culpa das mães de que eles não estão fazendo o suficiente para seus filhos. A responsabilidade moral de cuidar tem sido uma fonte da força e do poder das mulheres, mas quando é uma compulsão de cuidar, ao invés de uma escolha, a responsabilidade moral também pode se tornar uma fonte de enorme dor, depressão e tristeza (ver Mauthner, 2002). Também há vínculos entre responsabilidade comunitária e responsabilidade moral. Pais que passam tempo em espaços comunitários com filhos jovens podem ajudar a aliviar as desconfianças da comunidade com relação aos homens e seus relacionamentos com crianças e desafiar as expectativas e suposições de que apenas a mulher pode cuidar dos filhos. (DOUCET, 2007, p. 221) [livre tradução nossa].

As possibilidades para a paternidade, buscadas além da relação autoritária, podem ser também percebidas através da metáfora da transformação educativa.

Paulo Freire nos deixou muitas lições de vida. Uma delas foi sobre o exercício efetivo da paternidade. Ao olharmos para o lugar de pai como sendo o daquele que tem uma função na vida de outrem, ao invés de enxergá-lo como um lugar cativo, imposto seja pela força de um grau de parentesco, poder econômico, etc, perceberemos que as funções de pai/educador/mestre se misturam e se confundem. (SILVEIRA, 1998, p. 24)

2.3 Famílias pobres e migrantes

As famílias pobres das periferias das grandes cidades são alvo das políticas sociais dirigidas às famílias em vulnerabilidade. É expressiva, nessa população, a presença de famílias migrantes, muitas delas oriundas de ambientes rurais. Dessa forma, buscamos destacar elementos da literatura sobre esses grupos familiares que ajudassem a mapear o contexto social no qual eles se inserem e onde se deu o trabalho de campo.

As autoras nas quais me apoiei para construir o capítulo (FONSECA, 2004; ZALUAR, 2000; SARTI, 2003a) são pródigas em alertar sobre o risco de tomar as famílias pobres como um “outro” problemático em relação às famílias de classe média e alta; sobre observar comportamentos desencaixados de seus contextos e atribuir a eles valores estigmatizantes; sobre ignorar as definições relacionais de pobreza; sobre igualar situações díspares ao enquadrá-las na situação de pobreza e sobre a redução dos comportamentos das famílias pobres a aspectos econômicos, meros arranjos de sobrevivência. Dessa forma, se vier a cometer generalizações indevidas a partir das pesquisas, eu o farei por minhas próprias limitações, não por falta de aviso.

E qual o motivo para destacar as famílias? Vários autores enfatizam a importância da família nesse contexto, dentre eles Durhan (1978); Fonseca (2004); Zaluar (2000); e Sarti (2003a), esta autora se expressa de forma enfática:

“[...] uma referência simbólica fundamental que permite pensar, organizar e dar sentido ao mundo social, dentro e fora do âmbito familiar. Sua proposição é a de que a estruturação da vida familiar e afetiva dos indivíduos, que se passa na família, como todos sabemos, acontece a partir da existência da família como uma realidade simbólica, que ordena e organiza formas de pensar e viver. A tal ponto que, no universo pesquisado, a família se torna o parâmetro simbólico para definir, inclusive, os termos de atuação dos indivíduos no plano político. (SARTI, 2003a, p. 9)

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo. (SARTI, 2003a, p. 53)

As famílias migram em busca de uma “vida melhor” quando a situação de origem deixa de ser suficientemente confortável ou deixa de garantir as possibilidades de sobrevivência. A saída do meio rural não se dá sem alguma forma de “expulsão” ou de ambivalência entre o que se busca e o que é deixado para trás. Sarti (2003a) e Durhan, (1978, p. 128) destacam que o processo de migração almeja melhoras para o grupo familiar, não somente para o indivíduo.

Na chegada à cidade, o elemento protetor fundamental é a rede de parentes e conterrâneos, que pode fornecer abrigo e, especialmente, referência para o entendimento de um universo diferente e desconhecido. Por meio dessas relações pessoais, o recém-chegado toma conhecimento das oportunidades existentes e do melhor modo de aproveitá-las. (DURHAN, 1978, p. 156)

Apesar da mídia, especialmente a televisão, divulgar os modos de vida urbanos e os respectivos padrões de consumo e relacionamento, a experiência concreta na cidade grande, em especial das metrópoles, pode ser desorganizadora em ritmos, odores, deslocamentos, tratamentos, quantidade de informações e de diversas outras formas.

A rede de conhecimento fornece, assim, uma base a partir da qual o novo território pode ser explorado. É também a principal, se não única, possibilidade de

colocação no universo de trabalho, uma vez que as atividades do meio rural são pouco diferenciadas (em relação aos empregos urbanos). Além disso, a busca de emprego pela seleção formal é dificultada por fatores como escolaridade, documentação e prévia experiência.

A obtenção de renda como fruto do trabalho é fundamental para o estabelecimento de um projeto de melhoria de vida. De início, qualquer atividade – inicialmente contraposta ao serviço rural duro e quase sem proteção trabalhista – é bem-vinda. A adaptação à cidade faz com que as fontes de renda possam ser comparadas progressivamente às despesas das novas necessidades, não somente ao rendimento obtido anteriormente.

Padrões de consumo são vividos como melhoria de vida. Tal percepção situa-se dentro da perspectiva de vida dos moradores da periferia urbana, cuja existência é motivada por esse projeto de melhorar de vida, que envolve o grupo familiar em seu conjunto. (SARTI, 2003a, p. 31)

As atividades remuneradas são uma possibilidade de estabelecer e ampliar uma rede de conhecimento que abra portas; valoriza-se também o conhecer e ser conhecido. Os novos repertórios sociais são experimentados nesse novo círculo: comportar-se e comunicar-se adequadamente tornam-se fundamentais.

Embora o trabalho seja o instrumento de integração ao meio urbano, a migração a que são lançados os pobres – por razões que lhes escapam inteiramente – não se viabiliza nem se sustenta como processo social sem essa rede de relações, com base na família e na localidade. (SARTI, 2003a, p. 51)

Representando um projeto familiar de melhoria social, o trabalhador vive sob tensão entre o que obtém de renda e as despesas para sobreviver, as novas demandas de consumo e as obrigações com a família. Para Sarti (2003a), na família pobre existe precedência do grupo sobre o indivíduo, e o peso das obrigações com a família se expressa pela ordem moral.

Aventurando-se, estabelecendo-se ou já estabelecido, o migrante pode “trazer” a família e/ou constituir novo núcleo pelo casamento. A união conjugal não

significa a ruptura das obrigações com a família de origem; o casamento é inscrito na rede de responsabilidades já existentes e não as anula. É também é um passo na melhoria das condições de vida: permite poupar, adicionar esforços na busca de objetivos comuns e continua sendo um valor, mesmo com estabilidade precária.

Além desse aspecto, destaca-se a predominância de valores tradicionais em relação às famílias pobres e ao que se espera de homens e mulheres. O domínio do tradicional se salienta nas famílias de origem rural. “Internamente, a família rural brasileira, hoje como antes, estrutura-se de modo muito simples, em termos de subordinação das mulheres aos homens e dos mais jovens aos mais velhos”. (DURHAN, 1978, p. 64)

A autoridade masculina na família rural, dentre outras fontes, está associada ao lugar de chefe de unidade de produção que o homem tem na família de trabalhadores no meio rural, a chegada à cidade grande altera este quadro:

Nas comunidades rurais a família é a unidade produtiva. É sempre o pai quem distribui as tarefas, dirige o trabalho e recebe a remuneração. Na cidade, ao contrário, filhos e pais trabalham em lugares diferentes, em atividades independentes e recebem, cada um, o seu salário. Desfaz-se desse modo o fundamento econômico da autoridade paterna. (DURHAN, 1978, p.201)

Os valores tradicionais são apontados por Sarti (2003a), Fonseca (2004) e por Zaluar (2000). Mas existem divergências entre as autoras que merecem consideração. Uma delas é a divisão de poder entre homens e mulheres. E aqui cabem parênteses para a consideração da expressão freqüentemente associado às famílias pobres, “família chefiada por mulher”.

Segundo Fonseca (2004):

O termo “família chefiada por mulher” tem sido empregado para designar unidades domésticas de mulheres sem marido (Blumberg e Garcia, 1977; Barroso, 1978) ou, havendo marido, aquelas onde são maiores: o número de consangüíneos matrilaterais (Whitehead, 1978), a renda da mulher (Figueiredo, 1980) ou, simplesmente, a influência feminina nas redes afetivas de ajuda mútua (Kunstadter, 1963). Nesses casos, a mulher é considerada,

pelo menos na perspectiva do pesquisador, como o centro das decisões familiares. Essa plethora de definições é sintomática de um mal-estar de três fontes: da imagem estática da unidade residencial, da confusão entre sistema familiar e unidade doméstica e da ambigüidade relacionada ao poder doméstico, feminino e masculino. (FONSECA, 2004, p. 61)

A técnica demográfica baseada nas unidades residenciais obscurece as diversas transformações do grupo doméstico no decorrer do tempo, bem como as diversas combinações envolvendo o fluxo de relações e pessoas entre unidades residenciais. (FONSECA, 2004, p. 61)

Mesmo quando se destaca o grupo doméstico caracterizado por mãe-filhos, pode-se questionar se: os homens estão realmente ausentes das unidades classificadas como “mãe filhos”|||| A mãe exerce realmente uma liderança em relação aos filhos adultos. (FONSECA, 2004, p. 63)

Mesmo nas famílias conjugais (casal com filhos), diferenças de ênfase podem ser notadas. Zaluar (2000) destaca o homem como provedor. Fonseca (2004) e Sarti (2003a) realçam, além disso, o lugar da proteção do grupo familiar e da autoridade. Assim, para Sarti (2003a, p. 57):, mesmo no caso em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera.

Além disso, para Sarti (2003a) e Fonseca (2004), o rompimento do casamento não exclui os homens da rede familiar. Quando os pais e maridos deixam de estar, tios e avôs apresentam-se. A configuração da família em rede ajuda a pensar nessas possibilidades.

A família pobre não se estrutura como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos. (SARTI, 2003a, p. 70)

Para Zaluar, a centralidade da mulher parece mais marcante:

As informações sobre ‘pai’ e ‘mãe’ são claras e explícitas, delimitando um padrão que, na literatura antropológica, é chamado de ‘segregado’, isto é, papéis femininos e masculinos claramente demarcados e separados. Se ao pai cabe a função de provedor principal, à mãe cabem, além do trabalho doméstico, as importantes funções de gerência da casa e de responsável pela

socialização das crianças. 'É a mãe que dá a moral', 'minha mãe me ensinou a não roubar' são frases comuns ouvidas nas classes populares, onde não falta também outra frase não tão comum, mas que pode ser ouvida nas respostas ásperas que as relações de mando provocam entre eles: 'você não é minha mãe para mandar em mim'. (ZALUAR, 2000, p. 98)

Considerando a rede familiar, Zaluar (2000) afirma que a família se organiza em bases matrifocais.

O que se nota, como padrão geral, é uma diminuição da importância da figura masculina em favor da expansão do papel feminino. Longe de ser uma característica apenas do proletariado urbano brasileiro, a chamada família matrifocal é, sem dúvida, uma realidade na organização social dos trabalhadores pobres (cf. Cardoso e Durham, 1977). Nela a figura do pai distante e, ao contrário da mãe, pouco íntima, sendo em alguns casos transitória e substituível, enquanto a mãe tem importância crucial no estabelecimento e reforço de suas redes de relações, na transmissão dos valores morais e do grupo, e, acima de tudo, na atividade que os possibilita afastar-se da fronteira que separa a miséria da pobreza, qual seja, o controle do orçamento doméstico ou a gerência financeira da casa. (ZALUAR, 2000, p. 98)

A matrifocalidade é questionada por Fonseca (2004), que preserva dela a idéia de oposição entre consangüíneos e parentes por aliança e elogia o avanço do conceito em relação à consideração do sistema de parentesco e não das unidades residenciais. Mesmo assim, observa que a matrifocalidade relaciona-se com a manutenção da intimidade entre mãe e filhos e a formação de um "bloco político"; assim, o distanciamento entre mãe e filhos, adolescentes e adultos, poderia destoar do padrão matrifocal, conforme foi observado inicialmente. (FONSECA, 2004, p. 64)

Fonseca (2004) questiona também se o padrão de importância feminina nas redes familiares não poderia estar sobrevalorizado pela maior facilidade de observação das atividades maternas nas famílias, em detrimento da observação minuciosa de todo tipo de atividade familiar dentro de determinados contextos, requisito atendido pelos estudos que trouxeram à baila o conceito inicial de matrifocalidade.

Sugerimos que a observação de diversas atividades familiares na Vila do Cachorro Sentado revela que – ao contrário dos resultados esperados conforme o modelo matrifocal – os laços consangüíneos homem/homem ou homem/mulher têm tanta importância quanto os laços mulher/mulher. (FONSECA, 2004, p. 65)

A pesquisadora observa que, por vezes, a cooperação entre mulheres tem como pano de fundo a relação entre homens: “Podemos arriscar a hipótese de que, atrás da colaboração entre mulheres, há uma presença masculina que dá apoio tácito à situação”. (FONSECA, 2004, p. 65)

Além disso, ela realça no estudo o aparecimento de dados relativos aos irmãos: “Contudo, o fato de, nos nossos dados, os irmãos homens aparecerem mais deve pôr em dúvida a idéia de que as malhas principais da rede social são formadas inevitavelmente por mulheres”. (FONSECA, 2004, p. 67)

Assim, além de termos em conta que o homem da família dispõe de maior variedade de símbolos para expressar prestígio pessoal (FONSECA, 2004, p. 28) e tem um entorno amplamente favorável ao exercício do próprio poder, devemos estar atentos, também, para as evidências da presença e participação masculina nas famílias e nas redes familiares, campo visto como tradicionalmente feminino. Caso não se atente a isso, é como se reproduzíssemos a idéia da separação das esferas: homens/pública e mulheres/doméstica.

Quanto aos valores ligados à criação dos filhos, as autoras apontam que há forte hierarquia entre pais e filhos, e a educação é concebida como o exercício unilateral da autoridade. (SARTI, 2003a, p. 73) Os filhos legitimam os casamentos, são motivos de orgulho, e neles é depositada a esperança de que possam usufruir de condições que os pais não tiveram.

A expectativa de melhorar de vida está relacionada à condição de migrante, constituindo o leitmotiv de migrar. Em termos de suas histórias familiares, os moradores desse bairro falam da percepção de uma mobilidade social em relação à geração que os procedeu, no sentido dos que tiveram acesso a recursos inexistentes em seus locais de origem, sobretudo no que se refere às oportunidades de trabalho, de consumo e de educação para seus filhos encontradas na cidade. (SARTI, 2003a, p. 31)

Pode-se estabelecer uma fissura entre os valores dos pais e filhos: enquanto os primeiros comemoram as conquistas de consumo e de acesso à cidade, os filhos nascem na cidade e o patamar de consumo é o que seus pais alcançaram. Ou seja, a comparação se faz com outros padrões de consumo urbano, não com a vida rural. O que é avanço para os pais pode ser nada mais que precariedade para os filhos.

A experiência da precariedade relaciona-se diretamente à precariedade dos serviços públicos escassos e de má qualidade. Vale destacar que, com o Programa de Saúde da Família, a saúde pública está em expansão no que se refere aos cuidados básicos. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, os postos de atendimento contam com número insuficiente de médicos, e as especialidades só se tornam acessíveis depois de longa e penosa espera. Os hospitais públicos, da mesma forma, registram superlotação e dificuldade de acesso.

No campo de nossa pesquisa isto se torna explicitado pelos números já citados: uma unidade de saúde (AMA) para atender cerca de 30.000 habitantes. A terceirização de serviços e a dificuldade de integração de diferentes prestadores de serviço, em vários níveis de assistência, ameaçam o conceito de sistema integrado, base conceitual e nome do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social, acrescentado um complicador a um quadro já precário.

A educação apresenta baixíssimos índices de aproveitamento, as escolas não possibilitam o domínio dos rudimentos do português e da matemática; a violência, o tráfico de drogas e a deterioração do patrimônio são companhias constantes no dia-a-dia do estudante. Muitas iniciativas e programas têm sido tentados para o enfrentamento das dificuldades. Os Centros Educacionais Unificados (CÉUS), da Prefeitura de São Paulo, por exemplo, constituem uma inovação alvissareira, bem como a presença das famílias no ambiente escolar e a mobilização comunitária. Mas iniciativas isoladas e ilhas de excelência não conseguem mudar a face do sistema educacional na periferia.

A violência urbana, campo onde os homens figuram como as maiores vítimas e os maiores agressores, causam, além das conseqüências diretas, medo e dificuldades de estabelecimento relações e vínculos afetivos.

O quadro de precariedade não fica bem definido sem a inclusão de outro recurso fundamental: o transporte público. O acesso fácil e rápido às partes ricas da cidade é essencial para quem trabalha: nessas regiões concentram-se também as melhores oportunidades de consumo e de lazer.

Em São Paulo, por exemplo, temos iniciativas de grande impacto, como a implantação do “bilhete único”, a integração do bilhete único ao metrô e aos trens, a inauguração do “expresso Tiradentes”, a expansão dos corredores de ônibus e do próprio metrô. Mesmo assim, grande parte dos deslocamentos na cidade ainda é realizada a pé, e o longo tempo despendido nas viagens, por qualquer meio de transporte, soma-se à rotina de trabalho para reduzir o período de convívio familiar.

A situação da creche no país merece discussão especial. Embora a Constituição de 1988 preconize o direito à creche como direito universal da criança, a oferta do serviço é muito inferior à demanda. Além disso, os critérios para obtenção de vaga incluem a comprovação de trabalho. Desta forma, com a carência de vagas, o direito infantil à creche ainda continua sendo, na prática, interpretado como um direito das mães trabalhadoras à creche para seus filhos e não como um direito de toda criança.

Apesar da inclusão das creches no âmbito da educação, os cuidados infantis, especialmente a crianças menores de três anos, ainda parecem ser entendidos como pré-educativos e pouco importantes. A insuficiência de creches no país tem repercussão direta sobre o campo pesquisado, uma vez que, sem acesso a esse tipo de serviço, as famílias dependem totalmente do apoio da parentela e da comunidade para criar os filhos.

A creche não oferece à criança apenas uma possibilidade de alimentação adequada e de lazer dirigido e protegido. Trata-se de uma instituição fundamental como instrumento de aprendizado dos ritmos da escolarização, prevenção da

violência doméstica, desenvolvimento de práticas de higiene e detecção precoce de problemas de saúde.

In contrast to supplementing or replacing family income, the provision of childcare services is an obvious family policy that benefits fathers, mothers, and children alike. What is important is that such services be available, accessible, of good quality, and at affordable prices if parents are to work and children to be well cared for. (KAMERMAN, 1983, p. 33)

More important, such services can, however, assure children good care and optimal opportunities for development whether or not parents work. (KAMERMAN, 1983, p. 35)⁵⁶

Podemos terminar o percurso retornando a Sarti: “A importância da família para os pobres está relacionada às características de nossas instituições públicas, incapazes de substituir as funções privadas da família”. (SARTI, 2003a, p. 52)

2.4 Famílias e políticas sociais dirigidas à família⁵⁷

A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, marca o destaque obtido pelo tema da família nas formulações e implantações de Políticas Públicas, em especial aquelas destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social. Os exemplos mais evidentes dessa política são os Programas Bolsa Família e Saúde da Família, do Governo Federal.

O Bolsa Família merece destaque por seus números impressionantes: são 11,2 milhões de famílias e 44,1 milhões de pessoas atendidas (estimativas para

⁵⁶ Em contrapartida, para suplementar ou substituir a renda familiar, a provisão de serviços de creche é uma política familiar óbvia, que beneficia igualmente pais, mães e crianças. O que é importante é que tais serviços estejam disponíveis, acessíveis, sejam de boa qualidade e tenham preços reduzidos se os pais tiverem que trabalhar, e que as crianças sejam bem cuidadas. (KAMERMAN, 1983, p. 33) [livre tradução nossa]. Ainda mais importante: tais serviços podem, entretanto, assegurar que as crianças sejam bem cuidadas e tenham oportunidades ideais de desenvolvimento, quer seus pais trabalhem ou não. (KAMERMAN, 1983, p. 35) [livre tradução nossa].

⁵⁷ Trechos deste capítulo foram apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, 2008, Florianópolis, no Simpósio Temático 21, sob o título: Homens quase invisíveis numa organização Patriarcal evidente: estudo sobre a identidade dos homens atendidos pelas Políticas Públicas de Assistência Social às Famílias, com resumo publicado nos respectivos anais

2006) (DRAIBE, 2006). A atenção do programa tem sido garantida à mulher: é ela a titular do cartão de benefício e a referência familiar do cadastro único. O Bolsa Família tende a incorporar progressivamente os beneficiários em grupos socioeducativos⁵⁸ de acompanhamento de famílias (DRAIBE, 2006), prática já efetuada em programas como os da Prefeitura de São Paulo (Programa Ação Família, 2004-2006, e Programa Ação Família, 2006-2009) e o Bolsa Família de Campinas, de 1995, precursor do programa federal e cujos resultados vem obtendo excelente avaliação.

No campo da Saúde Pública, o destaque é o Programa Saúde da Família (PSF), de grande alcance e extensão. Atualmente é compreendido como Estratégia de Saúde de Família, uma vez que nela se baseiam tentativas de reorganização dos serviços e de reorientação das práticas profissionais de assistência, promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação. No plano legal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso especificaram o papel da família como complementar ao do Estado e da Sociedade.

A adoção da “família” como foco das políticas sociais resultou de uma ação da Unesco (órgão da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura), que designou 1994 como o Ano Internacional da Família. A iniciativa está hoje consolidada nas legislações dos países e presente nas ações implantadas desde então.

Chama a atenção o fato de a “família” ter sido anteriormente apontada como peça fundamental na reprodução do machismo, do “patrimonialismo” e “adultocentrismo”. As transformações familiares, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento no número de divórcios, foram descritas como crises que ameaçavam destruir essa instituição. A capacidade familiar de se responsabilizar pela socialização dos membros que a compõem, de transmitir valores e de gerenciar informações foi questionada diante das ações da escola e da mídia.

⁵⁸ Também chamados de psicossociais.

O tema “famílias” é controverso diante da abrangência e diversidade de discursos que reivindicam o conhecimento das mesmas. A questão se introduziu no âmbito da Religião, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Etnologia, Demografia, Economia, além de ter presença enraizada no senso comum e nas experiências pessoais do indivíduo.

Seguidamente revisitado, o tema “famílias” remete à abordagem de múltiplos saberes e transforma em híbridos os caminhos de entendimento: economistas são levados a considerar as escolhas afetivas implicadas na proteção familiar, psicólogos aportam na interação macro-social, sociólogos dialogam com a diversidade histórica e os historiadores têm de se haver, em determinado período, com a concomitância de tipos de organizações familiares que a Antropologia salienta.

Torna-se difícil apontar conceitos que abarquem a complexidade dos saberes. Coloca-se em dúvida, inclusive, se um conceito pode abranger a diversidade dos arranjos familiares. Todavia, a não especificação de um conceito não impede que significados nativos se formem e sejam reproduzidos nas formas de abordagem às famílias.

Para se ter uma idéia da complexidade da adoção de um conceito, observa-se que a associação de famílias ao trabalho com as políticas públicas acompanha uma tendência que inclui também a revalorização da “família” por movimentos fundamentalistas religiosos – e, ao mesmo tempo, a busca da validação/reconhecimento como “famílias” por parte de homossexuais, mães solteiras, casais sem filhos, falando-se mesmo da família unipessoal. Um leque dificilmente contido por um entendimento minimamente consensual.

Considerando-se as dificuldades conceituais e as críticas às famílias, como entender a proliferação de programas e projetos dirigidos ao grupo familiar? Goldani nos aponta dois caminhos de entendimento:

A ênfase atual na família, como *locus* privilegiado para promover programas e políticas sociais, visando a mudanças de comportamento (em termos de auto-cuidado, planificação familiar, relações de gênero e prevenção de doenças

sexualmente transmissíveis) e como fonte substituta ou complementar de muitas das necessidades não oferecidas pelo Estado (cuidado com crianças e idosos), pode ser entendida pelo menos em dois sentidos: (a) reconhecimento de que as famílias se mantêm como importante instituição formadora de valores atitudes e padrões de conduta dos indivíduos e, como tal, com uma imensa flexibilidade e capacidade de gerar estratégias adaptativas; (b) nas mudanças fundamentais no envolvimento do Estado em termos econômicos e de bem estar da população. (GOLDANI, 2002, p. 30)

Parece haver uma aproximação entre o desejo pessoal de sentir-se protegido, em família, contra as agruras do mundo externo, e a tomada da instituição família como protetora dos conflitos da sociedade. Todavia, a capacidade de proteção da família diante da sociedade não corresponde, necessariamente, ao desejo pessoal ser protegido pela família, o que o cotidiano ensina diariamente a todos.

Apesar disso, existe um reconhecimento do importante papel que as famílias, em especial as famílias pobres, têm em relação à proteção de seus membros. A capacidade de proteção não é ilimitada, nem desvinculada dos recursos da sociedade, mas as famílias constroem espaços de proteção a seus membros nos períodos difíceis, e tais recursos podem ser fundamentais para a sobrevivência (CARVALHO, 1994, 2000; DRAIBE, 1994; GOLDANI, 2002; PAUGAM, 2003; SARTI 2003a , 2003b).

Exemplo dessa consideração é o trabalho de Castel (1998), que diferencia pessoas sem família e sem emprego como “desfiliações” socialmente e as pessoas que não têm emprego mas têm famílias como pessoas em risco de “desfiliação”. O desejo de viver em família mostra-se forte e mais duradouro do que se poderia supor até para grupos habitualmente considerados detratores da “família” (ROUDINESCO, 2003), da associação das famílias ao universo da reprodução social e do autoritarismo.

As famílias mostraram-se mais flexíveis e maleáveis do que a morte anunciada e as mudanças na própria composição fizeram supor. E mais: firmaram-se como a maneira mais eficiente e desejada de criar os filhos, superando de longe as tentativas coletivizadas implantadas, de diversas formas. O casamento e a vida

em família mostram-se, sobretudo, persistentes, mesmo com o enfraquecimento do poder legal do homem sobre a esposa e dos pais sobre os filhos. (THERBORN, 2006).

O tema “famílias” continua suscitando debates, e um dos pontos destacados é a atual diversidade de arranjos familiares. Mas embora o reconhecimento e a consideração da diversidade sejam relativamente novos, sempre houve variedade nas famílias brasileiras. Neder afirma que

[...] as famílias-padrão (quer se tome como base a família tradicional, patriarcal, extensa, de origem ibérica, quer então o modelo “higiênico” e moralista da família burguesa de inspiração vitoriana, introduzido no país a partir do processo de modernização que acompanhou a urbanização/industrialização nos primeiros anos deste século) convivem no acontecer social com outras famílias, até o presente bem pouco conhecidas, de várias origens, indígenas ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas etc.) (NEDER, 1994, p. 27)

Parte-se portanto, da idéia de que não existe, histórica e antropológicamente falando, um modelo-padrão de organização familiar; não existe **a família regular**. ... Pensar **as famílias** de forma plural pode significar uma construção democrática baseada na **tolerância** com as diferenças, com o **Outro**. (NEDER, 1994, p. 28).

Nós, brasileiros, tivemos como matrizes modalidades de famílias indígenas e as famílias africanas, que tinham diversidade própria, mas que foram “desfamiliadas” ao serem retiradas dos locais de origem e reunidas nos locais de trabalho escravo, obedecendo a uma ordem de controle e de reposição de “bens”. Participaram ainda da nossa formação modelos de famílias judaicas, muçulmanas, católicas portuguesas e filhos brasileiros, entre outros, nos arranjos mais diversos.

Em relação à família de origem africana, escravizada, eram vigentes as concepções racistas mais arcaicas de não reconhecimento de sua condição humana, relacionadas às justificativas da própria escravidão negra no pensamento católico ibérico. Ou seja, a escravidão justificava-se pela “inumanidade” dos africanos. Estes estariam numa condição pré-humana, seriam “coisa”, e a escravidão era vista como uma missão de salvação. R..o que pensavam os europeus sobre as famílias escravas: morando em senzalas, viviam em promiscuidade sexual, como bestas, como animais. Esta é a concepção que foi cravada no

imaginário social brasileiro e que ainda está muito viva. (NEDER, 1994, p. 30).

A conjunção de forças do Estado e da Igreja Católica impôs a norma do casamento oficial, católico e monogâmico na proposição e, na prática, de dupla moral para homens e mulheres, o que se consolidou, não sem resistência, como um padrão. Mas, mesmo assim, um padrão ao qual as classes populares não se ajustaram totalmente.

A variedade familiar ocorria mesmo no campo de influência das grandes plantações de cana, onde a família patriarcal descrita por Gilberto Freyre (FREYRE, 1936) não tinha como ser replicada nos mesmos moldes nas famílias agregadas e na senzala.

A família urbana brasileira foi construída com o advento da República, em 1889, como uma estratégia de modernização – modernização entendida como projeto de embranquecimento e de escolarização.

Modernizavam-se, então, as concepções sobre o lugar da **mulher** nos alicerces da moral familiar e social. Ao contrário da família tradicional, a **nova mulher**, “moderna”, deveria ser educada para desempenhar o papel de mãe (também uma educadora – dos filhos) e de suporte do homem para que este pudesse enfrentar a labuta do trabalho fora de casa. A “boa esposa” e “boa mãe” deveria ser prendada e deveria ir à escola, aprender a ler e escrever para bem desempenhar sua missão como educadora.. Aí está o perfil da **mulher-suporte**, que os positivistas brasileiros do início do século talharam como modelo para o “novo” Brasil... a educação ocupa um lugar fundamental para o ideal de “ordem e progresso”. (NEDER, 1994, p. 31 –32).

Ao modelo tradicional, hoje conhecido como “Doriana”⁵⁹, de pai provedor, mãe dedicada aos filhos e poucos filhos na escola, não podiam corresponder as famílias negras. Os homens negros não tinham acesso à posse da terra nem ao trabalho urbano dignamente remunerado; as mulheres necessitavam trabalhar como semi-

⁵⁹ Referência ao comercial de margarina que mostrava um casal branco de classe média alta, um casal de filhos prontos para a escola, tudo perfeito, era só passar “Doriana”.

escravas domésticas; e as crianças não puderam freqüentar a escola por bom período.

À massa de ex-escravos foi vedada a propriedade da terra, pois argumentava-se sobre a impossibilidade de fazer reforma agrária sem que a “massa” estivesse preparada. Da mesma forma, a Educação não é senão mencionada enquanto estratégia para saída da crise que levou ao fim do regime monárquico e da escravidão no Brasil. No conjunto, acreditava-se na inoperância de qualquer política educacional para uma massa de ex-escravos, “biologicamente inferiores.” (NEDER, 1994, p. 32 33).

O que reconhecemos hoje como modelo foi, então, um modelo que teve a participação deliberada de políticas de Estado. Uma construção de gênero modelo com políticas de identidade para homens e mulheres.

O projeto republicano dos militares inspirava-se no positivismo de Augusto Comte que penetrou no país nas últimas décadas e deitou raízes no imaginário social. Assim como projetavam as modificações que adquiriam um caráter de modernização conservadora no plano econômico, mantendo, contudo, um padrão de controle político e social excludente, pensavam também na organização da família moderna, chamada **nova família**. Neste particular, evocava-se o padrão de organização burguês com a família nuclear, moderna. (NEDER, 1994, p. 31)

Hoje, na implantação das novas Políticas Sociais busca-se levar em consideração o reconhecimento da diversidade familiar. Considerar que sempre houve diversidade familiar significa que o reconhecimento da diversidade no relacionamento com as famílias atendidas pelas Políticas Públicas não é a única, nem a principal mudança a ser buscada, mas sim a diversidade associada a uma igualdade de valor: famílias com arranjos diferentes, mas igualmente consideradas.

A idéia de um modelo ao quais as classes populares não se adequavam fazia com que a idéia de valorização das famílias populares não se sustentasse.

Sem dúvida, o conjunto de atributos ideológicos, políticos e psicológicos que circundam a idéia de família irregular desfaz, na essência, qualquer tentativa de valorização das famílias das

classes populares, por maiores e mais sinceras que possam ser as intenções de ajuda (e valorização) dessas. (NEDER, 1994, p. 45).

A adoção do aporte em dinheiro e a focalização nas famílias são consideradas as marcas da nova política social brasileira, que anteriormente não enfrentava claramente o desafio da pobreza e que tinha como características, segundo Draibe (2006): preferência pela oferta de serviços; forte centralização no Governo Federal; ações muito fragmentadas e programas descontínuos; ineficácia em termos de resultado para a população necessitada; e, sobretudo, o acentuado grau de clientelismo.

As políticas sociais brasileiras apresentaram tais características e as ações governamentais e não governamentais voltadas às famílias pobres, historicamente, tiveram raízes explicitamente ligadas ao controle moral, “higienicista” e de acentuada marca de diferenciação social (DONZELOT, 1986), sendo patrocinadas e efetivadas a partir das óticas da Igreja e das elites sociais. Uma cultura tutelar que foi atacada, mas não se pode dizer que tenha sido desmontada.

Relativamente à **família**, a Igreja apresentou as primeiras estratégias neste campo a serem desenvolvidas no Brasil. Portadores de um conhecimento prático adquirido a partir das Santas Casas de Misericórdia (estruturadas primeiramente pelo absolutismo português e perdurando durante todo o período do Império, quando a Igreja estava intimamente ligada ao Estado), os setores católicos foram os mais aptos a preencher as lacunas deixadas pela nova ordem republicana. Desse modo, o surgimento da assistência social no país esteve intimamente ligada à Igreja, tendo inclusive a designação **Serviço Social** (**serviço** no sentido católico), com suas atividades desenvolvidas basicamente por mulheres e sua prática confundida quase sempre com a caridade. Esta é a razão pela qual, seja com o conservadorismo clerical (na conjuntura da primeira metade do século) seja com a teologia da libertação (perspectiva atual*), o tema da **família** tem recebido um tratamento religioso católico, com fortes conotações europeizadas, calcadas na idéia de **família-padrão**, higienizada e patriarcal, com presença marcante do moralismo e do controle social típicos desta matriz ideológica. (NEDER, 1994, p. 34, grifos da autora).

O predomínio da visão religiosa sobre as famílias manteve-se por longo tempo e associou-se a ele uma concepção de intervenção estatal de molde conservador.

No período do Estado Novo esboçaram-se as primeiras incursões do Estado à realização de políticas públicas na área da família e educação, mas já aí com forte inspiração no autoritarismo nazi-fascista. Ênfase especial passou a ser dada à idéia de “família regular”, “saudável”, suportada na eugenia, com desdobramentos no racismo assimilacionista que apostava no branqueamento da sociedade brasileira. Forte aliada do Estado Novo, a Igreja deu mais que apoio político; deu sobretudo suporte teórico e prático para a implementação de políticas públicas nesta área. (NEDER, 1994, p. 34).

Conceber o grupo familiar somente como espaço de reprodução social pode ter contribuído para que o tema das famílias tenha sido pouco visitado pelos movimentos que buscavam transformar a sociedade.

É interessante observar a dificuldade de os segmentos comprometidos com mudanças sociais de caráter mais amplo e profundo em articular e promover mobilizações, tendo como bandeira de luta a questão da família. Parece que, além da manipulação conservadora do tema, uma outra parcela da explicação desse fenômeno pode estar na orientação adotada pelo serviço social no Brasil, nas décadas que se seguiram ao movimento de reconceituação da área, surgido nos anos sessenta. (COSTA, 1994, p. 23).

Os movimentos e ações que tiveram inspiração marxista representaram o campo principal das lutas pela transformação, num momento em que a luta contra a ditadura militar (1964-1985) oferecia a todos um objetivo de luta comum. Então, a luta pelos direitos da mulher, por exemplo, e temas como a família tiveram que se haver com uma pauta de prioridades já estabelecidas.

Na verdade, concentrar esforços na família passou a ser percebido como um desvio de energias e conhecimentos, que poderiam ser utilizados em setores dotados de maior capacidade de resposta em termos de transformação das relações sociais em seu conjunto. Essa visão, certamente, não contribui para fortalecer o trabalho junto às famílias e muito menos para gerar um movimento social de perfil avançado nessa área. (COSTA, 1994, p. 23).

As famílias pobres, então, ficaram à mercê de abordagens tradicionais e moralistas da Igreja e do Estado. Em relação às ciências sociais, por sua vez, Sarti (2003a) considera que:

Nas diferentes imagens que foram construídas pelas ciências sociais brasileiras, percebe-se uma identificação por contrastes, fazendo dos pobres um “outro”, que muitas vezes diz mais de quem fala do que de quem se fala, num mecanismo de tipo projetivo. (SARTI, 2003a, p. 35)

O desdobramento dessa idéia aponta que nosso olhar pode selecionar o que vemos das famílias pobres, bem como nossas expectativas e ações correm o risco de influenciar a maneira pela qual as famílias se organizam e se reconhecem. Assim, os efeitos esperados e os de fato atingidos pelas ações derivadas de políticas públicas merecem a máxima atenção.

A recuperação do aspecto histórico é importante para que o tema família não seja apresentado como uma idéia pronta, que “sempre esteve aí”. Embora o trabalho de Ariès (1981), que descreve a história da infância e da família, seja um campeão de citações, por vezes parece que, embora se diga que a infância e as famílias construíram-se historicamente, não se leva em consideração que a história continua, ou seja, que nosso tempo também forma conceitos próprios de infância e de famílias. Como afirma Goldani: “O que representam e o que fazem as famílias só pode ser compreendido no contexto amplo das interações entre as forças sociais, econômicas e políticas em um dado momento”. (GOLDANI, 2002, p. 29.)

A crítica ao mito de família padrão, “Doriana”, como se define o modelo de pai e mãe com dois filhos, tem-se popularizado. Em relação a esse modelo, diversos arranjos familiares foram designados, de forma imprecisa e preconceituosa, como “famílias desestruturadas”. Tão importante quanto a crítica ao mito de família padrão é a crítica ao mito da família como um lugar apaziguado

de conflitos, um lugar seguro para crescer, onde as pessoas, “naturalmente”, dão-se bem.

Entendemos, então, que além da consideração sobre a diversidade das famílias, que parece sedimentada, devemos observar a família como um campo relacional não livre de conflitos. Além disso, é importante levar em conta as formas pelas quais as ações governamentais e não-governamentais se dirigem a essas famílias e quais relações são estabelecidas com elas.

As lutas em relação aos direitos fundamentais, bem como sobre discriminação social e racial, podem ficar obscurecidas se as famílias forem consideradas como um campo sem conflitos, onde não se atualizam os processos de dominação da sociedade.

Quanto às mudanças do envolvimento do Estado em termos econômicos e do bem estar da população, pode-se dizer que houve um recuo em relação às tentativas de implantação de políticas voltadas aos direitos individuais e uma busca por maior eficiência na aplicação de recursos no combate à pobreza. (DRAIBE, 1994; 2006; WEISSHEIMER, 2006)

- 1- A política social brasileira, com enfoque nos direitos individuais, além de sucumbir diante dos desafios da universalidade e da democratização, trouxe nas linhas de frente das ações uma segmentação das políticas e programas operados por diferentes agentes, com diferentes lógicas administrativas. As adoções dos programas de distribuição direta de renda e ênfase na família inauguram um novo capítulo na política social brasileira, visando superar as limitações (DRAIBE, 2006; FONSECA, 2001).
- 2- Outro aspecto a ser destacado é a desmontagem do sistema de proteções e garantias vinculadas ao emprego, desmontagem em relação à qual a família é vista como protetora. (GOLDANI, 2002; PAUGAM, 2003)

No quadro de diminuição dos recursos do Estado e da desmontagem do sistema de proteções e garantias vinculadas ao

emprego, as famílias têm sido apontadas como um elemento fundamental de proteção social de seus membros e, como tal, passam a ser foco e destinatárias de políticas sociais. (GOLDANI, 2002, p. 33)

A família manteve-se como um valor para a população pobre (SARTI, 2003a) e quando obtém destaque na política social é situada não só como beneficiária, mas também como “mini-prestadora” de serviços de proteção e inclusão social. (CARVALHO, 2003). A mão de obra dessa “mini-prestadora” de serviços tem uma característica básica: é do trabalho das mulheres que se trata quando se fala em proteção e cuidado familiar com crianças, adolescentes, idosos e doentes (GOLDANI, 2002).

Nesse contexto, cabe assinalar um risco especial – o de pagar às mulheres para que sejam “cuidadoras” e assim diminuir a ênfase na necessidade de creches, suplência escolar, prevenção de saúde e promoção de lazer.

O trabalho dos grupos socioeducativos com as famílias reflete o enfoque nas mulheres, em especial as mães, que são maioria dentre os participantes e foco central das atividades. Farah, observa que:

[...] no caso dos programas de geração de emprego e renda, a priorização das mulheres é defendida tanto pelos que enfatizam o impacto desse apoio no combate à pobreza como pelos que enfatizam a busca da autonomia das mulheres vítimas da pauperização. (FARAH, 2004, p. 64)

Parece haver uma curiosa confluência entre o enfoque de gênero das políticas públicas de distribuição de renda, que coloca a mulher em centralidade em relação à família, como titular do cartão do benefício dos variados programas e responsável pelo cumprimento das condições de permanência – sem contar o cumprimento do “papel de gênero” como mantenedora da unidade familiar (Sarti, 2003a:30). Um projeto de mudança que se baseia, em parte, nas bases de um modelo tradicional.

Devemos assinalar que existem críticas feministas à apropriação não remunerada do trabalho dessas mulheres, ao fato de elas serem tomadas como meio para fins de cuidado e não um fim nelas mesmas, bem como à desconsideração – ou consideração precária – da participação feminina na definição dos objetivos dos programas. (GOLDANI, 2002; FARAH, 2004)

Consideramos este um quadro de dominação masculina. Todavia, ele se move: os programas organizados com foco nas mulheres geram melhorias nas condições de vida das crianças e dos adolescentes das famílias atendidas. (DRAIBE, 2006; WEISSHEIMER, 2006; FONSECA 2001). A focalização também gera melhorias e “empoderamento” para as mulheres envolvidas; “ranços e avanços”, como aponta Caldeira (2008).

A discussão exige precisar o que vem a ser atendimento nos programas dirigidos às famílias. Basicamente, oferecem uma combinação de aporte de renda com atividades de controle e orientação, em especial aquelas realizadas pelos grupos socioeducativos e, eventualmente, em visitas domiciliares. As mães, titulares dos cartões de benefício e referências do cadastro social, são também as interlocutoras privilegiadas dos trabalhadores sociais⁶⁰. Homens, idosos e crianças são atendidos indiretamente e beneficiados pelo aporte de renda e de informações estabelecido no contato das mães com os agentes sociais.

A idéia de representação das famílias pelas mães é um fenômeno naturalizado de tal forma que, por vezes, os termos são usados como sinônimos. Em dissertação de mestrado sobre o Programa de Apoio Sócio-Familiar (Proasf), da Prefeitura de São Paulo, Silva (2005, p. 75) quando fala da composição dos grupos familiares, relata a participação de 12 famílias e 1 criança. Se considerarmos que as crianças não se apresentam sozinhas ao grupo, conclui-se que “famílias” foi usado como sinônimo de “mães”.

⁶⁰ Trabalhadores sociais aqui está sendo usado para designar o corpo técnico habitualmente envolvido nas ações da assistência social, assistentes sociais e psicólogos, bem como a recém incorporada figura do agente social, ou visitador familiar ou agente de proteção social, APS, com funções análogas ao agente de saúde, mas desenvolvendo trabalho no campo da assistência social.

Considerar que a focalização nas mulheres é adequada não corresponde necessariamente a pensar que a família deve ser representada pela mulher/mãe nas atividades referentes aos programas. Trata-se de processos e âmbitos diferentes. A focalização na mulher/mãe pode proporcionar a busca dos interesses da mulher, promover seu desenvolvimento e auxiliar na superação das desigualdades de gênero.

A colocação da mãe como única representante da família, responsável pelo cumprimento das condições de permanência nos programas, traz riscos, tais como: conceber como consensuais os interesses da mãe e dos demais familiares ou, ao menos, não trazer a voz das crianças e adolescentes para um espaço público além da família; dificultar o reconhecimento do pai como educador nessas famílias; e, finalmente, sobrecarregar as próprias mães, em especial as mães jovens e sem companheiros, que mereceriam, de fato, uma focalização dentro da focalização. Tomar como “natural” a representação das mães pode encobrir tensões na família, bem como dificultar que a mulher seja vista em dimensões além da dimensão maternal.

Quando se consideram as dificuldades na representação de uma família, bem como nas mediações que a representação por um único membro traz, pode-se pensar que a representação da família junto aos programas sociais pode não ser o real problema considerado nas atividades focadas nas mães, mas, sim, a representação dos programas junto às famílias. Parece estar em jogo mais um elemento da eficiência do sistema burocrático de assistência social do que a consideração das relações pessoais envolvidas.

Pensamos também que ações públicas deflagradas nos moldes da representação das famílias pelas mães parecem não favorecer o desenvolvimento da parentalidade,⁶¹ tendo em vista sobrecarga da mulher e a responsabilização das mesmas para com os meninos e meninas criados nessas famílias.

⁶¹ Entendemos parentalidade como o posicionamento dos atores sociais dos dois sexos no processo de constituição do laço parental. (SCAVONE, 2001)

Dito de uma maneira curta e direta: o trabalho sócio-educativo feito a partir da naturalização da maternidade e do tradicional papel de cuidadora da mulher/mãe pode contribuir para a reprodução do modelo vigente de dominação masculina. E, se os homens não estão devidamente inseridos nas políticas sociais voltadas às famílias, onde estarão inseridos?

Recorramos a Wancquant (2001, p. 100): ele afirma que o capitalismo, no estágio atual, estabelece políticas sociais tutelares para mulheres e crianças e políticas carcerárias para homens jovens e adultos. Uma afirmação que desafia os modelos de atendimento estabelecidos nos programas sociais e que questiona a reprodução pouco refletida das atribuições de gênero. Que tipo de família em situação de vulnerabilidade as políticas de atenção à família está ajudando a criar e manter?

Entendemos que as estratégias de empoderamento das mulheres e mães das famílias em vulnerabilidade social não devem corresponder totalmente à representação, pelas mães, das famílias em situação de vulnerabilidade, marcando âmbitos de trabalho diferentes, embora interligados. Pode-se visar o empoderamento das mães e mulheres como um dos objetivos no trabalho com as famílias (incluindo os demais membros das famílias) e pode-se trabalhar com as mulheres em relação a próprias possibilidades, não necessariamente centrando os trabalhos na maternidade.

Consideramos que as famílias, em sua pluralidade e diversidade, constituem campos onde não são apaziguados, mas sim encenados os dramas existenciais de uma sociedade. Onde os desejos e reivindicações de cada um entrecrocamos com os interesses das pessoas do próprio grupo e com as possibilidades abertas para o grupo e para cada pessoa no espaço socioeconômico-cultural mais amplo. Campo, portanto, de conflitos e de possibilidades, de reprodução e de inovação.

Destaca-se do campo, então, a ausência de uma preocupação central entre os formuladores e executores das políticas públicas dirigidas às famílias em situação de vulnerabilidade: o lugar dos homens nessas famílias e a ausência

deles nos acompanhamentos propostos. Com a sustentação dos programas de atenção à família calcada na tradicional atribuição do papel de cuidadora à mulher, poder-se-ia esperar que a atribuição, também tradicional, do papel de provedor, protetor e socializador ao homem, pudesse ser invocada a serviço do desenvolvimento da família.

Seriam possíveis então:

- qualificação e requalificação profissional, assim como geração de renda;
- reforma e manutenção das moradias e do entorno (DOUCET, 2007, defende a inclusão das tarefas de manutenção nas considerações sobre trabalho doméstico não remunerado);
- mobilização dos pais nas questões relativas à socialização ampliada dos adolescentes, em especial na relação escola/ trabalho.⁶²

No entanto, a presença masculina se torna fundamental se pensarmos em alterar o quadro atual, para o enfrentamento do machismo, das desigualdades de gênero, na organização e viabilização de novos arranjos familiares e na socialização das próximas gerações.

2.5 Homens violentos

Algumas das dificuldades em relação à inclusão dos homens nos atendimentos de assistência social se dão em relação à violência doméstica, física e sexual dos homens que vitimam suas filhas e mulheres.

Trata-se de fenômeno grave que requer enfrentamento e que se alimenta do lugar privilegiado dos homens em relação a seus filhos e esposas. Os trabalhadores sociais, expostos ao sofrimento e às queixas das mulheres em

⁶² Um dos desafios do bolsa família é a manutenção na escola de pré-adolescentes e adolescentes, os homens que são pais podem ser relevantes também neste ponto. Claramente esta não é uma questão apenas familiar, implica em pensar e modificar um modelo de escola pouco atrativa e excludente; um entorno comunitário que demanda e seduz os jovens em outras direções e a participação das famílias pobres num modelo família-escola pensada em moldes burgueses, todavia, ainda assim, os pais e mães destas famílias têm contribuições a fazer.

relação aos abusos sofridos por elas e por seus filhos, não podem deixar de se impactar, assim que sejam capazes de reconhecer a violência.

A literatura especializada considera as violências contra crianças, adolescentes e contra a mulher, fenômenos que percorrem as classes sociais: “A violência contra a mulher é um comportamento democratizado, uma vez que tem caráter universal e indiscriminado no que diz respeito às diferentes classes sociais.” (MUSZKAT, 2001, p. 227) Todavia, a face pública desses fenômenos é das famílias pobres, elas são as maiores das famílias e as usuárias dos atendimentos dos serviços públicos.

Usaremos como referência para comentar o impacto causado pela exposição às histórias de violência e a imagem dos homens advindas dessa exposição, texto publicado por Muskat (2001) sobre a experiência do Serviço de atendimento do Pró-Mulher, Família e Cidadania, que recebe, em São Paulo, queixas de violência doméstica e atende famílias de baixa renda nas quais o pai apresenta condutas caracterizadas pela prática da violência.

O referido artigo se apóia na apresentação de casos: “Das famílias atendidas, escolhemos sete, aleatoriamente, que, apesar de não terem sido entrevistadas visando a questão da paternidade, forneceram muitos dados sobre o tema. (MUSKAT, 2001, p. 215)

Os pais são caracterizados da seguinte maneira

Em geral, a condição paterna parece inteiramente alheia a esses homens, o que não provoca indignação ou surpresa por parte das parceiras, que só reagem quando se sentem traídas amorosamente ou quando deixam de contribuir com o orçamento familiar. (MUSKAT, 2001, p. 224)

Chama a atenção o fato de que “muitos dados” sobre a questão da paternidade resumam-se a um dado: “a condição paterna parece completamente alheia a esses homens”. Sigamos com a caracterização dos homens:

Na impossibilidade de desempenhar todas as funções de que foram investidos durante o último século, como administradores da

micro-sociedade que representa uma família, **grande parte dos homens apóiam-se no álcool e na violência como única expressão possível de uma masculinidade falida.** O uso do álcool, como um dos emblemas de masculinidade, exerce uma dupla função: mantém a sociabilidade na esfera pública e funciona como um álibi para a inadequação do comportamento na esfera doméstica. O bar, espaço público de encontro e confraternização, permite aos homens escapar da intimidade do espaço privado que por ser carregado de emocionabilidade, representa por si só uma ameaça à integridade masculina. (MUSKAT, 2001, p. 225, grifo nosso)

Para esses homens, a falta de esperança em relação ao cumprimento do papel social que a condição masculina lhes impõe gera uma existência sem projetos e sem realizações. Carentes de afeto, mas paralisados pelo medo de feminização, **excluem de suas relações qualquer tipo de manifestação explícita de carinho e atenção dirigida à companheira ou aos filhos.** (MUSKAT, 2001, p. 226, grifo nosso)

O distanciamento em relação ao próprio corpo, que se concentra na força física e no sexo, **afasta esses homens dos compromissos éticos ou afetivos relacionados a sua sexualidade, isto é, na concepção, criação dos filhos e no cuidado para com eles.** (MUSKAT, 2001, p. 231, grifo nosso)

Com as citações feitas, queremos evidenciar que o contato com a violência masculina cria uma imagem impactante dos homens com os quais os trabalhadores sociais atuam; a partir disto, é possível entender as dificuldades dos trabalhadores sociais em considerar os pais das famílias atendidas por eles como recursos positivos para a própria família.

Podemos considerar que a imagem do homem agressor esteja presente nas expectativas em relação aos homens pobres, mas tomar os pais como algozes de seus filhos e de suas mulheres e evitá-los apresenta algumas armadilhas:

1. tomar todos os homens e pais como agressores, ou seja, tomar o todo por uma parcela;

2. tomar a dimensão violenta do agressor como a única dimensão possível para aquela pessoa, ou seja, “fetichizar” uma personagem, ao invés de pensar na possibilidade de mudança;
3. pressupor que transformar as relações dos agressores com seus filhos e mulheres dar-se-á de forma mais efetiva, através do trabalho exclusivo com as mães;
4. indiferenciar o enfrentamento da violência instalada, da possibilidade de prevenir situações de violência.

Dizendo de uma forma sintética, entendemos que a prevenção e mesmo o enfrentamento da violência doméstica contra crianças e adolescentes, bem como da violência contra as mulheres, pode-se dar por meio da compreensão e intervenção relacional, com a presença dos homens, é difícil transformar “in absentia”. Incluir os homens pode fazer diferença no modelo de relação de gênero no qual as crianças destas famílias atendidas irão ser socializadas.

As recomendações da Unicef⁶³ vão neste sentido:

Os homens podem ser aliados poderosos na luta pela igualdade das mulheres. Iniciativas de defesa planejadas para educar homens e mulheres sobre os benefícios da igualdade de gênero e de tomadas de decisão, em conjunto, podem contribuir para alimentar uma relação mais cooperativa entre eles.

As evidências mostram que os pais têm maior probabilidade de abandonar hábitos abusivos com relação às mães se tiverem sido expostos a informações sobre como a violência baseada em gênero afeta negativamente seus filhos. (UNICEF⁶⁴)

O argumento da eficiência também pode ser exemplificado, como mostra outro trecho do artigo já citado sobre o serviço de atendimento às famílias vítimas de violência:

⁶³ Fundo das Nações Unidas para a Infância

⁶⁴ Fonte: Site da UNICEF, disponível em www.unicef.org.br. Acesso em, 20/12/2008

Apesar de nossa clientela ser feminina, ou seja, vir através da mulher, optamos, após 17 anos de atendimento exclusivo às mulheres, ampliá-lo para toda a família considerando os seguintes aspectos: ineficácia do atendimento anterior, medida pelas interrupções do mesmo e pela reincidência das queixas; culpabilização e sobrecarga de responsabilidade sobre as mulheres, medidas pela tendência de fazê-la sentirem-se culpadas pelas ocorrências, com total impossibilidade de negociação; grande prejuízo da prole, que é direta ou indiretamente atingida pela violência exercida no âmbito da sua família; mudança conceitual de compreensão do problema da violência doméstica baseada nas teorias construtivistas e na abordagem sociológica das relações de gênero; contato com o método da Mediação Familiar, metodologia multidisciplinar que envolve as ciências sociais, jurídicas e a psicanálise na abordagem da resolução de conflitos. (MUSZKAT, 2001, p. 218)

Cabe comentar, também, o raciocínio que une a expressão violenta masculina contra crianças e mulheres como uma tentativa de retomar o poder, uma reação à perda, ou à ameaça de perda de poder, na relação familiar ou no posicionamento social.

Percebe-se aí a necessidade de distinção, enfatizando-se traços “hipermasculinistas” (agressividade e violência) como uma das poucas formas de afirmação positiva acessível aos jovens do sexo masculino das camadas populares. (OLIVEIRA, 2004, p. 213)

O exercício expressivo de comportamentos machistas funcionaria como algo compensatório para os homens dos estratos mais desfavorecidos. (OLIVEIRA, 2004, p. 217)

É possível afirmar que identificamos nos homens violentos, pertencentes às camadas mais pobres da população, um forte elo entre virilidade e violência, calcado sobre o horror à feminização e, naturalmente, sobre os preconceitos e discriminações que conferem à condição feminina uma situação de exclusão e subalternidade. (MUSZKAT, 2001, p. 216)

Os homens pertencentes aos segmentos menos favorecidos radicam em uma posição “hipermasculinistas” como estratégia não consciente e racionalmente calculável, incorporada, constitutiva do

habitus masculino popular, acionada para garantir uma parcela do poder social, possibilitado pela assimetria típica do regime de gênero, contrapondo-se assim ao conjunto de comportamentos, condutas e atitudes típicas daqueles homens mais suaves (ou menos duros) pertencentes aos segmentos médios e altos. (OLIVEIRA, 2004, p. 237)

Culpa, autopunição, perda de suas referências, ódio de si mesmo e do outro, cólera e violência. (BORIS, 2002, p. 37)

Os atos violentos são sempre indícios de uma perda de poder, logo, de uma perda de autoridade e de um medo. (ASLOOS, 1996, p. 55).

Temos então a idéia de que o homem reage com violência diante da mulher, da perda da autoridade sobre ela ou compensando com agressão a ela, inferioridades e dificuldades sociais.

A violência pode, de fato, sinalizar uma perda de poder como nos conta Arendt (1994) e, como vimos, há mudanças que ameaçam os privilégios masculinos, bem como os homens pobres enfrentam especiais dificuldades de inserção e reconhecimento. A questão é que, quando reduzimos o argumento a isto: o homem ameaçado agride!, chegamos a um raciocínio “essencialista” seja ele biológico (homens nascem agressores), seja ele “essencialista” através de um “script” social (homens são treinados para serem agressores).

Como nos lembra a própria Arendt (1994), violência é um assunto complexo ainda não estudado a contento, não só agressões disciplinares, bem como as sádicas e as arbitrarias não cabem adequadamente no modelo de perda de poder ou ameaça a ele, bem como resta sem explicação o fato de que homens igualmente ameaçados, sem poder ou com má inserção social não agriam.

As idéias que: os homens podem se sentir ameaçados diante das mulheres⁶⁵; que podem reagir diante da ameaça de perda do poder e que podem

⁶⁵ O sentimento de ameaça do homem diante da mulher pode ser colocado consistentemente em termos psicanalíticos. A psicanálise, precursora no pensamento das identidades sexuais e na distinção delas do sexo

reagir violentamente a uma condição social desqualificadora não são suficientes para explicar as agressões a mulheres e crianças. Questões como: a tolerância social às agressões; o arcabouço legal que define consequências para os agressores; a possibilidade de efetuar denúncias e as medidas efetivas que se seguem a uma agressão, podem ter papéis importantes.

A idéia que os homens pobres agredem porque não têm uma outra forma de expressar poder ou insatisfação, tem, além da simplificação, outra característica indesejada, reduz os homens pobres (sem dinheiro), a uma pobreza existencial (sem opção), efeito de uma observação descuidada, distante e, dito com todas as letras, preconceituosa.

Como Lyra (1997) apontou, existe um grande silêncio sobre os dados relativos à paternidade no Brasil. No caso dos programas de atenção às famílias em vulnerabilidade, seria esta uma das formas de construí-los como ausentes, coadjuvantes e agressores? De excluí-los dos serviços de ajuda e, potencialmente, incluí-los nos sistemas de penalização?

biológico, coloca o homem como portador da referência corporal do falo, masculinidade afirmada pela via da positividade, portanto.

Todavia, afirma também a condição ameaçada da masculinidade, seja em relação à mãe devoradora, seja em relação às mulheres que hoje assumem seus desejos: "Ao medo ancestral que o homem sente da mulher que é mãe, acrescenta-se agora o medo da mulher que deseja – a grande devoradora – e que pode também não desejar, desejar outro, ou desejar mais do que ele é capaz de dar." (KEHL, 1996, p. 68)

CAPÍTULO 3

HOMENS POBRES E SUAS HISTÓRIAS

3.1. Notas Metodológicas

O método escolhido para a abordagem dos sujeitos foi o método de história de vida, método clássico de investigação em ciências sociais, também nomeado método biográfico, capaz de fornecer ricos aportes sobre experiências pessoais e subjetividade (CONNEL, 1995; GOLDENBERG, 2001).

História de vida se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que ele considera significativos, através dela se delineiam as relações com membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar (QUEIROZ, 1987, P. 275).

Uma história de vida permite que o sujeito fale de si e faça sua própria apresentação. A narrativa conta como o sujeito percebe sua relação com mundo, com as pessoas e situações a sua volta.

Ciampa (1996) utiliza-se do método história de vida, e o considera o mais adequado para o estudo dos movimentos de identidade, por permitir que o sujeito apresente suas expectativas identitárias atuais, passadas e por permitir, também, que ele projete o desejo de reconhecimento futuro. Ter abertura para os projetos futuros faz com que a história de vida possa ser relevante para captar mudanças sociais.

Como as pretensões identitárias necessitam da confirmação de outros e o sentido de um movimento identitário se revelará emancipatório, ou não, de acordo com as interações que se darão, o estudo da identidade nunca será definitivo, tendo como limite a compreensão do que foi narrado.

Almeida nos aponta que:

Com relação às narrativas pessoais, pode-se dizer que, através delas, o que se busca é obter os elementos que constituem a

identidade de um indivíduo. A percepção de si de cada personagem, atualizada a partir da rememoração de sua existência, revela a construção de um personagem (que é ele mesmo).(ALMEIDA, 1999, p.182)

Estamos, portanto, utilizando um método que privilegia a produção de sentidos:

Através de seu relato, o sujeito desenvolve uma atividade de produção de sentido que ilumina sua existência e esclarece o presente: é uma rememoração que se orienta pela necessidade de dar sentido ao que se é, interligando destinos possíveis, ordenando e (re)significando experiências e desvelando desejos e projetos, frustrações e realizações, tropeços pessoais e momentos de afirmação de si, bem como encontros com o outro e as peculiaridades de uma vivência social.(ALMEIDA, 1999,.p.183)

Considerar relevante a vida de um indivíduo, também é considerar que o indivíduo não é mero joguete das forças sociais heterônomas a ele, nem seu comportamento totalmente determinado pelas condições socioeconômicas (SARTRE, 1967).

Finalmente, a história de vida conta, também, das condições sociais do sujeito conforme vividas por ele, sendo assim uma fonte de conhecimento em relação a estruturas sociais, movimentos sociais e instituições. Aqui ele não pode ser considerado fonte única (GOLDEMBERG, 2007), mas pode revelar ricas evidências sobre processos coletivos tão bem quanto sobre subjetividade (CONNEL, 1995).

Em relação a nosso estudo, buscamos selecionar sujeitos que estivessem em situação limite em relação à masculinidade hegemônica, por serem de famílias assistidas e, portanto, onde a condição de provedor do homem não é suficiente, bem como freqüentarem grupos com poucos homens presentes, ou nenhum outro, estando, também, diante de um campo, o de cuidados familiares, tido como feminino e onde a mulher é considerada a referência de competência.

3.2 Diário de campo

Iniciei o mestrado com a idéia de entrevistar, como sujeitos da pesquisa, moradores da Zona Noroeste de Santos, com os quais tive contato por meio de trabalhos comunitários desenvolvidos naquela cidade.

Mantinha boas relações com os técnicos da Prefeitura Municipal responsáveis pelos acompanhamentos sócio - educativos referentes aos programas de assistência social e pensei que isto pudesse ser facilitador.

Os homens atendidos eram raríssimos, mas tive contatos preliminares com dois, um que lutava contra o alcoolismo, o preconceito e as dificuldades econômicas trabalhando como “carrinheiro”, ou seja, catador de papel com “carrinho” (carroça). O outro sujeito trabalhava à noite, fazendo “bicos” como músico.

Vi ambos várias vezes durante o dia, acompanhando seus filhos, meninos e meninas, com os quais mantinham atitudes carinhosas, levando-os à escola, aos grupos e às apresentações da ONG onde desenvolvíamos trabalhos.

Estava confiante em poder entrevistá-los, mesmo quando os assistentes sociais e psicólogos com os quais comentava meu tema de pesquisa diziam: “impossível, como você vai entrevistar homens que participam dos programas, se eles não existem?”. Eu conhecia dois, não me parecia impossível, nem ao menos difícil. Minha confiança mudou quando eu procurei recontactá-los após seis meses sem atividades naquele bairro.

Nenhum dos dois estava por lá; de um soube que havia recaído, sido posto fora de casa pela esposa e que estava “catando papel” nas ruas de Praia Grande. Quanto ao outro, diziam que ele havia mudado com a família para Minas, voltado para o interior em busca de uma vida melhor.

Recorrendo aos responsáveis pelos programas da Prefeitura, ou gerenciados por ela, recebi a resposta surpreendente para mim de que não havia freqüência de outros homens nos grupos de acompanhamentos sócio -

educativos, somente presença esporádica e pontual, substituindo a mulher para evitar o descumprimento das frequências mínimas requeridas.

Comecei a procurá-los em São Paulo, recebendo respostas não muito animadoras, passei a me concentrar nos trabalhos do Instituto de Terapia Familiar de São Paulo (ITF), que executava o programa Ação Família da Prefeitura Municipal.

Tenho vínculos profissionais com a instituição, havia me formado terapeuta familiar por ela e exercido funções de formador, supervisor e, naquele momento, de professor visitante. As primeiras conversas com os agentes comunitários do programa também não foram diferentes, ouvi novamente que os homens não freqüentavam os acompanhamentos.

A colega Nilza Fagundes, terapeuta familiar e assistente social, coordenadora pelo ITF da execução do programa e que compartilhava da preocupação com a inclusão dos homens, restabeleceu minha esperança e contou-me dos dados dos trabalhos dos grupos sócio - educativos desta área da Zona Norte de São Paulo. Ali, de cerca de 300 freqüentadores dos grupos sócio - educativos do Programa Ação Família da Prefeitura de São Paulo, na Vila Brasilândia, menos de 10 são homens.

Contou-me também de uma situação que a surpreendeu, durante as rotinas dos acompanhamentos, um dia apareceu um grande grupo de homens, adultos e jovens, a causa da mobilização era uma ação da companhia de fornecimento de luz que pretendia retirar os “gatos” (artifício para se ter acesso à luz elétrica sem se pagar por ela) dos postes. Houve uma reunião na sede de associação dos moradores com os representantes da companhia e a retirada foi evitada. Então se soube, concretamente, que os homens estavam lá e que poderiam se mobilizar para outros fins que não os acompanhamentos sócio - educativos de suas famílias.

Duas idéias permaneceram comigo deste pré-trabalho, uma a de que o comparecimento das mulheres e não dos homens aos acompanhamentos sócio - educativos respondiam às expectativas quanto ao sistema de gênero que orienta

tarefas diferentes para homens e mulheres, questão que o presente trabalho tenta explorar.

A segunda idéia constrói problemas de pesquisa que, penso, sejam fundamentais para que nos aproximemos do entendimento da situação, mas que não caberiam no escopo de um projeto de dissertação, mais precisamente, que não caberiam no presente projeto: como os executores das políticas públicas de atenção à família, em especial os agentes da ponta, assistentes sociais, psicólogos e agentes comunitários (Agentes de Proteção Social - APS), formam suas expectativas quanto às famílias que irão ser atendidas?

Retornando a busca de campo por estes homens “quase invisíveis”, sendo guiado pela coordenadora do programa no contato com APS. Oito homens foram identificados como freqüentadores, dois deles de presença esporádica, “substituindo as mães” quando elas não podiam ir a alguma atividade do programa, tão esporádica era a presença que não conseguimos o contato direto com eles.

Seis eram freqüentadores habituais e com eles obtivemos contato, quatro aceitaram ser entrevistados, dois se voluntariaram prontamente quando informados da pesquisa e dois aceitaram após o convite ser repetido pelos APSs.

Dos quatro entrevistados, três são pais, um deles, solteiro e sem filhos. As entrevistas mostraram-se mais difíceis do que o esperado por mim. Carregado pela longa experiência de entrevistador em contato com populações diversas que incluíram: adolescentes em situação de rua e suas famílias; os variados usuários do Serviço de Psicologia do Fórum de Santos e os clientes de clínica psicológica privada e institucional, deparei-me com a diferença de contexto em tratar com entrevistas associadas a demandas específicas sejam elas dos próprios sujeitos ou das instituições, e a entrevista em pesquisa de identidade que busca uma compreensão do sujeito sem um fim instrumental que o próprio entrevistado possa decodificar prontamente.

Ressalto que as experiências anteriores incluíam procura voluntária e coercitiva em diferentes níveis de tensão, mas desenvolvidas em contextos que

indicavam os procedimentos e davam sustentações claras aos significados buscados: contextos jurídicos, assistenciais e clínicos.

Entendo que a entrevista guiada pelas perguntas: “quem é você?”, “quem você gostaria de ser?” – sem roteiro fechado, ao mesmo tempo associada pelo contexto assistencial aos trabalhos efetuados pelo ITF, mas sem uma finalidade relacionada a eles – tenha parecido estranha aos entrevistados e não decodificável ao “o que o entrevistador espera de mim?”, apesar das explicações sobre objetivos da pesquisa e privacidade.

Considero também que o interesse sobre a pessoa do entrevistado e sua história pode ser menos usual aos entrevistados em questão, homens pobres, que para as mulheres da mesma população, usuárias habituais dos diversos serviços de assistência, educação e saúde, e, portanto, seguidamente entrevistadas sobre elas, suas vidas e famílias.

As entrevistas demoraram a ganhar a naturalidade de uma conversa, apesar dos esforços do entrevistador e, ao final, revelaram algo do movimento inicial, os entrevistados que se voluntariaram prontamente, soltaram-se mais e puderam falar mais de si, do que os dois sujeitos que atenderam aos pedidos dos agentes comunitários.

Todas as entrevistas deram-se nas salas onde o ITF realiza parte dos acompanhamentos e reuniões de sua equipe, na região e bairro onde os entrevistados moram. As salas eram confortáveis e protegidas de sons e da circulação de pessoas, permitindo uma experiência de privacidade. Os entrevistados receberam explicação sobre a pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

O conjunto das entrevistas permitiu uma configuração assistemática do universo no qual os sujeitos estavam inseridos e basearam a escolha das entrevistas com o sujeito escolhido para a análise. Todavia, considero relevante mencionar alguns aspectos das entrevistas não utilizadas.

Uma delas foi marcada pelo humor depressivo do entrevistado de 26 anos que, no período de um ano, havia passado por situações traumáticas diversas. O

assassinato de seu irmão e a convicção de que os assassinos não serão sequer indiciados pelo crime; a morte de sua mãe por um fulminante ataque cardíaco; o espancamento sofrido por ele, e feito por um grupo que persegue homossexuais.

A forma do entrevistado buscar apoio e “proteção”, foi filiar-se a uma religião que “proíbe” relações homossexuais e assim “deixar de ter relações com homens e se vestir como mulher”. O sofrimento dele foi eloqüente e um lembrete de que relações de dominação masculina podem ser relações de violência, de vida e de morte e que os direitos mínimos não estão garantidos para os homossexuais. A condição de masculinidade subordinada (CONNEL, 1995), foi exemplificada assim.

Outro entrevistado que veio a pedido do APS, é casado, tem 28 anos, e um filho de 5. Sua entrevista enfatizou a vida desregrada antes do casamento marcada pelas bebidas e pelo jogo e a mudança advinda com a paternidade e o casamento. Reafirmou várias vezes que estava trabalhando, informação que para ele parecia ser a mais importante.

Ficou para mim destacada a idéia do casamento e da paternidade como saídas da vida “errada”, sendo o trabalho conseguido a comprovação de seu novo “status”. O trabalho de Arilha (2001) ficou exemplificado por este sujeito, a oposição entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. Relevante destacar sua relação com o APS que, sendo homem e jovem, estabeleceu uma ponte entre o entrevistado e os atendimentos sócio - educativos, indicando que pode ser relevante que alguns “cuidadores” sejam homens, para que o acesso dos homens aos serviços possa ser facilitado.

Outro entrevistado, 62 anos, casado pela segunda vez, pai de quatro filhos, duas moças do primeiro casamento, já casadas e com filhos, e um casal do segundo casamento, um menino de 12 e uma menina de 8. Operário sem registro e cobertura previdenciária tornou-se desempregado após a falência da firma, o filho foi atingido por uma bala perdida, perdeu o movimento das pernas e tornou-se obeso, com locomoção difícil em ônibus, e na própria casa, para banhos e afazeres diversos.

A exigência física requerida para lidar com o filho parece ter dado novo lugar ao pai em casa. A mãe assumiu a tarefa de conseguir dinheiro para as despesas com trabalho fora de casa, e o pai conjuntamente com o esforço de levar os filhos à escola e aos tratamentos médicos, passou a cuidar da casa, fazer as refeições, levar adiante a campanha pelo cuidado com o filho (buscar doações, pensão judicial e tratamentos médicos paliativos e equipamentos). O cuidado com o filho parece ter reorientado toda sua vida.

Sua entrevista revelou a condição cindida de desejar ser o provedor e buscar, ao mesmo tempo, o reconhecimento de seu papel de “cuidador”. O entrevistado contou das vezes em que buscou ajuda nos meios de comunicação como forma de conseguir doação para o filho, dizendo que isto era o que podia fazer já que não conseguia trabalho. Contou também de arranjos muito peculiares de seu cuidado com o filho, como uma criação de curiós que alegravam a casa e os filhos, “embora dessem muito trabalho”.

O entrevistado também teve mudanças em suas configurações de masculinidade, estando focado quase exclusivamente no trabalho e no provimento em seu primeiro casamento, no segundo casamento, com o desemprego e com o acidente do filho adaptou-se como “cuidador”, todavia, sente-se faltante e gostaria de ter um emprego e poder ter sua esposa em casa “para que as coisas voltassem ao normal”.

A todos os entrevistados foi feita também a pergunta: em sua opinião, por que são tão poucos os homens que freqüentam os grupos socioeducativos? As respostas foram:

- “por causa do machismo, eles acham que não precisam de ajuda para nada, que homem tem que fazer tudo sozinho”;
- “por causa do trabalho, é sempre no horário de trabalho [os grupos] e quem trabalha de noite [o entrevistado trabalhava como vigia noturna] está cansado;

- “por causa do trabalho, do horário, quem está desempregado pode ter vergonha também”;
- “por causa do trabalho, pelos caras acharem que vão ser cobrados disto daquilo e também por não saber que podem contribuir”.

O entrevistado escolhido tem como diferencial buscar intencionalmente um papel de protagonista na educação de sua filha, tendo reorganizado sua vida dentro deste eixo, sendo uma espécie de “defensor militante” da transformação pela educação.

O entrevistado realizou, também, um movimento de metamorfose em sua identidade que adquiriu caráter emancipatório em relação às suas condições de origem, um movimento emblemático das possibilidades de transformação. Ele não só adaptou-se às circunstâncias, mas buscou modificá-las, acompanhemos um pouco de seus esforços.

3.3 História de vida

3.3.1 Síntese de uma história de vida

Migrante jovem, que procurou fugir das condições adversas da cidade onde nasceu e cresceu, no sertão da Bahia. Ali, estava condenado a realizar trabalhos pouco rentáveis, sem oportunidade de estudar. Veio para São Paulo e conseguiu se tornar um divisor de águas para a história de sua família de origem. Estudou, ascendeu culturalmente e pode propiciar oportunidade aos irmãos e amparo econômico aos pais, que continuam a residir na Bahia.

3.3.2 Análise das entrevistas e das informações adicionais

Ele escolhe, na entrevista, ser chamado de Juquinha, nome dado pelos pais, mas que não pode ser sacramentado em cartório, os pais queriam o nome “Juquinha” e a pessoa do cartório insistia em Joaquim, para evitar o conflito os pais escolheram outro nome, mas no convívio familiar ele ficou sendo chamado de Juquinha. O entrevistado reafirma assim a escolha dos pais, que tiveram a vontade negada.

– *Como gostaria de ser chamado*

A– Juquinha!

– *De onde veio esse nome?*

– Não sei, meus pais que arranjaram, não sei de onde. Queriam dar para mim, mas na hora de registrar não deixaram.

O entrevistado escolheu iniciar sua apresentação pelo fato de ser migrante, mesmo morando por anos em São Paulo. Neste início, vemos como a reapresentação apontada por Ciampa (1996) mantém vivo o personagem migrante, reapresentado ele se atualiza e conta de uma ligação com o passado e um duplo pertencimento: a cidade na qual vive e a roça de onde saiu. Apresentou a seguir o caminho do migrante na cidade à procura de um lugar para se fixar:

– *Quem é você?*

– Eu sou Juquinha, estou aqui em São Paulo desde [19]93. Antes de vir para a Brasilândia, já morei no Capão e no Bairro do Freguesia, numa favelinha, na verdade. Morei lá quando eu cheguei, morei com parentes. Os parentes foram embora e daí eu tive dificuldade para arrumar uma casa porque antigamente as coisas eram muito difíceis. Para alugar um imóvel tinha que ter um fiador, aquela coisa toda, eu não tive oportunidade. Na verdade, tinha que ir para algum lugar, senão ia pra rua. Achei um pessoal conhecido que morava na favela e acabei morando lá, fiquei lá um tempo.

Embora seu bairro seja contíguo à favela, a favela parece ser um local estigmatizado, marcado como espaço daqueles que não têm outra opção. Juquinha começa a nos contar de si mesmo como um superador de obstáculos, uma pessoa que avança e evolui, esta é uma marca característica dos migrantes (DURHAN, 1978), mas é apropriada por ele de uma forma forte e convicta. A busca de transformação das circunstâncias adversas permanece em sua narrativa como o personagem principal, o “batalhador”. O tempo da apresentação começa a correr com a chegada dele a São Paulo, o tempo anterior é o tempo da infância e da ignorância:

– *Com quantos anos você chegou a São Paulo?*

– Cheguei com dezoito para dezenove anos, ainda bem molecão, sem noção nenhuma. Saí só conhecendo gente da roça, sem estudo, sem noção nenhuma, sem conhecer nada.

Aparece, na entrevista, o personagem “ignorante”, que é historicamente anterior ao migrante. A ênfase na negatividade é significativa, ele não afirma que sabia só coisas da roça, afirma que não “conhecia nada”, “sem estudo”, “sem noção”. O “ignorante” se compõe também do “imaturo” e do “despreparado”. O que fez que ele aventurasse?

– Eu tinha um primo aqui, mas não foi ele que me chamou, eu quis vir mesmo. Eu senti que precisava sair de lá daquela região porque até então as coisas na roça eram muito difíceis. Hoje as coisas são até um pouco melhores, mas antigamente as coisas eram muito difíceis. Não existia nada, não tinha escola, escola nenhuma... aquilo era parado, nada, educação zero.

O primo morando na cidade grande foi uma expectativa de apoio, como funcionam as bases familiares para a migração (DURHAN, 1978; SARTI, 2003a) e como ele próprio iria funcionar como base para seus irmãos migrarem, mas sua motivação eram as dificuldades da vida na roça.

Ele enfatiza a ausência de escolas na cidade de onde veio, tendo sido seu progresso pessoal calcado na educação, a escola se reveste de uma importância central, mesmo que em seu ambiente rural as qualificações escolares não fossem fundamentais para atividades rurais desenvolvidas em um ambiente com tecnologia pouco desenvolvida e pouca especialização do trabalho (DURHAN,1978). Destacou também, a autonomia, não houve o convite, foi uma decisão sua. A busca de autonomia tem relação com a experiência do pequeno proprietário e trabalhador rural (que trabalham ao ar livre e sem supervisão direta o tempo todo), e também é apropriada pelo entrevistado.

Autonomia e a luta (“batalhador”) também são características da masculinidade hegemônica no meio rural (as mulheres devem satisfação aos pais, desenvolvem a docilidade e trabalham muito mais freqüentemente sob supervisão direta), são características “domesticadas” em relação à masculinidade hegemônica no estabelecimento de fronteiras e nas conquistas coloniais (CONNEL, 1995), mas guardam com ela, aspectos em comum.

– Para sair estava só esperando os 18 anos. Não tinha alternativa, a gente trabalhava em conjunto, o que a gente conseguia hoje era para a feira amanhã, para fazer compra, todo mundo [*refere-se à própria família nuclear*] trabalhava e não tinha uma feira com fatura. Chegava sábado, sexta, começava a faltar coisa. Como ficar dentro de casa enfrentando uma dificuldade dessa? E até ali ninguém tinha família [*refere-se ao fato de ele próprio e os irmãos não terem se casado até então*], se algum arrumasse, ficaria mais complicado ainda. Ninguém tinha estudado.

Sair é colocado como um desejo e uma necessidade. A dor de ter de deixar as pessoas amadas, de sair do ambiente conhecido, o medo e a insegurança não se colocam, embora pudessem ser supostos. Nesta forma de lidar com os afetos, de controlá-los e subordiná-los à busca de objetivos externos, Juquinha reproduz a masculinidade hegemônica de seu meio de

origem. Observe-se que o casamento é entendido como aumento das necessidades de ganho, não como uma divisão dos esforços de sobrevivência.

– *E como foi deixar namorada?*

– Não tem jeito, tem que deixar, não tinha alternativa. Você não tem nada para oferecer para essa pessoa. Acho que ainda cheguei numa época boa em São Paulo, hoje está mais difícil emprego, ainda era uma época de ilusão.

Os aspectos que merecem destaque aqui: a frase de que ele não tinha nada a oferecer para a namorada; a forma de sua decisão e a designação dada à época de sua chegada, chamada de época de “ilusão”. Ter algo a oferecer a uma mulher, pode ser relacionado, no contexto, a ter possibilidade para prover e sustentar, ou seja, aspectos como o interesse, cuidado e afeto, não foram suficientes, para ele, para estabelecer uma relação afetiva na qual ele pudesse ver-se como contribuindo, tendo algo a oferecer. A forma de decidir foi apresentada como exclusivamente individual, pouco importava a posição da namorada, colocada sob a forma de necessidade imperiosa e, portanto, não como uma decisão de fato. “Época de ilusão” pode refletir a constatação de que mesmo nas boas épocas, a realidade é dura e penosa.

– *Seu pai era favorável à sua mudança para São Paulo?*

– Não era favorável, na verdade não era favorável, minha mãe até hoje não aceitou. Mas ela crê que as coisas melhoraram depois que a gente saiu.

O fato da mãe não aceitar, até hoje, a migração, mostra o como o entrevistado teve de se contrapor a seus laços de afeto, teve de superar o personagem “bom filho” e se opor à vontade de seus pais, a configuração de autonomia e luta para mudar as circunstâncias está presente, bem como uma

configuração de masculinidade que auxilia a escolha na medida em que privilegia o que “deve ser feito”. Assim ele se contrapõe aos pais para buscar um objetivo maior. O apego dos pais negava a ele as possibilidades de mudança e ele enfrenta esta negação de suas possibilidades.

Uma vez tendo conseguido “melhorar”, ele pode mostrar o afeto para com a família. A socialização básica de Juquinha tem grande influência sobre ele e é com a família de origem que ele se coloca como indissociavelmente ligado afetivamente, uma reposição do personagem bom filho.

Do ponto de vista da masculinidade, podemos ver que sua configuração não se mantém exatamente da mesma forma, de acordo com as circunstâncias, as ligações afetivas podem ser priorizadas e o interesse pessoal sacrificado a outros interesses, a desconexão com o que pensava sua namorada (no momento de sua partida da roça), não se reproduz (no momento atual) em relação aos sentimentos e pensamentos de seus pais. Pensar nestas possibilidades pode exemplificar a idéia de que novos contextos oferecem novas possibilidades de expressão, é um exemplo de como a idéia de essência, seja biológica, seja construída socialmente, não é suficiente para entender o devir das pessoas na vida, as configurações de identidade e masculinidades são dinâmicas.

Ele comenta a morte de uma sobrinha:

- Esta menina morava com eles [*pais dele, avós da menina*]. A casa ficou vazia, meu irmão é casado não mora na mesma casa, um pouquinho distante, a menina era 24 horas com meus pais. Abalou a família porque a gente liga para lá eles não estão bem como é que a gente vai ficar bem aqui?.

Além da ligação com a família ter se mantido, em seus retornos à terra natal ele redescobre nela suas riquezas. As imagens são poéticas, uma espécie de paraíso perdido.

– Uma vez por ano a gente vai, nossa mãe pede. Fui em junho, na melhor época, fazia dez anos que não sabia o que era isso, cheguei embaixo de chuva e saí embaixo de chuva. Quando é assim, no Nordeste é tudo fartura, feijão de corda, maxixe, mandioca,

que a gente chama de aipim, milho maduro para tirar do pé, não é como aqui que demora pra tirar, o milho fica sem sabor, endurece, não tem o adocicado igual tirar do pé. São João foi maravilha, São Pedro. Aqui nunca é igual. A gente vai na roça de manhã, tira maxixe do pé, limpa e vai preparar. Quiabo, tudo tirado da horta, totalmente diferente de ir na feira. Eles fazem lá um estaleirozinho e planta o coentro, que é uma coisa que na comida do baiano não pode faltar.

Curioso observar que sua escolha de ir, evidente pelo prazer demonstrado em relação ao passeio, fica expressa através do dever: “nossa mãe pede”, o personagem “bom filho” fica repostado neste contexto. O filho que retorna é comemorado e festejado.

A partir do momento em que tem um lugar para morar, ele busca trazer os irmãos e oferecer a eles apoio para uma melhoria de vida. Aqui ele age como irmão mais velho, protetor, mas coloca-se também como o novo centro da família, torna-se “chefe”, oferecendo abrigo e oportunidade de trabalhar aos irmãos (nas famílias rurais usualmente o pai é o contratante dos serviços prestados por eles e filhos (DURHAN, 1978)). A mãe continua não querendo que eles venham para a cidade grande, mas esse desejo não é considerado.

– Primeiro eu vim só. Daí tava mais estabilizado, com lugar para morar, fui chamando os outros, vindo por etapa. Na verdade, hoje só tem um lá com eles.

– *O caçula?*

– Não, o caçula está comigo aqui, estudando, ele toca violão. Eu achei que se ele viesse para cá tinha mais oportunidade para aprender um pouco mais, tem professores melhores. E foi assim tudo por aí, começou assim.

O sucesso em São Paulo está medido pela possibilidade de ajudar os pais, assim sua centralidade na rede familiar localizada em São Paulo se expande até a casa de seus pais, ele torna-se provedor e protetor. Destaque-se que a ótica individualista, típica do capitalismo moderno, é subordinada, aqui, ao compromisso com o grupo. O projeto de migração tem sentido se puder ser justificado como um

projeto grupal, não exclusivamente individual, como apontado por Durhan (1978) e Sarti (2003a).

- Estou contente, consegui trazer meus irmãos e hoje todo mundo tá independente e já conseguimos ajudar nossos pais.
- *Você os ajuda?*
- Ajuda lá, todo mundo manda um *poquinho* e não só nossos pais, outras pessoas da família também, tia. A gente tinha um tio que era mais que um irmão, que deixou filhos, viúva, não conseguiu aposentar. As crianças são como se fossem irmãos nossos. Esse irmão da minha mãe era tudo para nós, as crianças ficaram e a gente ajuda. Fazemos uma vaquinha, um dá dez, outro dá quinze, *ajunta* e manda para eles.

Seu conceito de família vai além da família nuclear, mesmo morando longe dela, a família de origem permanece como referência e memória. Destaca-se que, quando perguntado de sua família, ele responde incluindo sua família de origem, bem como em seu cotidiano em São Paulo relaciona-se cotidianamente com ela: um irmão solteiro mora com ele, bem como sua irmã solteira passa as folgas quinzenais na casa dele, as esposas dos dois irmãos casados que moram em São Paulo fazem parte dos arranjos em relação de cuidados com a filha dele e com os sobrinhos, são as casas nas quais as crianças circulam quando os pais não podem cuidar delas diretamente. Um dos irmãos veio para São Paulo, casou-se, teve uma filha com problemas neurológicos e “a mulher não agüentou, abandonou ele e a filha e sumiu”. O irmão voltou com a filha para morar na casa dos pais de Juquinha, a mãe do entrevistado (avó da menina) assumiu os cuidados para com ela e o irmão constituiu uma nova família. Assim a rede de cuidados se baseia na família dele, embora as mulheres tenham papel fundamental. A família da esposa mora no Rio de Janeiro e em Alagoas, ela não tem parentes próximos em São Paulo.

- Aqui eu moro com uma mulher e tenho uma filha com ela. Ela tem sete anos. Moro com a mulher faz uns oito anos. Na Bahia tem meu pai, *seu* [nome], 57 anos, minha mãe [NOME], 56, avó por parte da minha mãe [NOME], 72, mora do lado da casa da minha mãe, na

fazenda. Meu pai era de uma outra fazenda, foi morar lá. Meu pai tem seis filhos, eu com 33, depois vem [NOME].

Quando chega a São Paulo, ocorre uma transformação na identidade de Juquinha que merece destaque, ele que denominava o estado anterior como de ignorância, agora conta de si como aprendiz, negação do ignorante, negação da negação, portanto. Podemos chamar o movimento de metamorfose (CIAMPA, 1996), bem como destacar que ele tem um caráter emancipatório em relação às suas condições de origem. Ele constitui um personagem do qual se orgulha e que passa a ser central em sua vida e faz que ele possa construir um projeto de educar de sua filha.

– Cheguei a trabalhar fazendo bico de ajudante de pedreiro, depois, sem registro, numa firma que estava executando um trabalho lá na Mooca. Trabalhei uns dois meses, transferiram para obra no Hospital Nove de Julho numa reforma, construir o 13^o andar. Daí consegui uma firma melhor trabalhei por nove meses lá de ajudante de pedreiro. Tentei tirar carteira da habilitação, fui reprovado três vezes até conseguir. Um colega trabalhava de manobrista e conseguiu vaga pra mim no centro, depois em outros dois bairros. Daí, dei um pulo na vida, já não era tão pesada, e já tinha público diferente. Trabalhei três anos com esse patrão até mudar pra outro estacionamento do lado de uma firma grande. O impacto foi maior, gente de um outro nível, “status” diferente, quatro, cinco mil funcionários. Eu tinha que medir as palavras, saber falar um pouquinho, eu sem estudo nenhum. Quando fui tirar o título [de eleitor] levei uma bronca, por que não estudou? Não pode, tem de estudar, toma o endereço. No estacionamento disseram “você não estudou nada, aqui tem computador”. Eu nunca tinha visto um computador na vida em 97, mas falei “se você me der uma oportunidade, quem sabe eu não aprendo a mexer nessa coisa”. Tá bom, vou te dar uma oportunidade.”

– *Contas, você sabia fazer?*

– Troco, conta de somar, mais ou menos, divisão nenhuma, multiplicar também não, eu tinha alguma noção. Para escrever o nome de um carro eu tinha de copiar, desenhar a letra, ir no fundo do carro para ver e escrever, copiar mesmo. Daí fiquei olhando o cara do caixa dar entrada, dar saída, só sei que acabei aprendendo, e em 2000 decidi procurar uma escola. No

colégio das freiras fui bem recebido, nas outras escolas senti certa dificuldade. Lá é de freira, elas dão oportunidade para pessoas que nunca freqüentaram a escola.

Melhorar no trabalho era o grande objetivo de Juquinha e dos migrantes, os trabalhos urbanos são considerados melhores do que o trabalho na roça, na enxada, mas as passagens de melhoria são importantes: de quem faz bico, para trabalhador empregado. Da ausência do registro, para o registro. Do trabalho braçal isolado do contato com o público, para o contato com o público e, finalmente, para um trabalho menos braçal, onde se coloca a questão da escola. A condição de conhecer pessoas no trabalho é uma oportunidade para ampliar a rede de conhecimentos, além da família, e ter oportunidades (DURHAN,1978)

Juquinha menciona a oportunidade, dada pelo patrão do contato com computador, a recomendação dada pelos funcionários do cartório eleitoral, que ele toma como ordem, e a acolhida das freiras, como possibilitadoras de seu ingresso na escola, mas credita à escola a capacidade transformadora em sua vida.

É peculiar que ele tenha conseguido tirar carteira de motorista sendo analfabeto, teve de pagar para passar no teste escrito e treinar muito para o teste prático, e o título de eleitor, que é um documento possível para uma pessoa analfabeta, tenha gerado “uma bronca” que foi um impulso para que ele estudasse.

– Acho que a educação faz falta, muita, eu tinha a maior dificuldade na minha vida. Para mim, eu sair de onde saí e chegar em São Paulo e entrar numa sala cheia de gente, aluno, eu me sentia um cara apagado, uma pessoa sem informação. Eu tinha vergonha de ir na escola. A sala cheia de mulheres...

Curiosamente, Juquinha coloca como uma das dificuldades enfrentadas por ele no ingresso na escola, o fato da sala estar cheia de mulheres. Não que ele tivesse vergonha de estar com mulheres, ele havia namorado anteriormente e

atendia freguesas mulheres no estacionamento, a vergonha aqui merece ser considerada como um indício. Podemos pensar que em seu meio de origem, Juquinha estivesse sedimentado na posição hegemônica, as mulheres então não ameaçam. No trabalho, ele na condição de empregado faz o que tem de fazer, se tem vergonha permanece em plano reduzido diante das tarefas a realizar. Na sala de aula, de mulheres que, como ele, buscavam aprender começando quase do zero, ele não está superior “tendo algo a oferecer”, não está inferior também, embora tenha se percebido assim. Aqui podemos retomar a discussão sobre a dominação masculina e exemplificar a idéia de que a igualdade de condições entre homens e mulheres pode ser ameaçadora para alguns homens (ou para muitos homens em alguns momentos), ele parece sentir-se em falta porque suas habilidades desenvolvidas até ali não garantiam a ele superioridade ou destaque, ele não tinha expectativas de ser bem recebido “não sabia falar nada direito”. O sentimento de Juquinha, embora pessoalíssimo, pode indicar o desafio de inclusão dos homens em ambientes nos quais não se sentem contribuindo, ou importantes, bem como mostrar uma interface possível entre baixa escolarização masculina e dificuldades de participação nos grupos sócio - educativos.

“Uma pessoa sem informação”, mas dessa vez não uma pessoa sem informação ignorante, personagem aprendiz encontrava o ambiente educacional. A vergonha do analfabetismo reaparece com força, no ambiente de trabalho o mesmo analfabetismo era uma condição a ser superada, como na fala ao patrão a respeito do computador: “se der oportunidade, quem sabe eu aprendo”, ou no artifício de desenhar os números das placas dos carros. Diante das mulheres, o sentimento de vergonha é predominante. Podemos pensar que foi difícil para ele colocar-se na condição de aprendiz diante delas, de estabelecer contato sem ter garantias do que oferecer. Antes de poder ir a uma escola com alunos, ele teve aulas com as freiras, que lhe ensinaram a empunhar um lápis, fazer algumas letras, o básico do básico.

Progressivamente ele pode trocar palavras, descobre a solidariedade no grupo, “todo mundo ali precisava de um amigo”, e, neste caso, ele, usa a palavra “amigo”, no masculino.

– Isso para mim foi difícil, fiquei meio sem olhar para as pessoas. Daí as pessoas começaram “você tá muito quieto”, as pessoas que estavam convivendo com aquilo. Praticamente elas me puxaram, tinham um diálogo a mais para puxar.

– *E se elas não tivessem se aproximado de você?*

– Seria muito difícil eu me abrir. Mas depois comecei a ver que as coisas eram diferentes, todo mundo ali precisava cada vez mais de um amigo. Foi isso que a escola me ensinou, que a gente tem de buscar uma amizade, um relacionamento, entender as pessoas como elas são. Não é como imaginava antes, um bicho de sete cabeças.

A solidariedade e o afeto encontrados no universo escolar, as relações estabelecidas ali, diferentes das relações estabelecidas no universo do trabalho, permitem a ele autonomia. O entrevistado então descobre a possibilidade de interagir com pessoas, em especial com mulheres em condição de igualdade, um caminho de transformação, levando a transformação, também, no desempenho das tarefas domésticas. Juquinha veio de um meio no qual o homem não tem nenhuma participação nas tarefas cotidianas da casa, conta que aprender a fazer as coisas da casa foi um aprendizado no qual partiu do zero.

– Eu não sabia fazer nada, sabe o que é nada? Minha mãe colocava comida no prato para mim, eu nem sabia como precisava fazer pra comida estar ali, e até hoje é assim: lá nem chego perto do fogão. Quando vim pra São Paulo, nossa Deus, o que faço com isso? Ninguém me ensinou, fiquei na casa sozinho, meu primo disse: tem tudo aí. Na primeira vez, peguei um frango congelado e, quando eles [primo e colegas da casa] chegaram, o frango estava nadando na água. Eu: “de onde esta água saiu?” Perdi o frango, nadou, a panela encheu de água, passei para um bifinho frito. Hoje faço tudo, só não consegui fazer um macarrão gostoso como minha filha gosta. Minha irmã ensina a gente [ele e a esposa] a fazer as coisas que ela aprende na casa onde trabalha, mas não fica bem igual não.

Cozinhar, lavar, arrumar roupa e casa, eram não só “coisas de mulher”, uma vez que eram de responsabilidade de sua mãe, mas também eram coisas com as quais não era necessário que ele se preocupasse. Quando chegou a São

Paulo, no posto inferior da hierarquia masculina dos homens migrantes trabalhadores: jovem, recém-chegado e sem trabalho, teve que se haver com a cozinha. Atualmente ele conversa sobre a qualidade do macarrão que ele espera atingir e pede dicas ao entrevistador, sem sinal de vergonha.

O movimento parece-me interessante porque ele é um passo na direção de uma divisão de tarefas domésticas de forma mais igualitária, sem que seja um passo em direção ao reconhecimento da condição de exploração da mulher em relação às tarefas domésticas. Tendo que se haver com estas tarefas o entrevistado as incorporou nas coisas a serem realizadas, quando retorna à casa materna, a necessidade acaba, ele não se importa que a mãe o sirva. Ela não pede ajuda e ele não a oferece. Quando ele trabalhava durante o dia e estudava no período noturno, a esposa fazia todo trabalho doméstico, cuidados com a filha e ainda faxinas eventuais, o entrevistado não pareceu reconhecer, ou dito de melhor forma, não expressou especial reconhecimento pelos esforços de trabalho dela.

Em sua busca por aprendizagem, o entrevistado se disse chateado com o tratamento que recebeu inicialmente das escolas, tendo sido estigmatizado como ignorante, por isso as exigências burocráticas, ou o mero atendimento impessoal era capaz de fazê-lo afastar-se delas. A impessoalidade destaca-se das experiências no meio rural e das pequenas cidades, onde as pessoas quase sempre se relacionam com conhecidos, e pode ser ameaçadora. Os laços de afeto e o reconhecimento são fundamentais e assim o trabalho de vinculação dos agentes de ponta dos serviços públicos, em especial os voltados às famílias em situação de sofrimento, requer consideração. A organização sistêmica do universo escolar, sua racionalidade burocrática, deixava de fora o entrevistado, somente no mundo da vida, dos afetos, de pessoas que, nas palavras dele, “querem ajudar”, ele pode encontrar-se.

– Nas escolas municipais e estaduais, quando você chega para pedir informação, as pessoas não dão, não querem na verdade te ajudar. Informam um monte de dificuldade, daí a gente desiste, não tem como dar continuidade. Você não tem isso ou aquilo? Você tem que trazer histórico. De onde trazer histórico se eu nunca estudei?

Ter estudado é o grande orgulho de Juquinha, seu diferencial em relação aos irmãos. À escola ele atribui inclusive a descoberta de valores que parecem corresponder a valores que ele já trouxe em sua formação, como o trabalho comunitário e a solidariedade:

– Sem escola não dá, a escola é a base de tudo. Quem frequenta a escola com certeza pode até ser outra pessoa, tem tudo para seguir, conviver na sociedade, com educadores, com pessoas que falam coisas, que têm argumentos para comentar. A coisa é outra, tudo que se faz em comunidade tem retorno, o trabalho das meninas [*referência ao Programa Ação Família, da Prefeitura Municipal de São Paulo*] ajuda todas famílias. Às vezes as pessoas têm problemas sérios e não têm coragem de se abrir. Mas, como conhece o agente, acaba indo lá e falando desses problemas.

“Quem frequenta a escola pode até ser outra pessoa”, a frase sintetiza o poder de transformação atribuído à escola, podemos dizer que é como se fosse uma percepção intuitiva das possibilidades de metamorfose e emancipatórias. Juquinha não concebe, todavia, o universo da escola como aberto a todos, mesmo em São Paulo. Comenta, por exemplo, que o irmão tem o acesso impedido à educação pelo trabalho extenuante: ele trabalha como lixeiro nos caminhões da Prefeitura. O desgaste corporal em níveis acentuados como o descrito pelo entrevistado, praticamente impossibilita a escolarização e compromete o convívio familiar, a relação comunitária e o lazer. A relação com este irmão é uma relação de admiração e respeito e, ao mesmo tempo, exemplifica projetos de vida bastante diferentes, além de poderem ser vistos como configurações de masculinidade também bastantes diferentes.

O irmão de 28 anos é descrito como muito forte, o exemplo é a “batida de laje” que a família fez na casa dele, o irmão de férias fazia o trabalho de dois homens (“enquanto os outros carregavam uma lata, ele levava de duas”) e não se cansava. Bom de briga que “não leva desaforo para casa”. Provedor, “sustenta sozinho a casa, a mulher cuida dos três filhos pequenos”. Todavia, é visto também como “bruto”, “tem bom coração, mas não sabe conversar muito, não tem estudo”.

– Ele chega com o corpo todo moído, não dá para fazer nada. Teve dia dele deitar no chão da sala e dormir, à noite, se não chegar e jantar, dorme sem comer. Domingo – nem é domingo, é o dia que a folga cai – é só pra dormir e recuperar o corpo.

Segundo o entrevistado, a irmã pôde cursar até a “oitava série”, em sua cidade natal, aqui tem dificuldades em fazer o supletivo do segundo grau porque “o estudo de lá [interior da Bahia] é muito fraco” e porque “a patroa dela teve outro filho e ela tem de esperar a patroa chegar do trabalho”. A irmã ganha “uns 600\700 reais”, contribui nas “vaquinhas” para ajudar a família na Bahia e, além de trazer roupas para as cunhadas, para as sobrinhas e sobrinhos, manda roupas para a família, traz “comidas diferentes” quando passa a folga na casa dele e “tá juntando um dinheirinho prá ter uma casa dela quando casar”. O casamento é um projeto sem prazo determinado já que “é difícil arranjar um homem que não seja vagabundo, que não queira encostar [viver do trabalho dela]”. Para Juquinha, a vida da irmã irá melhorar quando ela tiver a casa dela porque “na casa dos outros ela fica sem liberdade nenhuma”.

O irmão mais novo está terminando o segundo grau regular e estudando teclado, ganha “uns trocados quando alguém chama ele para tocar”, mas não ajuda nas despesas nem envia dinheiro para os pais. Ajuda nas tarefas da casa e do bar “passa uma vassoura na casa, varre o bar, recebe mercadoria”, mas tem tempo para estudar as matérias da escola e praticar o instrumento.

À escola são atribuídos grandes méritos e possibilidades de transformação, Juquinha com enorme esforço e com ajuda da escola de freiras preparou-se para ingressar no sistema municipal-estadual, fez o teste da quarta série primária e cursou o segundo grau, sempre trabalhando em período integral e morando longe do trabalho, feitos que o deixam orgulhoso. A apropriação da educação lhe permite desenvolver um olhar crítico, os personagens aprendiz e batalhador se combinam na composição de um personagem cidadão, que reivindica e critica. Ele enfatiza em sua história as críticas aos políticos e aos maus funcionários.

– Não tinha nada na minha terra. Dois meses antes da eleição, aparecia um engraçadinho lá e contratava uma pessoa para dar aula, da primeira à quarta série. Daí pagava a professora até que, no final, não pagava mais, e ela ia embora. Voltava a não ter nada. Saí para São Paulo sabendo assinar mais ou menos o nome por vontade própria, não tinha aprendido em escola. Não sabia fazer um ó com um copo.

– A escola da minha filha, [NOME], não é razoável, do meu ponto de vista. Fiz de tudo para tirar ela de lá, mas hoje é difícil. Já fui na coordenadoria, tentei mudar, pediram telefone para contato, prazo, mas não entraram em contato. Voltei, falei mais umas quatro ou cinco vezes, não resolveram, não me deram solução nenhuma. Não consegui e acabei desistindo.

– O trabalho do pré foi muito bom. Eu fazia parte do conselho do pré, a educação é excelente, mas do [NOME], não gosto, a educação do [NOME] não é boa. Os educadores não têm culpa, a coordenadoria permite que aconteçam coisas que jamais deveriam acontecer numa escola: falta segurança, tem briga entre alunos, uns transtornos que os governos precisam projetar de forma diferente.

Sobre a morte de uma sobrinha com problemas neurológicos:

– Os médicos demoraram um pouquinho para descobrir o problema lá [*interior da Bahia, onde os pais do entrevistado moram*]. Quando chegaram na cidade maior, não tinha transporte. Ficamos indignados que a segunda capital da Bahia, não tem uma UTI móvel para levar para Salvador. Ficamos revoltados com a situação, cem quilômetros de distância. Salvador podia ter mandado a UTI móvel fazer a transferência, mas não mandou. Todo mundo ficou indignado. Minha mãe está muito abalada, todo mundo em São Paulo sem poder ajudar.

Em relação à seca e aos políticos:

– Minha irmã, única mulher entre os irmãos, tá solteira, trabalhando na casa de uma família, na Zona Sul de São Paulo. Pra mãe deixar ela sair foi difícil também, mas lá não chove, não tem como plantar, meus pais vivem ainda da agricultura. O governo não faz nada pras pessoas terem uma fonte de renda. As pessoas ainda sentem muita falta de água pra consumir. Para os animais é mais fácil encontrar, tem uns açudes, mas não sempre, depende de quando chove. A água para consumo só vai melhorar agora porque fizeram uma associação [de moradores], perfuraram um poço com água boa para consumo. Prometeram [os políticos] canalizar e, como é ano político [refere-se a 2008], tem que chegar até outubro,

se não, depois da eleição não chega mais, são mais quatro anos de sofrimento. É assim que funciona lá na nossa região. **Nunca foi diferente!**

O entrevistado considera o espaço dos acompanhamentos socioeducativos como um espaço que também serve para as discussões dos problemas do bairro, um espaço de mobilização e reivindicação. Este é um aspecto em relação ao qual o potencial dos acompanhamentos sócio - educativos dos programas direcionados às famílias em situação de vulnerabilidade é pouco explorado. Draibe (2006) critica o caráter autoritário dos programas, cujos objetivos são definidos pelos formuladores das políticas, sem uma participação efetiva dos atendidos na construção das saídas que são mais relevantes para eles. A denominação dos acompanhamentos seja “grupos psicossociais”, seja “grupos socioeducativos”, seja “acompanhamento da contrapartida de permanência no programa”, revela o fluxo de influências como uma caminho unilateral que vai de quem atende para quem é atendido. O que a fala do entrevistado traz é justo o oposto, a oportunidade de que o espaço dos grupos possa servir para a mobilização social e de exercício da cidadania, em reivindicações que confrontam os poderes instituídos. A colocação de Juquinha mostra a interação entre atendimento às famílias e o oferecimento dos serviços públicos, bem como a interação entre família e organização social e comunitária. Pensar nestas interações torna possível recuperar as estratégias de organização social que caracterizaram o serviço social em décadas anteriores (COSTA, 1994).

Caso as reivindicações puderem se repetir em outros grupos surgirá informação pública relevante para a reorientação dos programas sociais, cabendo pensar como estas informações podem ser coletadas e consideradas no âmbito coletivo e não somente no âmbito do atendimento de demandas de “famílias” (entendidas como unidades autônomas).

– Tenho levado vários assuntos ao posto de saúde e já tive dificuldade para marcar coisas. Bato muito nisto, pra gente ir atrás de um posto aqui do bairro [o ambulatório do bairro, AMA, foi inaugurado somente no final de 2008, após intensa pressão da população]. Conheci postos melhores do que o do bairro aqui do lado, com funcionários e agente de saúde, aonde

você chega e não querem que você volte sem ajuda nenhuma. Aquele lá é terrível, eles imaginam que são funcionários, mas eles são servidores públicos, deveriam estudar e considerar mais o ser humano. Você vai em busca de uma coisa e, lá, nunca consegue nada.

Em suas críticas, ele está ligado ao seu universo comunitário, buscando defendê-lo mesmo em relação a outras comunidades ainda mais carentes, assim ele repudia o CEU, obra da Prefeitura Municipal encravada no local mais pobre da região, mesmo sendo o tipo de escola que gostaria de dar à sua filha. De onde eles moram, para chegar ao Centro Unificado Educacional, da Prefeitura de São Paulo (CEU) eles teriam de atravessar áreas ainda mais pobres, com barracos e moradias ainda mais precárias, seria um deslocamento que exigiria condução e implicaria enfrentamento do medo da violência. Ele considera o CEU “uma obra perdida”, porque não serve bem ao seu bairro.

– Para mim, a pior obra que fizeram foi o CEU [*Centro Unificado Educacional, da Prefeitura de São Paulo*], local horrível, de acesso super difícil, dentro de um buraco. É um espaço desperdiçado, sinceramente não levo minha filha lá. Uma obra daquela está perdidíssima, para nós não dá, o benefício é só para aquela comunidade. Fui com minha filha uma única vez, na formatura do pré. Não frequento lá. Acho que se fizessem aqui serviria a toda comunidade, mas onde foi feito não beneficia ninguém para cá. Um espaço excelente, uma obra perdida. Acho que não tem gente lá para encher aquele espaço todo.

A paternidade surge no discurso do entrevistado como um dever “tem uma hora que o homem tem de construir família, senão fica perdido”. É a gravidez da namorada que faz com que a união conjugal se dê. “Ela trabalhava em casa de família, quando engravidou, eu falei: pode vir morar comigo que eu assumo”. O personagem pai aparece de forma forte, a idade da filha, sete anos, coincide com o grande esforço de escolarização de Juquinha e com a saída do trabalho assalariado de tempo integral para ter um negócio próprio, um “bar” (um balcão na sua casa onde vende bebida e “tira-gosto”, cadeiras na calçada).

– Minha mulher trabalha fora, eu que trabalho em casa, levo e trago a minha filha. Minha mulher trabalha em casa de família, chega às seis da tarde e ela [a filha] já está comigo. Só no domingo ela fica direto com a mãe, que trabalha no sábado também.

– *No Nordeste não é comum o homem assumir assim tarefas de casa...*

– No Nordeste, não. Também quando trabalhava registrado eu não convivia nada com a minha filha. Chegava em casa [a] uma da manhã e ela estava dormindo; saía cedo e ela não tinha acordado. Só no final de semana eu tinha folga, ou sábado ou domingo, mas ainda fazia bico numa casa noturna. Então, mesmo de folga, eu chegava tarde, fazia serviço de “valet” e chegava lá pelas nove da manhã. Chegava, tomava café e deitava. Acordava por volta das três para almoçar. Era a hora que ficava com ela, no computador. Quando abri o bar, passei a conviver mais com ela.

Juquinha conta que, quando trabalhava desta forma, ficava com medo da filha não conhecê-lo direito, mas que a mulher falava dele para a menina: “papai tá trabalhando... ele gosta de você”. Neste trecho da conversa aparece uma admiração pela esposa, que intermediou e promoveu a relação dele com a filha, mesmo sem que ele pudesse estar presente. Interessante observar a influência da mãe na relação pai-filha. O entrevistado conta dos cuidados que a mãe tem com a menina e dos quais ele não participa, por exemplo, desembaraçar o cabelo, levar à igreja, comprar e arrumar a roupa.

Em suas folgas, conta que punha a filha no computador, símbolo de sua ascensão educacional “ela ficava sentada no colo, vendo figura”. Cada vez mais ele passou a se implicar em um projeto educacional para a filha.

– Antes disso, ela ficava com uma pessoa que cuidava dela, mas eu não estava satisfeito. A educação nunca é a mesma dos pais, não tem jeito. Daí eu falei: “Quando eu abrir o bar, quem vai cuidar sou eu. Em casa, vou fazer o que está dentro do meu alcance para o futuro dela”.

– *Você faz tudo?*

Eu faço comida também. A roupa a mulher lava uma vez por semana. Almoço três horas, quando ela sai do colégio. Ela entra às onze e antes toma café porque não gosta da comida do colégio. Espero que ela passe a estudar de manhã. Leva e traz da escola, médico, essas coisas, tudo sou eu.

Segundo o entrevistado a filha não sai para brincar na rua porque é muito perigoso, ela vai até a casa de seu irmão (um primo da mesma idade e dois menores), mas no final de semana, porque antes da escola tem pouco tempo e depois da escola ele não pode levar porque o movimento no bar começa por volta das cinco horas. A menina também não recebe freqüentemente amigas para brincar com ela, embora ele não se oponha que isto aconteça, “meu medo é da rua, de uma moto que passa louca, de tiro, de ruindade”.

O fato dele e do irmão serem homens parece dificultar que as amigas da filha brinquem com ela na casa dele. O entrevistado explica que quando a filha assiste uma fita de vídeo com as amigas, ele pede para o irmão dele ficar com ele no bar, “fico escutando se não tem muita bagunça, mas não fico entrando e saindo toda hora, para elas poderem brincar. Ela fez a lição, [então] pode brincar”.

O entrevistado contou que não cuidou da filha pequena “não precisei dar banho, estas coisas”, agora com ela mais crescida as necessidades higiênicas diminuíram “graças a Deus, ela sabe se limpar, tomar banho, escovar os dentes; não precisa a gente ficar mandando toda hora”. A mãe da menina deixa a roupa que ela usará de dia, ele orienta a colocação do uniforme de escola e o banho antes do jantar.

As tarefas habituais domésticas não parecem ser problemas para Juquinha, embora conflitem com seu modelo de família de origem, ele mantém um olhar pragmático, o que é para fazer se faz, assim ele cozinha, limpa, passa, somente se permite não lavar roupa, tarefa deixada para a mulher. Ele realiza também outras tarefas da casa como consertar coisas quebradas, pintar, trocar cano e por piso. Na construção da casa teve a ajuda de primos e irmãos, o seu próprio trabalho e o de um eletricista, único contratado, “para a casa não pegar fogo”.

Seu irmão mais novo, que estuda música, ajuda na arrumação (lava chão do bar, calçada e leva o lixo acumulado para a rua onde passa a coleta). A filha ficou algumas vezes com a cunhada, esposa do irmão dele, que não trabalha fora, quando ele precisou resolver alguma coisa. O entrevistado mostra vontade de oferecer à filha o que tem de melhor, retorna a idéia de que o oferecer é material, mas agora não se trata só do material.

– Em algumas coisas, eu me acho um pai diferente. Tem pais que não fazem parte da família, não participam, eu não concordo com pai de família que deixa filha na rua. Enquanto ela estiver em meu controle não vai ficar solta na rua, na porta do bar. Alguns pais têm essa atitude. Pode ser que a criança sofra de outra forma, mas enquanto eu não tiver chance de colocar ela numa coisa esportiva... Ficar na rua não é esporte, não é lazer, criança quando não está na escola deve estar em casa com amiga, com algum dever. Posso agradecer hoje o que posso oferecer a ela: computador, televisão, DVD para poder ver, alguma coisa. Não posso criticar, porque outras famílias não têm isso para proporcionar aos filhos, mas eu acompanho. Com a professora eu deixo bem transparente: “Qualquer problema eu quero que você comunique a mim”. Não vou passar a mão na cabeça de minha filha, não. Educador está lá para educar, quero saber se ela fez algo errado. Se minha filha fizer errado eu venho na sala de aula para falar com ela, não vou falar com ela só em casa, não, não vou passar a cabeça na mão dela, não. Acho que muitos pais fazem errado porque acham que o educador tá errado.

Falando de si, como pai, ele remete-se ao seu pai, mostrando alimentar a identificação com ele

– Meu pai nunca falou comigo duas vezes. Era uma pessoa maravilhosa, nunca bateu, mas nunca falou com os filhos dele duas vezes. Falava uma vez só e resolvia a situação, Fulano, você vai fazer isso e acabou-se, não tinha segunda vez. Também não foi de andar batendo ou andar xingando dentro de casa.

O que Juquinha destaca como maravilhoso em relação ao pai, era uma mistura de autoridade reconhecida, mas que não se excedia, que resolvia sem apelar para surras, bem como mantinha bom comportamento em casa, “não

xingava e não batia”. Em outros momentos, descreve o pai como carinhoso, com outros adjetivos não ligados à autoridade, mas neste momento, quando Juquinha está falando de sua filha, é a isto que se refere, mostrando que a autoridade, o reconhecimento dela e seu bom uso são valores que ele procura manter. Não existe, portanto, uma crítica à concentração de poder, mas sim uma defesa do bom uso dele.

Em relação à companheira, conta que conversam quando tem que decidir alguma coisa, por exemplo, mandar dinheiro para algum parente, quando o irmão dele veio morar na casa deles ou quando sua sogra ficou lá para fazer tratamento médico (a família é de Alagoas). Ele elogia a mulher “trabalhadora, boa mãe”, mas deixa claro que exerce uma liderança. Refere-se ao dinheiro que ela ganha como “uma boa ajuda” e acrescenta que é “garantido”, ela é registrada e recebe todo mês. O dinheiro dele entra, mas não é garantido “tem fiado, tem uns caras que não pagam mesmo e que não dá para cobrar porque é encrenca”.

A questão de não poder cobrar algumas pessoas foi uma de suas poucas referências a mostra-se ameaçado no bairro reconhecidamente violento, anteriormente, disse que “não me meto na vida de ninguém, eles não se metem com a minha” e que “se eles pedem alguma coisa para as festas deles, eu dou, eles ficam para lá, eu fico para cá”. Deduzimos que “eles” refere-se aos traficantes, à malandragem, mas é como se houvesse uma fronteira estabelecida em relação ao assunto, o entrevistado prefere não falar sobre isto.

Quanto aos deslocamentos dos homens no bairro parece não haver problemas, os irmãos e primos vêm ao bar, o irmão mais novo sai para tocar, estudar. Quanto ao deslocamento das mulheres, cunhada, filhas e esposa, não se dá o mesmo, ele conta de levar a filha à escola, buscar a filha e esposa na igreja. Comenta que “não é bom ela [esposa] chegar à noite, porque o ponto é longe”.

Sobre quem gostaria de ser, Juquinha estabelece uma resposta curiosa

- O que você gostaria de ser?

- Eu queria que todo mundo da família estivesse bem, com saúde, sem passar necessidade, podendo aprender..

- E você, o que gostaria de ser?

- Eu quero aprender sempre, cada vez mais, ser um educador para meus filhos. Ser um educador de verdade, ser professor. Quem sabe?

A resposta dele inicia por um desejo em relação à família, gostaria de ser uma pessoa com uma família com saúde, sem passar necessidade e aprender. A resposta exemplifica a centralidade da família para o entrevistado. Refeita a pergunta, ele reafirma ser credo na educação, primeiro em relação a ele, depois seus filhos (o plural pode indicar o desejo de ter mais um filho) e, finalmente, em relação aos outros. Deixando o personagem “ignorante” para trás, diante dos professores Juquinha se constrói como “aprendiz”, que por sua vez deseja transformar-se em “mestre”.

3.3.3 Comentários

A história de vida de Juquinha permite-nos observar o desenvolvimento das metamorfoses da identidade. O ignorante transforma-se em educador; quem nada tem a oferecer passa a poder cuidar e prover; quem não sabia conversar torna-se articulador de reivindicações. Outros personagens são repostos: o migrante, o bom filho e o batalhador.

Os movimentos emancipatórios, entendidos como os movimentos de superação das condições que impedem ou dificultam o desenvolvimento do sujeito, são claros. Negações das negações que se colocavam como a impossibilidade de estudar, de se sustentar, de progredir, de estabelecer um núcleo familiar e de permanecer perto da família. Outras negações, todavia, se colocam: a limitação da felicidade pela ligação afetiva com quem está sofrendo; a má qualidade do ensino da escola da filha; o mau atendimento no posto de saúde e a violência.

As superações adquirem caráter público, mostrando a interface entre o desenvolvimento pessoal e as condições sociais, bem como fazem surgir a discussão sobre cidadania. Uma das coisas que a história de vida de Juquinha nos conta, é que o posicionamento individualista não é a única alternativa de

inserção possível. O entrevistado nem se acomoda às circunstâncias, nem se revolta em relação a elas utilizando-se da exacerbação do machismo e da violência.

As configurações de masculinidade trazidas pelas entrevistas também revelam plasticidade e movimento. Utilizaremos o modelo de Connel (2000), para caracterizar a referência inicial, a masculinidade hegemônica no âmbito rural, e a configuração atual.

1) Relações de poder: o poder na configuração inicial é concentrado no homem chefe de família que representa a família nas relações sociais e de comércio. Os filhos adultos estão submetidos ao controle e devem obediência, assim como a esposa. O pai está colocado na posição de premiar ou castigar de forma autoritária. Na configuração atual do entrevistado ele mantém uma posição de destaque, todavia, a esposa não é submetida a ele da mesma forma, não deve “obediência”. Ele se mostra, por exemplo, agradecido à esposa por ela manter seu lugar junto emocional junto à filha. As decisões, que no modelo rural seriam ordens, são colocadas sob a forma de “diálogo”. A relação de poder entre os adultos e as crianças parece não ter sofrido críticas ou abalos.

2) Relações de produção: as mudanças aqui são profundas, no modelo rural o pai/chefe é o contratante dos trabalhos do grupo, se a produção é própria, é o encarregado de vendê-la e fazer as compras da casa. A esfera doméstica, por sua vez, é de responsabilidade exclusiva da mulher. Na atual configuração, o casal consegue ganhos que são utilizados para a cobertura dos gastos familiares, no momento, a esposa que tem salário fixo e registro em carteira, tem em seu nome os crediários, controla os pagamentos e as compras de supermercado e de roupas. O ganho do bar é entregue a ela, ela faz pagamentos em bancos próximos a seu trabalho, outros pagamentos são feitos por ele na lotérica do bairro. Na esfera doméstica as tarefas são divididas: café, almoço, limpeza da casa, ida e volta da escola e acompanhamentos médicos são feitos por ele, jantar, lavagem de roupa, compras e faxina de vidros, fogão, por ela. A dupla entrada de

dinheiro permite à família a condição ascendente e uma melhor posição da mulher em relação ao poder.

3) Cathexis: no campo da sexualidade a ligação em ambos os modelos é de heterossexualidade compulsória, ou seja, como se fosse uma condição natural: “macho e fêmea”. No campo dos afetos as ligações, também, em ambos os modelos, não se concentram especialmente no plano conjugal. Na família rural o grande número de filhos era adequado e conveniente, na família atual, um filho único “por enquanto” permite uma maior concentração afetiva e de expectativas. As relações de parentesco e a família ampliada tem grande presença e influência.

4) Simbolismo: as qualidades valoradas no contexto rural dizem respeito particularmente à força física, à valentia e à honra; a mulher fica representada como frágil e medrosa e quem defende a sua honra são os homens. Na configuração urbana do entrevistado, os valores mais admirados são a educação e a vontade de progredir, não são valores masculinos opostos a uma idéia de feminino. As idéias de autonomia e de liberdade são valorizadas como características masculinas.

O quadro permitira caracterizar o arranjo como sendo o de uma configuração de masculinidade cúmplice, no sentido de auferir dividendos da dominação masculina, sem exercê-la em sua forma hegemônica.

A configuração da paternidade do entrevistado difere bastante do modelo pai provedor e distante, ela nem se resume ao provimento, nem tão pouco se constrói distante dos contatos cotidianos. Observe-se que durante o esforço de escolarização do entrevistado, o modelo foi justo o oposto, ele não se incumbia de praticamente nada dos cuidados com a filha e trabalhava todo seu tempo disponível para trazer dinheiro para casa. A participação do pai não se restringe ao âmbito doméstico, ele frequenta o conselho de escola, os médicos e as reuniões do programa social. Juquinha se orgulha da casa arrumada, da menina não ir desleixada para escola, bem como dos “confortos” que pode oferecer, em especial, o computador. Existe uma junção de forte autoridade paterna e de implicação na educação da filha. Como coloca Doucet (2007), não é um caminho

em direção à maternidade, mas sim uma expansão das fronteiras da paternidade. A paternidade de Juquinha é emblemática da possibilidade de que os pais de famílias pobres se impliquem na educação de seus filhos.

Destacamos o movimento da esposa do entrevistado que colaborou com o as possibilidades de desenvolvimento apoiando sua escolarização, promovendo o afeto da filha por ele e assumindo parte das tarefas do provimento econômico.

Consideramos facilitadores da implicação de Juquinha com sua filha e com o projeto de educação dela:

- socialização básica com afeto e sem sinais de violência doméstica;
- a identificação com a figura paterna;
- superação da idéia de que nada tinha a oferecer;
- condições de trabalho que passaram a permitir sua proximidade com a família e o sentimento de valorização pessoal;
- relação conjugal que sustentou sua presença simbólica junto à filha enquanto ele se mantinha ausente fisicamente;
- rede de parentesco que lhe permite reconhecimento e apoio;
- a convicção de que a educação permite crescimento pessoal.

A participação de Juquinha nos acompanhamentos sociais parece facilitada pelo mesmo conjunto de elementos, acrescida da leitura que ele faz dos grupos como espaço de reivindicação e da possibilidade do grupo, mães e trabalhadores sociais, de acolhê-lo e reconhecê-lo e dele aprender com as demais pessoas do grupo.

O que ele considera dificuldades para a participação são momentos de hostilidade das demais participantes. Elas ficam “reclamando dos maridos e acabam ficando bravas. Eu não tenho nada a ver [com os maridos delas], cada um cada um, mas escuto um monte”. Momentos em que as barreiras de gênero colocam-se, um homem torna-se representante “dos homens”.

O modelo familiar do entrevistado é uma família em rede, onde as principais relações se dão no eixo da família de origem do entrevistado. Como são cinco irmãos, quatro com filhos, e uma irmã solteira e sem filhos, a linha de parentesco é masculina, mas os cuidados com as crianças são predominantemente femininos, coerentes com as possibilidades de organização apontadas por Fonseca (2004) e diferentes do padrão estritamente matrilinear.

A história de vida em questão parece-nos exemplificar com elementos existenciais aspectos da pesquisa efetuada como:

- processos típicos da migração;
- carência de serviços públicos ocasionando dependência da família;
- o desenrolar dos movimentos identitários;
- a plasticidade de configuração da masculinidade;
- o desenvolvimento de uma paternidade ativa ;
- o potencial transformador que pode advir da inclusão dos homens nas políticas sociais de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o depoimento de Juquinha traz elementos que, até então, não haviam sido considerados a contento, são eles:

- o espaço dos grupos como de reivindicação: este é um aspecto em relação ao qual o potencial dos acompanhamentos sócio - educativos dos programas direcionados às famílias em situação de vulnerabilidade é pouco explorado. Draibe (2006) critica o caráter autoritário dos programas cujos objetivos são definidos pelos formuladores das políticas sem uma participação efetiva dos atendidos na construção de saídas que possam ser mais relevantes para eles. A denominação dos acompanhamentos seja “grupos psicossociais”, seja “grupos socioeducativos”, seja “acompanhamento da contrapartida de permanência no programa”, revela o fluxo de influências como um caminho unilateral que vai de quem atende para quem é atendido. O que a fala do entrevistado traz é justo o oposto, a

oportunidade de que o espaço dos grupos possa servir para a mobilização social e de exercício da cidadania em reivindicações que confrontam os poderes instituídos. A colocação de Juquinha revela a interação entre atendimento às famílias e o oferecimento dos serviços públicos, a interação entre família e organização social e comunitária, bem como poderia revelar a relevância de recuperar as estratégias de organização social que caracterizaram o serviço social em décadas anteriores. (COSTA, 1994) Caso o que o entrevistado disse quanto às reivindicações puder se repetir em outros grupos surgirá informação pública relevante para a reorientação dos programas sociais, cabendo pensar como estas informações podem ser coletadas e consideradas no âmbito coletivo e não somente no âmbito do atendimento de demandas de “famílias” (entendidas como unidades autônomas).

- a interação entre escolarização insuficiente e a baixa participação nos grupos de acompanhamento socioeducativos: a vergonha de se sentir ignorante e não ter nada para contribuir que o entrevistado enfrentou em sua entrada tardia na escola, bem como a capacidade, posterior à escolarização, de aprender e trocar com seus(suas) colegas, nos remete à idéia de que as dificuldades de escolarização possam dificultar a participação de outros homens nos acompanhamentos socioeducativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos o processo de mestrado com a idéia da invisibilidade dos homens, em especial dos pais, nos procedimentos relativos aos programas de atenção às famílias em situação de vulnerabilidade.

“Invisibilidade” inicialmente refletia o trabalho de Costa (2004) sobre os garis, o qual mostrava que embora estivessem diante dos olhos de todos, eles não eram vistos ou considerados.

A pesquisa levou-nos a considerar a ambivalência da posição desses homens negligenciados e, ao mesmo tempo, instalados em posições de dominação em relação às mulheres de seu meio social.

A ambivalência dos programas sociais em relação às mulheres revelou-se de forma análoga, elas são o alvo e as usuárias dos programas e, ao mesmo tempo, subordinadas ao trabalho de cuidar e representar suas famílias.

A busca de mudanças da ordem de gênero patriarcal ainda não parece ter encontrado formas de ação que questionem determinados aspectos dessa mesma ordem de gênero, especialmente a divisão de gênero do trabalho que coloca a mulher como responsável por sua família.

Entendemos que isso se dá, dentre outras razões, porque as políticas de gênero materializam-se em políticas de identidade, entendidas de forma simples como a construção de personagens coletivos, construídos e sustentados em redes de relações, que preconizam “formas de ser”. As “formas de ser”, por sua vez, especificam o que é, ou não é, adequado e condizente com tal personagem.

Podemos caracterizar tais normatizações como construções ideológicas, entendidas como a produção, circulação e recepção de bens simbólicos que servem para estabelecer e sustentar sistemas de dominação (THOMPSON, 2007). A abordagem através das políticas de identidade permite-nos problematizar as formas de ser homem e mulher que são produzidas e veiculadas através das políticas públicas de atenção à família.

As políticas públicas de atenção à família, em especial as políticas sociais direcionadas às famílias em situação de vulnerabilidade, parecem trabalhar com uma política de identidade explícita em relação às mulheres (mães no exercício da função ou em potencial) e uma política de identidade implícita em relação aos homens (provedores sem participação emocional e sem relevância na socialização da família).

Os homens estão presentes em mais de 50% das famílias mesmo nos estratos inferiores de renda (soma dos homens como “únicos responsáveis” e participando de um “casal responsável” pela família).

Como explicar a redução de expectativas quanto à participação dos homens, em especial dos pais, nas famílias em situação de vulnerabilidade, - ao mesmo tempo em que se exige um grande envolvimento das mulheres -, em especial das mães?

Como justificar que os procedimentos em relação aos programas sociais dirigidos a esta população resumam a comunicação com as famílias à comunicação com as mães e a presença masculina nas famílias transforme-se em ausência masculina nos acompanhamentos de suas famílias?

Pensamos que alguns dos fatores que contribuam para a invisibilidade dos homens nos procedimentos dos programas sociais dirigidos às famílias pobres sejam as dificuldades, ou o fracasso, deles em prover e a ausência de expectativas de que eles tenham participação positiva na família (LAMB, 1983).

A participação positiva dos homens nas famílias que já ocorre: afeto em relação aos filhos e esposa, a proteção da família (SARTI, 2003a; FONSECA, 2004), mobilização de rede de cuidado (FONSECA, 2004; DOUCET, 2007) e o trabalho de manutenção da casa e (DOUCET, 2007) recebe pouca atenção e visibilidade por parte dos idealizadores e executores das referidas políticas sociais dirigidas às famílias em vulnerabilidade.

A participação negativa através da irresponsabilidade ou da violência, em contrapartida, obtém visibilidade apresentando problemas que podem permanecer de difícil solução, ou mesmo de solução impossível, se o modelo de participação

positiva dos homens, em especial dos pais, fundamentar-se, prioritariamente ou totalmente, no provimento econômico.

A luta política por uma participação masculina na sociedade que contribua para a superação das injustiças de gênero, como as representadas pelas campanhas contra a violência contra a mulher, do Laço Branco⁶⁶, pela extensão da licença paternidade⁶⁷, pela paternidade responsável, por exemplo, parece ser a grande arena na qual podem surgir novos consensos e mobilizações para ações.

No campo acadêmico, pode ser relevante problematizar situações específicas, como o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade, e possibilitar a visibilidade de sujeitos que exemplifiquem possibilidades de transformação.

Transformar não é tão simples como possa parecer, estamos diante de um sistema de gênero em pleno vigor, com concentração de força e poder, ainda não vista na história da humanidade, todavia a dominação masculina não conta mais com o privilégio de uma legitimidade incontestada (CONNEL, 1995).

Os movimentos feminista e gay, assim como a produção acadêmica, permitiram a visualização da dominação masculina, a pluralidade de masculinidades em um mesmo momento e contexto, além da contínua transformação das masculinidades no devir histórico.

A denúncia das injustiças e o apontamento das possibilidades de mudanças não garantem que as mudanças serão realizadas de fato e em que direção elas se darão. Combinações particulares de permanência, inovação e retrocesso são possíveis e esperadas em relação às masculinidades

O estudo da identidade de um sujeito, através das ferramentas teóricas de Ciampa (1996) exemplifica a complexidade das configurações de masculinidade e de paternidade, uma vez que elas apresentam reposições e transformações que serão viáveis, ou não, dependendo da interação com o meio.

⁶⁶ Campanha contra violência contra mulheres que se iniciou no Canadá e percorre o mundo, incluindo o Brasil. Informação disponível em: www.noos.org.br/Pesquisa_Homens_violência_de_gênero.pdf. Acesso em: (20/03/2009)

⁶⁷ *Dá licença, eu sou pai!*, campanha nacional pela ampliação da licença paternidade. Disponível em: www.papai.org.br. Acesso em: (20/03/2009)

Nosso entrevistado demonstrou a possibilidade de um homem pobre efetuar a divisão dos trabalhos domésticos, de incorporar ao exercício de paternidade cuidados diretos e afetivos e de exercer na comunidade a defesa dos interesses de sua filha e dos filhos de outras famílias, na medida em que suas reivindicações adquirem caráter público. Mostrou também que as mudanças não são na direção de uma feminilização do entrevistado, nem da reivindicação de um lugar maternal, mas sim na direção de uma redefinição da masculinidade e da paternidade, achados coerentes com os obtidos por Doucet (2007).

Para Ciampa (1996) a identidade apresenta-se pela forma de personagens que, para se manterem, têm de ser reapresentados em um trabalho de reposição ativa. Condições sociais adversas, ou redes de relação pessoais, podem negar as pretensões de reconhecimento identitário do sujeito e podem paralisar seu movimento de desenvolvimento, todavia o sujeito também pode enfrentar as negações e, ao fazê-lo, conseguir negá-las, estabelecendo um movimento emancipatório.

O estudo da história de vida exemplificou a relação dos movimentos emancipatórios com as relações familiares e sociais. Apoio e reconhecimento mostraram-se fundamentais, já que nenhuma mudança é um empreendimento estritamente individual.

Para que as políticas sociais possam participar do reconhecimento e da potencialização de movimentos que já existem nas famílias, consideramos fundamental:

- a percepção das influências na forma de existir destas famílias exercidas pelas relações estabelecidas através das políticas sociais;
- o entendimento da família como arranjo existencial, afetivo e não reduzido ao arranjo econômico ou de sobrevivência;
- tratamento igualitário para a diversidade de organizações familiares existentes;

- o reconhecimento da família como um campo onde se atualizam as questões sociais, raciais, de gênero e de idade, ou seja, campo onde se dão as questões sociais e os conflitos;
- a explicitação do fato de que para cuidarem e nutrirem as famílias necessitam serem cuidadas e nutridas, ou seja, não desvincular o trabalho com famílias da fundamental oferta de serviços públicos;
- a superação da relação autoritária entre os formuladores e executores de políticas sociais e as próprias famílias, ou seja, as famílias precisam obter canais de comunicação e influência na execução e planejamento das políticas.

Consideramos fundamental, também, um questionamento quanto à inclusão dos homens nos atendimentos efetuados pelas políticas sociais como uma condição “*sine qua non*” para que os atendimentos sejam considerados atendimentos “familiares”.

Atendimentos às mulheres e/ou às mães são atendimentos válidos e necessários, mas não diferenciar estes atendimentos dos atendimentos “familiares”, pode fomentar a perversa responsabilização exclusiva das mães em relação às suas famílias e a igualmente perversa produção de pais “ausentes”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Juracy A. M. (1999) Relatos de vida e identidade. **Revista Kairós: Gerontologia.** , 6(12), dez. (p.181-192) São Paulo.

_____. (2006) **Sobre a anamorfose: identidade e emancipação na velhice** Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Curso de Pós-graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ARENDT, Hannah. (1994) **Sobre a violência.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

ARIÈS, Philippe. (1981) **História social da Criança e da Família.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

ARILHA, Margareth. (2001) Homens: entre a responsabilidade e a “zoeira” Em: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades: outras palavras.** São Paulo: ECOS: Ed. 34.

_____. (2002) **Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Curso de Pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo , São Paulo.

_____. (2004). **O masculino em conferências e programas das Nações Unidas: para uma crítica do discurso de gênero.** Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Pós-graduação em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ASLOOS, Guy. (1996) **A competência das Famílias – Tempo, caos, processo.** Coimbra: G. C. – Gráfica de Coimbra, Ltda.

BADINTER, Elisabeth. (1993) **XY: sobre identidade masculina.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BAUMAN, Zygmunt. (2005) **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BERGER, Peter L.; LUCKMAN Thomas. (1983) **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes.

BORIS, George D. B. (2002) **Fala de Homens:** a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult.

BOURDIEU, Pierre. (1999) **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUTLER, Judith. (2003) **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CALDEIRA, Bárbara M. S. (2008) A dimensão do enfoque de gênero no Programa Bolsa Família: ranços e avanços na promoção do empoderamento das mulheres nos municípios baianos Brasil. v. 3, (p.19-36). **3º Prêmio Construindo Igualdade de Gênero** – Redações e Artigos Científicos vencedores. 1ed. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres,

CALHOUN, Craig. (1994) **Social Theory and the Politics of Identity**. Cambridge (Massachusetts, USA): Blackwell Publishers.

CARONE, Iray; BENTO, Maria .A (2002). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes.

CARVALHO, Maria do Carmo B. (1994) A priorização da família na agenda da política social. Em: KALOUSTIAN, Sílvia (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. (p. 93-108) São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.

_____. (2000) O lugar da família na política social Em: CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. (p.15-22) São Paulo: EDUC / IEE / FAPESP/Cortez.

_____. (2003) Famílias e políticas públicas. Em ACOSTA, Ana R. e VITALE, Maria Amália F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. (p. 267-276) São Paulo, IEE/PUC-SP.

CASTEL, R. (1998) **As metarmofoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ : Vozes.

CASTELLS, Manuel. (2006) **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra.

CASTILHO, Tai *et al.* (2000) O incrível caso do desaparecimento das informações sobre os homens e as relações. Em GREGORI, Maria Filomena (Org.). **Desenhos Familiares**. v. 1, (p. 103 -110) São Paulo: Fundação Bank Boston/UNESCO

CIAMPA, Antonio da C. (1996) **A estória do Severino e a história de Severina**. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1999) **Identidade: um paradigma para a Psicologia Social?** Apresentação em simpósio no 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO. Texto para divulgação interna. Resumo em anais

_____. (2002). Políticas de identidade e identidades políticas. Em: DUNKER, Christian I. L. e PASSOS, Maria Consuelo (Orgs.). **Uma psicologia que se interroga**. (p.133-144) São Paulo: EDICON

_____. (2005). **Anotações sobre “fundamentos filosóficos” da Linha de Pesquisa, para sistematizar a abordagem teórica adotada.**

_____. (2008) **Subsídios para o núcleo.**

CONNEL, R.W. (2000) **The men and the boys.** Berkeley and Los Angeles (California, USA): University of California Press.

_____. (1995) **Masculinities.** Berkeley and Los Angeles (California, USA): University of California Press.

COSTA, Antônio C. G. (1994) A família como questão social no Brasil. Em: KALOUSTIAN, Sílvio (Org.). **Família brasileira, a base de tudo.** (p. 19-25) São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.

COSTA, Fernando B. (2004) **Homens Invisíveis.** São Paulo: Editora Globo.

DRAIBE, Sonia M. (1994) Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. Em: KALOUSTIAN, Sílvio (Org.). **Família brasileira, a base de tudo.** (p. 109-132) São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.

_____. (2006) Brasil: Bolsa-Escola y Bolsa-Familia. Em: COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando (Coord.). **Transferencias com responsabilidad. Una mirada latinoamericana.** Cap III, (p.137-178). México D.F.: FLACSO.

DURHAN, Eunice R.(1978) **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo,** São Paulo:Perspectiva

EISIKOVITS, Rivka (1983) Paternal Child Care as a Policy Relevante Social Phenomenom and Research Topic Em: LAMB, Michael E.;SAGI, Abraham - **Fatherhood and Family Policy** (p.13- 22) New Jersey –London : Publishers Hillsdale.

FARAH, Marta F. S. (2004) Gênero e políticas públicas. Em: **Revista de Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, (p. 47-72) Florianópolis: CFH/CCE/UFSC

FONSECA, Ana Maria M. (2001) **Da família e política de renda mínima.** São Paulo: Cortez.

FONSECA, Claudia L. W. (2005) Paternidade brasileira na era do DNA: a certeza que pariu a dúvida. **Quaderns-e**, Barcelona, v. 4, n. b.

_____. (2004) **Familia, Fofoca e Honra:** etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

FREYRE, Gilberto. (1936) **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarchal. 2ª.ed. Rio de Janeiro : Schimidt Editor

GIDDENS, Anthony. (2002) **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GOFFMAN, Ervin. (1988) **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

GOLDANI, A. M. (2002) Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. (p. 29-48) **Revista Brasileira de Estudos de População**. V. 19, n. 1 . São Paulo.

GOLDEMBERG, Míriam. (1989) Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. Em: **Novos Estudos**, n. 23 (p. 163-175) São Paulo: Cebrap.

_____. (2007) **A arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record

GUATTARI, Félix; ROLNICK, Sueli. (1986) **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.

HABERMAS, J. (1983) **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense.

HIRATA, Helena. (2002) **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo Editorial.

IZQUIERDO, Maria Jesús. (1994) Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, Mercedes (Org.). **Pensar las diferencias**. (p. 31-53) Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias..

JABLONSKI, Bernardo (1998) Paternidade Hoje: Uma Matanálise Em: SILVEIRA, Paulo (Org.) **Exercício da Paternidade** (p.121-130) Porto Alegre: Artes Médicas,

JAFFE, Eliezer D. (1983) Fathers and Child welfare Services: The forgotten Clients? Em: LAMB, Michael E.;SAGI, Abraham. **Fatherhood and Family Policy** (p.129-137) New Jersey –London : Publishers Hillsdale.

KALOUSTIAN, Sílvio. (1994) A importância da família Em: KALOUSTIAN, Sílvio (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. (p. 11-18) São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.

KAMERMAN, Sheila B. (1983) Fatherhood and Social Policy: Some Insights from a Comparative Perspective Em: LAMB, Michael E.; SAGI, Abraham. **Fatherhood and Family Policy** (p.23-37) New Jersey –London : Publishers Hillsdale.

KEHL, Maria Rita. (1996) **A mínima diferença**: masculino e feminino na cultura. Rio de Janeiro: Imago Ed.

KNAUTH, D.R.; VÍCTORA C.G. E LEAL A. F..(2005) Liberdade sexo e drogas: a vulnerabilidade de homens jovens de camadas populares. Em: ADORNO, Rubens C. F.; ALVARENGA, Augusta T.; VASCONCELOS, Maria da Penha C. (Orgs.). **Jovens, trajetórias, masculinidades e direitos**. (p.147-162) São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo.

LAMB, M. (1983) Fatherhood and Social Policy in International Perspective Em: LAMB, Michael E.; SAGI, Abraham. **Fatherhood and Family Policy** (p.7-12) New Jersey –London : Publishers Hillsdale.

LANE, S. T. M. ; SAWAIA, B. (1995). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: EDUC/Brasiliense.

LAQUEUR, Thomas. (2001) **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LIMA, Aluísio Ferreira. (2008) Dependência de Drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêutica e o uso de drogas a partir da teoria de identidade. Em **Psicologia e Sociedade**. (p. 91-1001) São Paulo: ABRAPSO.

LIMA, Flávia. M. V.; MENESES, Sandra. R. P.; SOUZA, Paulo. F. P. (1996) **Medidas socioeducativas**: convênio de prestação de serviços à comunidade. Em LANCETTI, Antônio (Org.). **Assistência Social & Cidadania**. v.1, (p. 78-83). São Paulo: HUCITEC.

LOMAS, Carlos. (2003) **Todos os Hombres son Iguales?** Identidades masculinas y cambios sociales. Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica S.A.

LYRA, Jorge. (1997) **Paternidade adolescente**: uma proposta de intervenção. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Curso de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. (2001) Paternidade Adolescente: da investigação à intervenção 185-214 in ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: ECOS: Ed. 34.

_____. (2008) **Homens, Feminismo e Direitos Reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das Políticas Públicas (2003-2006)**.TD (Doutorado em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Brasil.

MARTINS Ana Paula V. (2004) **Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz

MEDRADO, Benedito. (2001) Homens na arena n]do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia Em: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra;

MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades:** outras palavras. (p. 145-161) São Paulo: ECOS/ Ed. 34

_____. (2000) Homens por quê? Uma leitura da masculinidade a partir de um enfoque de gênero. Em: **Perspectivas em Saúde e Direitos Reprodutivos**, n. 3, (p. 12-16) São Paulo: Autores Associados.

MURARO, Rose Marie (2001) Acerca do conceito de gênero (p.7-9) Em: MURARO, Rose Marie e PUPPIN, Andréa Brandão (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade.** Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ.

MUSKAT, Malvina E. (2001) Violência de Gênero e paternidade Em: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades:** outras palavras. (p. 215-233) São Paulo: ECOS/ Ed. 34

NEDER, Gizlene. (1994) Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. Em: KALOUSTIAN, Sílvia (Org.). **Família brasileira, a base de tudo.** (p. 26-46) São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de (2004) **A Construção Social da Masculinidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

PÁDUA, Sandra Saleti Batista. (2005) **O Adoecimento Masculino:** um sofrimento social silenciado. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Curso de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PAUGAM, Serge. (2003) **A desqualificação social:** ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC/Cortez.

QUEIROZ, Maria Isaura P. (1987) **Relatos Orais:** do “indivisível” ao “divisível”. Em: **Ciências e Cultura**, n.3, v.39, São Paulo.

RAMIRES, Vera R. R. (1997) **O exercício da paternidade hoje.** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos.

ROSEMBERG, Fúlvia. (2001) Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. Em: **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, jan./abr (p. 19-26) Rio de Janeiro: Autores Associados

_____. (2002) Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. Em: **Cadernos de Pesquisa**, n. 115 (p. 25-64) São Paulo: Autores Associados

ROUDINESCO, Elisabeth. (2003) **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

SAFFIOTI, Heleieth. (2004) **Gênero, Patriarcado e Violência**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SARTI, Cynthia A. (2003a) **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez

_____. (2003b) Famílias enredadas. Em ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amália F. (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo, IEE/PUC-SP.

SARTRE, Jean Paul. (1967) **Questão de método**. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

SCAVONE, L. A. (2001) Maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais. Em: **Cadernos Pagu**, v. 16 (p. 137-150) Campinas:Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu

SCOTT, Joan. (1990) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Em: **Revista Educação e Realidade**, v.16, n.2, jul.dez (p. 5-22).Porto Alegre: UFRGS.

SEIDLER, Victor J. (2000) **La sinrazón masculina**: masculinidad y teoría social. México: Paidós.

SILVA, Maria Helena C. (2005) **Nas redondezas da cidade**: um estudo do Programa de Assistência Social à Família – PROASF na região Leste de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVEIRA, Paulo. (1998) O exercício da paternidade. Em SILVEIRA, Paulo (Org.). **O exercício da paternidade** Porto Alegre: Artes Médicas.

SWAIN, Tania Navarro. Meu corpo é um útero? (2007) Em STEVENS, Cristina (Org.) **Maternidade e Feminismo**: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc.

TAKASHIMA, Geney M. K. (1994) O desafio da política de atendimento à família: dar vida as leis. Em: KALOUSTIAN, Sílvio (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. (p. 77-92) São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.

THERBORN, Göran. (2006) **Sexo e poder**: a família no mundo 1900 – 2000 . São Paulo: Contexto.

THOMPSON, John B. (2007) **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massas. Petrópolis (RJ): Vozes.

UNBEHAUM, Sandra G. (2001) A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos Em: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra;

MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. (p163-184) São Paulo: ECOS/ Ed. 34

VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

VIDIGAL, M. Beatriz. (2007) **Paternidade e Subjetividade masculina em transformação**: crise, crescimento e individuação. Uma abordagem junguiana. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

VITALE, Maria A. F. (2002) famílias monoparentais: indagações (p. 45-62) Em Serviço Social & Sociedade Nº 71. São Paulo : Cortez Editora

WACQUANT Wacquant, Loïc (2001) **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro:Jorge Zahar.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. (2006) **Bolsa-Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de pessoas no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

WELZER-LANG, Daniel. (2001) A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Em: **Revista de Estudos Feministas** , v. 9, n. 2 (p. 460 - 482), Florianópolis

WOLLINS, Martin (1983)The Gender Dilemma in Social Welfare: Who Cares for Children Em: LAMB, Michael E. & SAGI, Abraham. **Fatherhood and Family Policy** (p.113-128) New Jersey London: Publishers Hillsdale.

ZALUAR, Alba. (1994) Violência: pobreza ou fraqueza institucional? Em: **Cadernos de Saúde Pública**, n. 10, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

_____. (2000) **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo Brasiliense, 2000.

ANEXOS

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

As políticas sociais voltadas às famílias atendem milhares de pessoas em São Paulo, a grande maioria das pessoas atendidas é de mulheres, no entanto, alguns poucos homens freqüentam as reuniões de acompanhamento dos programas sociais, por isso nosso interesse em pesquisar quem são esses homens, suas identidades e suas histórias de vida.

A pessoa contará sua história de vida ao entrevistador, a entrevista será aberta, ou seja, os sujeitos falarão sem precisar responder a perguntas já prontas. O entrevistador não fará críticas aos sujeitos e nem qualquer exigência. As entrevistas serão gravadas. Os sujeitos poderão escolher não responder determinada pergunta ou sobre determinado assunto, poderão interromper a entrevista a qualquer momento sem precisar dar justificativas, ou sofrer qualquer represália (sanção ou dano). Os sujeitos poderão, a qualquer momento, retirar seu consentimento, ou seja, não querer que as entrevistas sejam utilizadas, mesmo após tê-la concedido, bem como poderão não querer dar novas entrevistas.

Os sujeitos falarão pessoalmente somente com o pesquisador e nada do que for dito entre eles será comunicado a outras pessoas que não sejam ligadas à pesquisa, bem como suas histórias de vida e todas as outras informações das entrevistas só serão utilizadas na própria pesquisa. A pesquisa não oferece qualquer tipo de risco para os entrevistados e os sujeitos serão escutados sobre o que desejarem falar durante o tempo da entrevista.

Os sujeitos que assinam o presente termo (TCLE) terão garantido e assegurado o direito de terem em sigilo suas identidades, ou seja, seus nomes e os nomes das pessoas citadas nas entrevistas não serão divulgados, salvaguardando o direito da confidencialidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Entretanto, não serão remunerados e nem ressarcidos de forma alguma e em nenhum momento por aceitarem participar da pesquisa, ficando assim esclarecido que a participação é voluntária. A negativa em participar da pesquisa não trará qualquer consequência para os sujeitos.

Os sujeitos ficam desde já cientes que a aceitação em participar da pesquisa implica a autorização para que o pesquisador possa tornar públicos seus resultados, preservando os entrevistados de serem identificados (reconhecidos por outras pessoas).

Nome: _____

Data: _____

Telefone: _____

Assinatura: _____